



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN  
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN  
MAESTRIA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**ESTUDO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR NO ESTADO DE SANTA  
CATARINA:  
UM ESTUDO FOCADO NA 17ª COORDENADORIA REGIONAL DE  
EDUCAÇÃO (CRE) DE ITAJAÍ, COM BASE NAS INFORMAÇÕES DO  
NÚCLEO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA (NEPRE)**

Jairo Demm Junkes

Asunción, Paraguay

2025

Jairo Demm Junkes

**ESTUDO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR NO ESTADO DE SANTA  
CATARINA:  
UM ESTUDO FOCADO NA 17ª COORDENADORIA REGIONAL DE  
EDUCAÇÃO (CRE) DE ITAJAÍ, COM BASE NAS INFORMAÇÕES  
DO NÚCLEO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA (NEPRE)**

Dissertação apresentada para o Programa em Maestria em Ciências de la Educación na Faculdade de Ciências em Educação e de Comunicação da Universidade Autónoma de Assunção como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dr José Antonio Torres

Asunción, Paraguay

2025

Jairo Demm Junkes

ESTUDO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR NO ESTADO DE SANTA CATARINA: UM ESTUDO FOCADO NA 17ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO (CRE) DE ITAJAÍ, COM BASE NAS INFORMAÇÕES DO NÚCLEO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA (NEPRE).

Asunción (Paraguay)

Tutor: Prof. Dr. José Antonio Torres.

Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. p. 136 – UAA, 2025.

Palavra-Chave:

Educação, Violência, NEPRE, Santa Catarina.

Jairo Demm Junkes

**ESTUDO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR NO ESTADO DE SANTA  
CATARINA: UM ESTUDO FOCADO NA 17ª COORDENADORIA  
REGIONAL DE EDUCAÇÃO (CRE) DE ITAJAÍ, COM BASE NAS  
INFORMAÇÕES DO NÚCLEO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA  
(NEPRE)**

Esta Dissertação foi avaliada e aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ para obtenção do título de  
Maestria en Ciencias de la Educación, pela Universidad Autónoma de Asunción- UAA

---

Drº Avaliador

---

Drº Avaliador

---

Drº Avaliador

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta dissertação à Cláudia e Hórus, amores e razões da minha vida, a segurança da minha mente e coração.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço profundamente à minha família, fazendo menção especial ao meu filho Hórus e minha esposa Cláudia, pelo apoio diário nesta caminhada, sendo a fonte de onde busquei a tranquilidade nos momentos difíceis. Meus pais Olando e Dolores, agradeço por terem acreditado na minha capacidade de superar desafio, sem desistir. Dedico um especial agradecimento in memoriam aos meus amados avós, Alfonso e Clara, que desde sempre me incentivaram a curiosidade em conhecer o mundo ao redor. Agradeço também a Professora Antônia da Acesso Educacional, pela competente assessoria prestada durante todo o percurso formativo deste mestrado. Agradeço também, ao Professor Torres, pelo seu comprometimento enquanto meu orientador, promovendo grande intervenções e conselhos fundamentais, amparados pela sua experiência e competência que, tornaram esta dissertação possível. Agradeço ainda, ao Professor Rafael, Coordenador Regional de Educação de Itajaí, e as integrantes do NEPRE da referida coordenadoria.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Organograma da Coordenação de Educação em Direitos Humanos e Diversidade .....	36
<b>Figura 2</b> – Parte 01 da imagem parcial do site do Núcleo de Educação e Prevenção às Violências na Escola .....	38
<b>Figura 3</b> – Parte 02 da imagem parcial do site do Núcleo de Educação e Prevenção às Violências na Escola .....	40
<b>Figura 4</b> – Fluxo de atenção do atendimento em caso de Violência na Escola .....	64

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b> – Ranking decrescente das Coordenadorias Regionais, por quantidade de escolas, segundo informações do NEPRE de 2018.....	42
<b>Tabela 02</b> – Tipos de ocorrências de violências na escola no ano de 2018.	98
<b>Tabela 03</b> – Motivo de ocorrências de violências na escola no ano de 2018.....	99
<b>Tabela 04</b> – Tipos de ocorrências de violências na escola no ano de 2019.	101
<b>Tabela 05</b> – Motivo de ocorrências de violências na escola no ano de 2019	102
<b>Tabela 06</b> – Tipos de ocorrências de violências na escola no ano de 2020.	103
<b>Tabela 07</b> – Motivo de ocorrências de violências na escola no ano de 2020..	104
<b>Tabela 08</b> – Tipos de ocorrências de violências na escola no ano de 2021.	106
<b>Tabela 09</b> – Motivo de ocorrências de violências na escola no ano de 2021..	107
<b>Tabela 10</b> – Local de ocorrências de violências na escola no ano de 2018.	109
<b>Tabela 11</b> – Local de ocorrências de violências na escola no ano de 2019.	109
<b>Tabela 12</b> – Local de ocorrências de violências na escola no ano de 2020.	110
<b>Tabela 13</b> – Local de ocorrências de violências na escola no ano de 2021.	110

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01</b> – Fatos geradores das ocorrências registradas – referente ao ano de 2023 .....	44
<b>Gráfico 02</b> – Motivos geradores das ocorrências – referente ao ano de 2023.....	48
<b>Gráfico 03</b> – Locais com maiores incidências de ocorrências – referente ao ano de 2023 .....	52
<b>Gráfico 04</b> – Total de agressores por categoria – referente ao ano de 2023.....	54
<b>Gráfico 05</b> – Total de vítimas por categoria – referente ao ano de 2023 .....	56
<b>Gráfico 06</b> – Distribuição das ocorrências por mês – referente ao ano de 2023	57
<b>Gráfico 07</b> – Distribuição das ocorrências por mês – referente ao ano de 2023 .....	59
<b>Gráfico 08</b> – Tipos de ocorrências de violências na escola no ano de 2018 .....	98
<b>Gráfico 09</b> – Motivos de ocorrências de violências na escola no ano de 2018 ...	100
<b>Gráfico 10</b> – Tipo de ocorrências de violências na escola no ano de 2019.....	101
<b>Gráfico 11</b> – Motivos de ocorrências de violências na escola no ano de 2019 ...	102
<b>Gráfico 12</b> – Tipos de ocorrências de violências na escola no ano de 2020 .....	104
<b>Gráfico 13</b> – Motivo de ocorrências de violências na escola no ano de 2020 .....	105
<b>Gráfico 14</b> – Tipos de ocorrências de violências na escola no ano de 2021 .....	106
<b>Gráfico 15</b> – Motivo de ocorrências de violências na escola no ano de 2021 .....	107

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS .....	vi
LISTA DE TABELAS.....	vii
LISTA DE GRÁFICOS .....	viii
SUMÁRIO .....	x
RESUMEN .....	xi
RESUMO.....	xii
ABSTRACT.....	xiii
<b>INTRODUÇÃO À INVESTIGAÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1 VIOLÊNCIA ESCOLAR NO BRASIL .....</b>	<b>4</b>
1.1. Violência escolar no Estado de Santa Catarina .....	24
1.2. A Violência escolar na Coordenadoria Regional de Educação de Itajaí .....	32
<b>2. DADOS OFICIAIS SOBRE VIOLÊNCIA NA ESCOLA .....</b>	<b>34</b>
2.1. O portal (site web) oficial da SED (Secretaria Estadual de Educação) ..	35
2.2. Dados sobre violência escolar na Coordenadoria Regional de Educação (CRE) de Itajaí.....	41
<b>3. INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS CONTRA A VIOLÊNCIA NA ESCOLA NA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO (CRE) DE ITAJAÍ .....</b>	<b>60</b>
3.1. Descrição das iniciativas de combate à violência na escola .....	62
3.2. Impacto das iniciativas na redução da violência na escola .....	65
<b>4. MUDANÇAS NOS DADOS SOBRE VIOLÊNCIA NA ESCOLA DURANTE A EXISTÊNCIA DO NEPRE ATRAVÉS DOS DADOS EXISTENTES .....</b>	<b>66</b>
4.1. Descrição do NEPRE .....	66
4.2. Mudanças observadas nos dados da CRE de Itajaí .....	67
<b>5. MARCO METODOLÓGICO .....</b>	<b>69</b>
5.1. Desenho, tipo e enfoque da pesquisa .....	70

5.2. Contexto espacial e socioeconômico ..	Estudo da Violência Escolar no Estado de Santa Catarina: Focado na 17ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) de Itajaí..ix
5.3. Delimitação da pesquisa ..	Itajaí..ix
5.4. Universo, população e amostra .....	71
5.5. Técnicas e instrumentos da coleta dos dados .....	72
<b>6. ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>80</b>
6.1. Análise dos dados oficiais sobre violência escolar .....	80
6.2. Análise dos dados oficiais sobre violência escolar na CRE de Itajaí .....	85
6.3. Análise das iniciativas governamentais contra a violência escolar .....	87
6.4. Análise das iniciativas governamentais contra a violência escolar na CRE de Itajaí .....	91
6.5. Análise das mudanças nos dados sobre violência escolar durante a existência do NEPRE .....	92
6.6. Análise das mudanças nos dados sobre violência escolar durante a existência do NEPRE na CRE de Itajaí através da pesquisa documental.....	111
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>120</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>124</b>

## **RESUMEN**

### **Palabras clave: Violencia en la escuela, Santa Catarina, NEPRE.**

Esta disertación tiene en cuenta la observancia de los derechos de los ciudadanos por parte de la administración estatal brasileña, destacando la necesidad de acciones consistentes con nuevos paradigmas legales. Debido a las dimensiones continentales y la diversidad social de Brasil, la observancia de los derechos ciudadanos varía significativamente entre regiones.

El estudio se centrará en la realidad del Estado de Santa Catarina, específicamente en la 17ª Coordinación Regional de Educación (CRE) en Itajaí. Utilizando datos del NEPRE (Centro de Educación, Prevención, Atención y Asistencia a la Violencia en la Escuela) disponibles en el sitio web del Departamento de Educación de Santa Catarina, la investigación analiza el año 2023, considerando también datos de años anteriores para contextualización.

El problema de investigación implica el análisis de documentos del NEPRE y del Gobierno del Estado de Santa Catarina, relacionándolos con los índices de violencia escolar registrados por la 17ª CRE en 2023. El objetivo es comprender cómo trabaja el equipo del NEPRE para combatir la violencia en escuelas bajo su jurisdicción, promoviendo el conocimiento de la realidad social de las escuelas coordinadoras en relación con los elementos legales y burocráticos del Departamento de Educación.

## **RESUMO**

**Palavras-chave: Violência na escola, Santa Catarina, NEPRE.**

Esta dissertação leva em conta a observância dos direitos dos cidadãos pelas administração estatal brasileira, destacando a necessidade de ações coerentes com os novos paradigmas legais. Devido às dimensões continentais do Brasil e à diversidade social, a observância dos direitos dos cidadãos varia significativamente entre as regiões.

O estudo concentrará seu foco na realidade do Estado de Santa Catarina, especificamente na 17ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) em Itajaí. Utilizando dados do NEPRE (Núcleo de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola) disponíveis no site da Secretaria de Educação de Santa Catarina, a pesquisa analisa o ano de 2023, considerando também dados de anos anteriores para contextualização.

O problema de pesquisa envolve a análise de documentos do NEPRE e do Governo do Estado de Santa Catarina, relacionando-os com os índices de violência escolar registrados pela 17ª CRE em 2023. O objetivo é compreender como a equipe do NEPRE atua no enfrentamento da violência nas escolas sob sua jurisdição, promovendo uma compreensão da realidade social das escolas da coordenadoria em relação aos elementos jurídicos e burocráticos da Secretaria de Educação.

## **ABSTRACT**

**Keywords: Violence at school, Santa Catarina, NEPRE.**

This dissertation takes into account the observance of citizens' rights by Brazilian state administration, highlighting the need for actions consistent with new legal paradigms. Due to Brazil's continental dimensions and social diversity, observance of citizens' rights varies significantly between regions.

The study will focus on the reality of the State of Santa Catarina, specifically on the 17th Regional Education Coordination (CRE) in Itajaí. Using data from NEPRE (Center for Education, Prevention, Attention and Assistance to Violence at School) available on the Santa Catarina Department of Education website, the research analyzes the year 2023, also considering data from previous years for contextualization.

The research problem involves the analysis of documents from NEPRE and the Government of the State of Santa Catarina, relating them to the rates of school violence recorded by the 17th CRE in 2023. The objective is to understand how the NEPRE team works to combat violence in schools under its jurisdiction, promoting an understanding of the social reality of the coordination schools in relation to the legal and bureaucratic elements of the Department of Education.

## **INTRODUÇÃO À INVESTIGAÇÃO**

A realidade da violência é uma constante no contexto escolar na contemporaneidade. Nesta direção, diversas iniciativas tem sido promovidas pelas autoridades competentes. Em território brasileiro, os meios de comunicação têm informado a população desta triste realidade, que já era de conhecimento dos envolvidos na dinâmica escolar a um certo tempo. Esta forma instantânea de comunicar a realidade violenta dentro dos muros das escolas, dão a falsa impressão de um aumento gigantesco da violência em um curto espaço de tempo. Mas, muito certamente esta impressão é causada pela forma mais instantânea de registro da realidade através dos avanços nos meios de comunicação através da internet. De todo modo, o contexto da violência na escola é uma realidade delicada com a qual as autoridades e a sociedade têm de lidar, buscando reverter esta violenta realidade.

O ente estatal brasileiro observa o aumento da violência na sociedade, buscando mitigar esta realidade através da normatização dos direitos do cidadão através do texto da constituição federal no ano de 1988. Em seguida a preocupação com as crianças e os adolescentes, se torna também objeto de atenção das autoridades, através do Estatuto da Criança e do Adolescente em 13 de julho de 1990 (através da lei número 8.069). Neste sentido se observa uma caminhada gradativa do Estado brasileiro na busca da modernização de suas legislações, observando não somente os direitos dos cidadãos brasileiros, como também a organização de medidas que visam, através das leis, a diminuição da violência. Estas legislações buscam promover um entendimento único no vasto território brasileiro, da noção de direito dos indivíduos portadores da cidadania brasileira, buscando garantir um entendimento legal unificado em todas as partes do território.

Os estados componentes do grande território brasileiro, passam a partir deste momento, a buscar o alinhamento com o entendimento extraído das legislações nacionais. Desta maneira, a observância dos direitos dos cidadãos, faz com que estas administrações estaduais precisem observar sua realidade, buscando uma ação coerente com o novo momento nacional que se inaugura com estes novos paradigmas legais. Por ser um país de proporções continentais, o Brasil passa a observar diversas velocidades e diversas dinâmicas de observação dos direitos dos cidadãos. Isso se deve ao fato de, não somente o território nacional ter dimensões bastante grandes, mas também um contexto social bastante diverso, onde as realidades observadas em diversas regiões, sejam gritantemente diferentes.

Nesta direção, esta dissertação tomou por desafio o estudo e análise da realidade, partindo do contexto nacional, à parte do território do Estado de Santa Catarina,

especificamente a parcela sob gestão da 17ª Coordenadoria Regional de Educação – CRE, que está sediada na cidade de Itajaí. O recorte desta pesquisa, vai observar de maneira mais atenta os dados disponíveis no NEPRE - Núcleo de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola, disponível no domínio virtual deste núcleo, dentro do site da Secretaria de Educação – SED de Santa Catarina. O recorte cronológico diz respeito de maneira mais profunda ao ano de 2023, mas, levará em consideração dados de anos anteriores, como forma de promover uma compreensão do caminho que geraram o contexto em estudo.

Desta maneira, o problema desta pesquisa, vai partir dos documentos norteadores do NEPRE, bem como documentos disponíveis pelo Governo do Estado de Santa Catarina que complementem as atribuições do Núcleo de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola, buscando relacionar estes documentos com a realidade presente nos índices de violência registrados pela 17ª CRE no ano de 2023. Desta maneira, buscando compreender como a equipe destinada as ações do NEPRE, atua nas ações de enfrentamento da violência nas unidades escolares que constam sob sua tutela. Desta maneira, se busca promover uma compreensão da realidade dos contextos sociais das escolas pertencentes à esta coordenadoria, com os elementos jurídicos e burocráticos da estrutura disponível por parte da Secretaria de Educação de Santa Catarina.

Desta maneira, se destacam os objetivos de:

- Analisar os dados oficiais disponíveis através do portal oficial da SED (Secretaria Estadual de Educação) referentes violência escolar na Coordenadoria Regional de Educação (CRE);
- Relatar iniciativas governamentais que buscam mitigar a Violência na Escola;
- Identificar eventuais mudanças nos dados referentes a Violência na Escola durante a existência do NEPRE.

Se acredita que a pesquisa venha a se justificar, por se tratar de um estudo acadêmico que busca realizar uma análise científica do contexto da violência, na região do referido estado integrante do território brasileiro, contribuindo para a análise da realidade violenta da sociedade contemporânea. Permitindo uma observação mais aprofundada da realidade social, partindo do olhar que emerge da instituição escolar, através dos números que são disponibilizados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Educação, mas que são registrados pelos profissionais presentes nas unidades escolares.

Para dar que os dados sejam apresentando em um contexto, onde se buscou dar uma maior clareza, se buscou partir de uma realidade nacional, para promover uma contextualização global inicial sobre violência, adentrando na realidade escolar, de maneira geral no Brasil. Em seguida, avançando em uma busca mais específica da realidade do território catarinense, para a partir daí, se observar os dados específicos da Coordenadoria Regional de Educação de Itajaí, que corresponde ao recorte territorial que é o objetivo desta pesquisa, através do capítulos que se seguirão.

## 1. VIOLÊNCIA NA ESCOLA NO BRASIL

A violência na escola é uma situação que passou a ser parte constante das discussões sobre a realidade contemporânea em todo território brasileiro, e em diversas partes do mundo. Um lugar que era considerado um sinônimo de segurança, de proteção, com a orientação dos mestres para a construção de cidadão que participarão da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, tem seu status totalmente revisto. Esta realidade faz com que a violência na escola, seja objeto de pesquisa, de análise em diversos países, sendo inclusive tema de preocupação das Organização das Nações Unidas – ONU, através do Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (sigla do inglês, United Nations International Children's Emergency Fund).

No âmbito das escolas, ela (violência) aparece nos cinco continentes. Inserida em contextos de desencontradas informações, com alguma continuidade, a violência é cometida pelos membros escolares, sendo os próprios pais, gestores, professores (Vasconcelos, Lira, & Soares, 2019), e entre os estudantes. Apenas considerando a violência peer-to-peer, medida pelo número de crianças com relatos de sofrimento ou protagonismo em brigas físicas entre si, chega a 150 milhões o número de vítimas e algozes, quantidade que cresce em países pobres e ricos. As consequências do problema são inúmeras: a) Extrínsecas: comportamentos antissociais; perpetuação da violência no ambiente familiar; menos oportunidades de trabalho; bilhões de dólares gastos com o problema apenas da violência contra crianças (UNICEF, 2018); b) Intrínsecas: crianças e jovens têm dificuldades de concentração, faltando às aulas, evitando as atividades escolares, abandonando a escola; impacto adverso no desempenho acadêmico e nas futuras perspectivas de educação e emprego; clima de ansiedade, medo e insegurança, sendo ambientes de aprendizagem inseguros, prejudicando a qualidade da educação para todos os alunos (de Vasconcelos, 2019. p. 50).

Sendo a escola, uma representação em escala da sociedade na qual está inserida, ela passou, de forma bastante acelerada entre o final do século XX e início do século XXI, a representar de forma mais gritante o contexto violento que ocorre fora de seus muros. Neste contexto de transformação, os elementos que são salientados pelo UNICEF, da realidade que afeta as crianças em todo mundo, gera uma preocupação com os impactos que serão gerados

por conta desta realidade, com os problemas de concentração, os sentimentos de ansiedade e insegurança, que são também, fatores geradores de problemas de saúde emocional. Desta forma, é constante a necessidade de análise para a compreensão da realidade escolar, principalmente por concentrar cada vez mais alunos em um processo de ensino padronizado, semelhante as linhas de produção.

Desde os primórdios a escola abrangeu a educação de diversos sujeitos, ou seja, para as “massas”, isso só ocorreu porque neste mesmo momento a sociedade passava por imensas mudanças sendo a principal dela a revolução industrial. Seguindo estes ideais que eclodiam na época a escola optou por aproximar seu movimento com o movimento das indústrias, como exemplo o “fordismos”, onde a produção passou a ser dividida por setores. E assim fez a escola, dividiu seus conteúdos em matérias e tornou o momento escolar das crianças e jovens em cargas horárias. (Andrade, 2018. p.20)

A dinâmica apontada por Andrade, demonstra a realidade presente na escola a partir do momento da industrialização, do aumento da convivência humana em centros urbanos como um ponto chave para a definição do fazer escolar moderno. Desta maneira a ideia de formar (por em forma), “Tendo por fim último a cidadania plena, reafirma-se o compromisso da escola com a socialização do conhecimento acumulado nas Ciências, Artes e Filosofia pela humanidade” (Santa Catarina, 2018<sup>1</sup>. p.15), passa a ser o foco das instituições escolares, para que estas, insiram na sociedade indivíduos que possam ser produtivos no que diz respeito a interação social e por consequência, a econômica. Esta intenção emancipatória, muitas vezes em sua aplicação, acaba ocorrendo de modo não tão elevado. A tentativa de levar a formação educacional à maior quantidade possível alunos, de forma padronizada, faz com que, se faça perceber reações violentas no processo da epistemologia escolar.

Uma percepção imediata apresenta a violência como fenômeno em que se emprega a força física e os meios de intimidação psicológica-moral-simbólica. Algo injusto ou discricionário e, na maioria das vezes, ilegal. É fácil dizer sobre ela, apesar de não haver consenso em torno de uma conceituação; é fácil de ser constatada, embora difícil de ser solucionada. Há tempos está em danos físicos (assassinatos, agressões, sequestros) e em simbólicos (preconceitos, humilhações, bullying, ironias). Já entre pesquisadores, o único consenso é o de que é mesmo difícil definir violência, com seu caráter relativo e mutável. Vinculada a contextos históricos e

culturais, depende do espaço no qual se desenrola e de outros fatores. Algo de matiz mais cultural que biológico, porquanto a atuação de seus autores é menos para manter a vida, e mais um reflexo das contradições sociais. (de Vasconcelos, 2019. p. 50)

As formas de violência, com representação física ou simbólica, são facilmente encontradas, mas, a maior dificuldade está em encontrar formas de promover uma classificação única, um padrão interpretativo, em um território vasto como o brasileiro. A forma da escola, pós revolução industrial, inserida em uma inicial forma de dinâmica econômica passa, no curso do século XX, entrando também no XXI, por uma transformação ainda mais profunda, principalmente na segunda metade do referido período histórico. O modo neoliberal de produção, faz com que a escola necessite, anseie, através do contato com uma sociedade em constantes e rápidas transformações, de novos elementos técnico, como forma de dinamizar suas práticas.

A reconfiguração que do capitalismo para o neoliberalismo onde o capital passa para segundo plano e o consumo passa a ser a engrenagem primordial do sistema. Neste ponto a escola passa por essa transformação de duas formas, uma sendo ela a própria consumidora de produtos, isso se justifica com o aparecimento de diversas matérias pedagógicas e também na compra de tecnologias para auxiliar sua função. Neste ponto pode-se pensar que é valioso a escola passar a adquirir melhores recursos para seu trabalho. (Andrade, 2018. p.20)

Esta dinâmica de consumo, de suposta inovação, é uma constante necessidade de adaptação dos professores e estudantes à novas formas de lidarem com as áreas de conhecimento abordadas dentro da instituição escolar. Sendo considerada uma forma promover melhorias na dinâmica de ensino aprendizagem, se passa a partir dos anos 2000, a ser, uma cobrança sob a escola e os profissionais, o contato com novas ferramentas tecnológicas. Assim buscar por novas ferramentas de ensino, acabam gerando por um lado, um aceno de novas possibilidades de qualificação do fazer educacional, por outro, geram um aumento significativo da desigualdade entre os estudantes, promovendo uma maior dicotomia entre aqueles que tem acesso, e os que não tem acesso às tecnologias.

### **Democratização do acesso à escola e a sua conseqüente desigualdade**

Este contexto complexo, associado a democratização do ensino, instalando escolas em regiões onde anteriormente o ensino por meio do ente estatal era inexistente, através da

ampliação da presença escola pública, fez com que, mais crianças e jovens passem a ter acesso à educação gratuita. A adequação gradual dos governos, federal, estaduais e municipais as legislações que asseguram o acesso à educação pública, faz a presença da escola ser geograficamente mais constantes em todo o território. Este acesso, não somente a estrutura física da escola, mas também, ao material didático, como livros, cadernos, lápis e caneta, que passam a ser fornecidos pelo ente estatal, a priori, como forma de promover uma igualdade de condições aos estudantes na realização das atividades.

A promoção da presença da escola, a busca por diminuição da desigualdade através do fornecimento de materiais didáticos de forma universalizada, não consegue o sucesso esperado em garantir uma condição de iguais, entre os estudantes. A igualdade no direito ao acesso, ao promover a convivência de indivíduos pertencentes a segmentos totalmente distintos do mosaico social brasileiro, promoveu não somente a valorização da cultura em sua diversidade. Promoveu também a visualização mais clara e evidente das diferenças, contradições e desigualdades da sociedade brasileira. As legislações educacionais brasileiras, buscam garantir um status de igualdade entre os estudantes, mas, surge a partir daí, outro desafio, promover uma compreensão de status de igualdade, entre indivíduos que se consideram diferentes.

A violência escolar vem sendo pesquisada em diversos países, tanto no Ocidente como no Oriente. No Brasil, os processos de abertura de escolas e de democratização do acesso à educação, nas últimas décadas, trouxeram implicações importantes à compreensão da violência no contexto escolar. Esse movimento, ao mesmo tempo em que vislumbrou possibilidades de melhores condições de vida para um maior número de indivíduos, colaborou para o aumento da heterogeneidade de comportamentos e de valores, assim como para evidenciar desigualdades no ambiente escolar e para o aumento de conflitos. (Nesello, Sant'Anna, Santos, Andrade, Mesas, González, 2014. p.120)

A desigualdade que passa a ser observada dentro do ambiente escolar, representa a desigualdade existente em todo o contexto da sociedade contemporânea. Se em décadas anteriores, o ambiente escolar era considerado, pacífico, onde a única relação de violência era a autoridade do professor sob o aluno, no século XXI, as ocorrências se tornaram muitos mais diversificadas, e sua projeção através dos meios de comunicação, cada vez maior. Com o tempo, a escola, da mesma forma que a sociedade e geral, passou a se preocupar mais com

a violência, construindo para si, uma grande quantidade de barreiras, buscando sem muito êxito, deixar do lado de fora, a violência. Barreiras que são um grande desafio para a instituição escolar, afinal de contas, como se pode imaginar separar a realidade social fora da escola e, ao mesmo tempo, atrair a sociedade para a escola.

Contrariando sua função socializadora, a escola afasta-se cada vez mais da comunidade, ao tomar algumas medidas de proteção que visam conter a violência, dentre elas, cercas elétricas, muros altos, sistemas de alarmes, policiamento ostensivo. E hoje tais medidas são tomadas com naturalidade pelos gestores e instituições escolares. No intuito de conter o avanço da violência são adotadas medidas preventivas, através de mecanismos de segurança, o que de certa forma não tem adiantado muito. A violência ocorre fora e dentro da escola e esses recursos utilizados e as ações desenvolvidas caracterizam-se apenas como políticas públicas compensatórias. (Lima, Sousa, 2013. p.174)

Os códigos morais que são aceitos sinceramente pela população, ou pelo menos por grande parte (ao menos publicamente), dizem respeito em grande medida, ao modo que se observa a instituição escolar. Lhe é atribuída a responsabilidade não somente promover o ensino de áreas formais, de cátedras, mas também é costumeira a concepção de que a escola, é um espaço de garantia da segurança daqueles que estão dentro de seus muros. A concepção de segurança, bem como ao que é considerado violência é uma representação do corpo social. “A compreensão das relações entre a escola e as práticas da violência passa pela reconstrução da complexidade das relações sociais que estão presentes no espaço social da escola” (Santos, 2001, p.2)

Nos mais diversos contextos sociais, a escola é considerada em grande medida, o lugar, o ambiente onde os alunos são aceitos, respeitados e, em larga medida, protegidos. Neste contexto a diversidade é um elemento que se apresenta de maneira consistente, fundamental. Logo, para uma condição de diversidade, a democratização enquanto prática, deve também ser observada de maneira consistente. A noção de horror com costumes diferentes, é fortemente pautada em elementos que são presentes no curso da formação do indivíduo e que, no contexto escolar, por questões biológicas e simbólicas (de desenvolvimento dor corpo, amadurecimento e questões hormonais) e que terão efeitos duradouros.

Em vários estudos faz-se referência à violência simbólica, na perspectiva de Bourdieu (1989), como a principal violência promovida pela escola. Esse conceito foi proposto com base em uma visão da sociedade como um campo de dominação e de reprodução dissimulada das desigualdades sociais nas instituições, o que contraria a ideia de igualdade de oportunidades vinculada à ideologia liberal. Esse questionamento, transportado para a área educacional, evidencia a ausência de democratização dos sistemas educacionais das sociedades capitalistas. Nas instituições escolares, são maiores as chances de sucesso dos alunos das classes socioeconômicas mais altas, já que pertencem a um meio familiar provido de bagagens culturais e linguísticas dominantes que constituem a base sobre a qual se estruturam os sistemas educacionais. (Ristum, in Assis, Constantino, Avanci, Njaine, 2023. p.78)

É importante salientar que, o termo democratização do ensino, aqui empregado, diz respeito as legislações que fazem com que, a presença da criança e jovem na escola, segundo o artigo 206º “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais e a garantia de padrão de qualidade” (Brasil, 1988). Mas é possível se compreender que, a realidade de onde a criança saiu, para ir a escola, é determinante para que ela apresente diferentes resultados. Ainda nas documentações de escopo legal do território brasileiro, se faz referência ao Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, através da lei número 8.069, de 13 de julho de 1990, em seu artigo segundo, que afirma que “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.” (Federal. 1990)

Ainda nesta direção, é possível extrair do texto do ECA, a busca por uma proteção da criança enquanto tal, enquanto sujeito que depende da sociedade, por extensão das leis, para que possa ter assegurada a manutenção de seus direitos fundamentais. Por conta de sua condição, que é sim de uma evidente maior fragilidade, é por lei, cobrado do ente estatal que assegure a inserção da criança na sociedade, tendo observância a respeito aos seus direitos (e nesta direção cabe a escola, a instrução acerca destes direitos). Desta forma a priori, são assegurados seus direitos à uma condição digna, participação na sociedade, bem como, a sua igualdade constitucional, como pode ser observado nos artigos 03, 04, 05, 15 e 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ressaltando ainda o seu direito a uma proteção física e

psicológica.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. [...] Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. (Federal. 1990)

Ainda vale ressaltar que, no mesmo texto, a legislação afirma a participação da família no processo de construção do cidadão, da educação de seus filhos através da divisão da responsabilidade com o Estado, na função de promover a formação integral do cidadão. E esta participação diz faz exatamente relação, mesmo que sem citar diretamente, a função da família como garantidora da permanência do aluno na escola. Sendo que a priori, a instituição escolar, que é geralmente ligada ao Estado, detém uma estrutura para promover a formação do estudante, do aluno com tal, cabendo aos pais, o sustento da criança e ou adolescente até ultrapassar os 18 anos de idade, assegurando sua presença na escola, conforme pode ser observado no artigo 22 do mesmo estatuto citado acima.

Art. 22. Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais. Parágrafo único. A mãe e o pai, ou os

responsáveis, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança, devendo ser resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas, assegurados os direitos da criança estabelecidos nesta Lei. (Federal. 1990)

A preocupação de manter a criança até o final de sua adolescência na escola, prestes a completar dezoito anos, tem como intenção garantir uma convivência do jovem cidadão com o universo do conhecimento e, em larga medida, também garantir sua segurança. Porém, muitos adolescentes, ao ingressar no ensino médio, já estão também, no mercado de trabalho. Esta dupla jornada, em grande medida é fruto da necessidade do jovem de contribuir com a manutenção do lar, da família. Desta forma, a conquista do direito a permanecer na escola, para muitos, acaba sendo uma condenação de não poder ajudar mais sua família na busca de condições básicas de vida, sendo uma herança infeliz de desigualdade que a população brasileira tem grande dificuldade para deixar para trás.

O contexto violento encontrado na sociedade, e por consequência, no ambiente escolar, é segundo Moehlecke, parte de um processo, onde após a constituição cidadão de 1988, foram de várias conquistas na busca de garantias de igualdade, ou de mitigação das desigualdades entre os cidadãos brasileiros. A ideia de uma constituição cidadã, foi idealizada, busca garantir uma maior possibilidade de acesso à direitos básicos para todos os cidadãos, fazendo com que o Estado, seja responsável por garantir a manutenção, e buscar a ampliação da igualdade entre todos os indivíduos que detém sua cidadania. Estes direitos, conferiram acesso a parte da população que anteriormente, vivia em uma condição de subcidadania, ou seja, reconhecida como uma parte menos relevantes no reconhecimento de direitos.

Herança de nossa história escravista, autoritária e patrimonialista, essa visão, que restringe os direitos humanos basicamente aos direitos civis de presos, marca parte de nossa cultura política e da ação institucional de parcela do poder público. Além disso, ainda carregamos, no Brasil, uma cultura que tende a criminalizar a pobreza e o pobre, principal vítima da violência policial, ao qual nem sempre é garantido o direito de defesa e de um julgamento justo. Em contrapartida, especialmente a partir da aprovação da Constituição Federal de 1988, com o estabelecimento de um Estado Democrático de Direito, começa a se difundir no país a ideia do respeito integral aos direitos fundamentais do indivíduo e da coletividade,

garantindo-se, especialmente, a ideia de “dignidade da pessoa humana”, sem distinções de raça, cor, sexo, classe social, idade, credo, orientação política. Pode-se dizer, nesse sentido, que o direito de ter uma vida digna é a dimensão central da noção contemporânea de direitos humanos, o que nos permite ver quão abrangentes eles são (Moehlecke, 2010. pp.16-17)

Cabe ressaltar a expressão encontrada na citação acima, que muitas vezes, parece ser uma redundância linguística. Quando Moehlecke usa a expressão pessoa humana, que consta em diversos documentos do Estado Brasileiro, se pretende afirmar que, se reconhece toda o ser humano enquanto pessoa e por extensão enquanto indivíduo portador de direitos. O Estado Democrático de Direito, tem por intenção viabilizar as conquistas de direitos aos cidadãos e sua seguinte manutenção. Neste contexto, o acesso à educação, bem como a saúde, aparece, como um dos elementos fundamentais destas conquistas. Estes dois aspectos eram considerados com fundamentais na promoção de uma maior igualdade entre os indivíduos segregados socialmente.

Desta forma, a presença da criança e do adolescente na escola passa a ser assegurada legalmente. Esta presença e sua manutenção, dentro de uma perspectiva educacional, pelo menos a priori, torna possível o acesso à saúde, seja através de disciplinas do currículo, seja através de ações estatais no combate a doenças. Se pode supor que a convivência no ambiente escolar, possa promover não somente a melhoria nas condições de saúde, mas o acesso à uma alimentação mais adequada, bem como o intercâmbio cultural dos indivíduos. Esta convivência a priori tornaria possível o contato de indivíduos das mais diversas origens, podendo, portanto, realizarem um intercâmbio cultural e possibilidades de redução da desigualdade social.

Como afirmado em material produzido pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina – SED SC, “A sociedade brasileira necessita romper com o ciclo do preconceito, da discriminação, da exclusão e da destruição dos recursos naturais.” (Santa Catarina, 2016. p. 06). Onde se pode compreender a necessidade de uma interpretação social participativa, tendo por base a escola onde segue afirmando que: “Compreendemos que a escola pode contribuir para o processo de construção da convivência solidária e respeitosa entre os sujeitos diferentes e com o meio ambiente. Essa relação deve estar baseada no estudo, no diálogo e na valorização das diferenças humanas.” (Santa Catarina, 2016. p. 06)

Em muitos casos, a convivência realmente apresentou resultados muito positivos, no que diz respeito a inclusão de indivíduos que anteriormente permaneceria do lado de fora dos muros da escola. Mas, ao mesmo tempo que se garante o acesso à uma quantidade maior de pessoas, se tem a preocupação dos conflitos que podem ser ocasionados com esta inédita convivência dos diferentes. Neste contexto há um aspecto de violência que merece menção, a violência de Estado. A representação de poder do ente estatal brasileiro que, ao promover uma política educacional que mantém a criança e o adolescente na escola, através da obrigatoriedade, não dá a devida relevância a sua condição familiar, sua subsistência. Desta maneira, muitos adolescentes precisam faltar a escola, ou mesmo abandoná-la para ajudar financeiramente a família.

Esta relação do governo para com o indivíduo, recebe com o filósofo britânico Bertrand Russell, o nome de Poder Nu. Esta forma onde “A definição de Poder Nu é psicológica, sendo que um governo pode agir a descoberto em relação a alguns de seus súditos e não em relação a outros” (Russell, 1957.p.65) Desta maneira, o Estado pode impor à população certas medidas que, representarão para alguns segmentos alguma vantagem ao passo que há outros, grande prejuízo. Esta forma é considerada nua, por não precisa de vestes, de cobertura para ser implantada, é posta em prática sem o pudor da sociedade pois, conta com grande índice de aprovação. Desta forma, faz com que, aqueles que precisam estar na escola e participar da renda da família, sejam uma demonstração de como poder ser violenta esta representação nua de poder.

Este contexto impositivo, por mais que tenha a intenção de promover o convívio visando uma igualdade de oportunidades à todos os indivíduos, fez com que se possa observar todo o contraste encontrado na sociedade, reproduzido em escala, dentro da moldura escola. Ou dito de outra forma, a escola passa a ser um reflexo vivo da sociedade e suas contradições. As diferenças e preconceitos que anteriormente ficavam do lado de fora dos portões das escolas, por conta do fato de parte da população não ter acesso à escola passa a ser observado também a partir deste momento, no seio escolar. Assim o status de instituição socializadora e promotora do conhecimento da escola, passa por um desafio que não encontra respostas e aplicações simples para lidar com a representação da violência que passou a ser injetada em sua realidade.

Desta maneira se percebe outro contexto de violência, no contexto escolar. Como forma de buscar uma maior qualificabilidade do processo educacional, se passa a estabelecer

métodos, práticas e ideias que advém também, como a violência, de fora da realidade escolar, passando a ser outra representação da sociedade contemporânea, a produção de índices e a mecanização do processo educacional.

As escolas passaram a responder índices, no intuito de com eles justificar suas funções e assim serem consumida pela sociedade. Os professores deixaram o conhecimento e passaram a responder exigências provenientes dos índices. Os alunos, vistos como produtos, passaram a sofrer exigências de resultados que permitam a escola poder divulgá-los positivamente. Com isso podemos pensar que as estratégias tomadas pela instituição escolar para se perdurar no tempo foram demasiadamente violentas quando olhamos para os indivíduos que estão envolvidos nela. De acordo com alguns fatores, político e econômicos concluímos este modo histórico de visualizar a escola e sua relação com os imperativos hierárquicos. (Andrade, 2018. p.21)

Esta violência burocrática, em grande parte retrata duas situações bastante distintas: uma delas é a busca de estabelecer critérios para acompanhar o processo educacional da forma mais eficiente possível; outra é compreender certos eventos e situações que ocorrem dentro dos muros da escola com a expansão da presença escolar na sociedade. É possível reconhecer através destes dados também, que, a escola se tornando uma geradora de conteúdo burocrático, de índices, também vem a torna-la vítima de uma violência de Estado, uma violência burocrática. Esta forma de violência, faz com que, muitos padrões sejam estabelecidos, mesmo que de modo equivocado e, diante da rotina de alimentação da burocracia, não se tenha tempo de interpretar o quanto estas rotinas podem ser prejudiciais.

As temáticas da indisciplina e da violência escolar têm adquirido importância crescente no Brasil, fenômeno que se pode constatar a partir da segunda metade da década de 1980 na esfera acadêmica, quando a produção de teses e de dissertações cresceu em proporção exponencial. No entanto, há indícios de que os esforços para entender esses fenômenos ainda são insuficientes e de que as análises dos trabalhos acadêmicos tendem a diferir pouco entre si. Em estudo de 2014, se percebe que se assevera a indisciplina em meio escolar representa um assunto complexo. Seu conceito, assim como o de violência, não é uniforme, nem universal. Ele relaciona-se a um conjunto de valores que variam em diferentes contextos socioculturais ao longo da história. A despeito de a literatura apontar a construção da indisciplina e da

violência como fenômenos particulares, cada um com sua semântica – o que assegura as suas singularidades –, no campo discursivo esses fenômenos persistem como problemas interligados, conforme pode ser constatado em relatório do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) sobre a violência nas escolas. Nele se observa que, desde a década de 1990, os professores têm enfrentado o crescimento da violência dentro das escolas. O que chamávamos de indisciplina passou repentinamente a ter um caráter de agressão. (Silva Neto e Barretto, 2018. p. 3)

A citação apresenta um dado cronológico fundamental da busca de formas de compreensão da violência na escola, quando apresenta a década de 1980 como o início de uma produção de literatura acadêmica através de pesquisas de mestrado e doutorado sobre a violência na escola. Esta data é importante pois remete ao período que foi promulgada a constituição brasileira (1988), e pouco tempo depois, aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), através da lei 8.069. Nesta direção, se pode perceber que, a busca da compreensão da realidade violenta encontrada dentro da escola, surge em um relevante momento pois, também é neste período, por conta das mudanças legais, que ocorre a ampliação da presença da escola na sociedade.

Como já citado, o fenômeno da ampliação da presença escolar, bem com a diversificação do público que passa a frequentar os estabelecimentos escolares, passa a evidenciar todo o contraste da realidade social brasileira. O elemento que anteriormente era reconhecido com indisciplina, que pode ser observado de diversos aspectos, passa nos anos seguintes entrando no século XXI, com violência, com expressão agressiva, não somente através da ação verbal, mas, também como a violência prática, o conflito entre indivíduos e a agressão física. Fazendo com que se tenha a necessidade constante de novas análises, interpretações e projeções que permitam compreender melhor este contexto.

O processo de ampliação da presença escolar na sociedade e da sociedade em maior diversidade na escola, em grande parte se deu não somente como forma de buscar uma maior igualdade social, mas para os menos favorecidos, como uma promessa de mais oportunidade profissionais. Em um país como o Brasil, que neste período estava envolvido em um acelerado processo de dinamização econômica, se acreditou que a escola qualificaria os adolescentes a exercerem de maneira eficiente as funções que a nova dinâmica econômica passava a apresentar. E exatamente neste sentido que muitas famílias passam a ver na escola

essa possibilidade de mudança da realidade.

Com o passar do tempo se pôde observar que, esta relação da escola com a dinâmica econômica era fato, mas, não de modo tão abrangente quanto se supunha. Ainda haviam muitos adolescentes que, ao alcançarem os 18 anos, tendo terminado o ensino médio, não tinham acesso a empregos, em grande medida pela falta de uniformidade do processo de desenvolvimento econômico no vasto território brasileiro. Isto fez com que muitos estudantes, e em lenta progressão também, algumas famílias, passassem a não mais observarem na escola, a mesma representação de uma possibilidade de transformação da realidade social através da educação, passando assim a se observar índices elevados de faltas e evasão.

A adoção de um padrão unificado de educação, que passa a aplicar de forma uniforme o conteúdo em todo um território de proporções continentais como o brasileiro, faz com que seja necessário a produção de material que atenda esta demanda. E neste sentido, se buscou estabelecer, fomentar em grande medida, ideais nacionais comuns, dando uma noção de avanço cultural dos estudantes. E neste ponto, se buscou estabelecer elementos, ressaltando aspectos da cultura brasileira. O problema é que, em uma população tão diversa, não se pode afirmar uma cultura padrão, o que fez com que muitos estudantes não identificassem com muitos dos elementos estudados. Esta falta de identificação, somada ao sentimento de não inserção no mundo do trabalho, provoca um sentimento de desinteresse na vivência escolar.

A relativa perda de sentido do papel da escola para a população que a frequenta e um relativo desconhecimento das normas subjacentes à cultura escolar por parte dos alunos, ou seja, do seu currículo oculto, impregnado de valores provenientes de outros tempos e lugares sociais. Essa inadequação, ora não reconhecida, ora não levada suficientemente em conta por parte significativa dos professores, tem muito a ver com a cultura valorizada pela escola, que no seu ideal de produção intelectual, artística, social e estética, proporciona a construção, a manutenção e o fortalecimento de uma identidade institucional que pouco tem a ver com a cultura de parte significativa de seus usuários, historicamente expropriados desse mesmo ideal de produção. A imposição da cultura da escola a toda a população pela escolarização maciça revela-se, muitas vezes, traumática e violenta, especialmente porque a instituição tende a ignorar e a se distanciar muito das vivências sociais dos alunos e de suas famílias. (Silva Neto e Barretto, 2018. p. 5)

Este contexto, que gera uma falta de relação de identidade do estudante, principalmente o adolescente, em grande parte está ligado com o movimento dinâmico que se apresenta na sociedade, com intercâmbios constantes, que não são possíveis de acompanhar adequadamente pela estrutura forma de educação. E diante desta realidade tão diversa, o ente estatal, mantém suas variáveis de análise, exercendo um poder coercitivo sob a escola, através de seu currículo, pressionando professores e estudantes na direção que considera desejável de modo institucional, negligenciando o aspecto social.

O modo de controle da lógica normalizadora das práticas sociais e escolares da sociedade contemporânea envolve tanto os alunos quanto os professores, o que enseja um cenário mais sombrio do ponto de vista da tomada de consciência, já que os modos sutis de controle dos passos dos alunos e também dos professores passa a ser convertido em um nicho populacional como outro qualquer; respondendo, assim, a um movimento de achatamento das especificidades escolares em favor de um giro normalizador comum a outras esferas sociais. As relações de poder são fundamentais para se compreenderem as temáticas da indisciplina e da violência escolar. As hierarquias produzidas pelas desigualdades de gênero, de raça, de classe e geracionais estão presentes na sociedade, mormente em sociedades tão desiguais como a brasileira. Nessas circunstâncias, é de se presumir que as desigualdades sociais sejam convertidas, em alguma medida, em desvantagens escolares. (Silva Neto e Barretto, 2018. p. 7)

Esta realidade, que a citação chama de desvantagem escolar, representa não somente a reafirmação das diferenças entre os estratos sociais encontrado na escola (de pessoas com mais ou menos condição financeira), diz respeito também a aspectos que representam formas mais amplas de violência. Se imaginava que a escola daria conta de superar certas barreiras, mas, diante do contexto de uma sociedade com tão acentuada desigualdade, a escola não consegue, na maioria dos casos, dissolver também a solidez das formas de preceito que dizem respeito a desigualdade entre gêneros, tão menos a desigualdade na questão étnica. Estas formas de preconceito são um fator histórico da sociedade brasileira e que a escola, de forma isolada não consegue superar.

A violência acompanha a história da humanidade, atingindo todas as classes e segmentos sociais. Ela também acarreta a diminuição da qualidade de vida individual e da coletividade, constituindo, na sociedade contemporânea, um grave problema de

Saúde Pública em nível global. Entre os diferentes tipos de violência, o abuso sexual é uma preocupação constante, sendo comum sua ocorrência no ambiente escolar. Estima-se que no mundo todo, anualmente, cerca de 40 milhões de crianças e adolescentes sofram abuso sexual. No entanto, essa estimativa pode estar subdimensionada devido às circunstâncias em que esses eventos ocorrem, à frequente dependência das vítimas em relação a seu agressor, além do medo e do constrangimento relacionados a dificuldades para denunciar esse tipo de violência. Sequelas psicológicas – como baixa autoestima, ansiedade, depressão, raiva, agressão, estresse pós-traumático, dificuldades sexuais, pensamentos suicidas e baixo desempenho escolar – podem ser encontradas em jovens com histórico de violência sexual. Também pode haver impacto dessa violência sobre seus familiares, nos relacionamentos futuros e no meio social em que vivem essas crianças e adolescentes. Seus efeitos atingem a saúde individual e coletiva. Por ser um fenômeno complexo e de grande magnitude, a violência sexual contra indivíduos nessas idades requer um olhar específico do poder público, e uma resposta abrangente. (Santos, Mascarenhas, Rodrigues, Monteiro, 2018. p.2).

Santos, Mascarenhas, Rodrigues, Monteiro, salientam outro elemento ou até um resultado, uma consequência desta violência, a violência sexual. Esta forma de violência é mais um aspecto que demonstra a agressividade da sociedade brasileira em suas relações, a forma violência com a qual as relações ocorrem a ponto de tornar-se constantes as referências a este tipo de violação humana. Outro aspecto da citação é o vínculo que existe entre agressor e vítima onde o agressor constantemente está em uma condição de poder sobre a vítima, com grau de responsabilidade, fazendo que, que é vitimado, tenha medo de denunciar o agressor. Desta maneira se pode, muito certamente acreditar que, existe um grande índice de subnotificação desta violência.

A partir da década de 1960, nos Estados Unidos, a questão da violência contra crianças e adolescentes emergiu como um problema médico-social. A repulsa social advinda da área médica em relação à violência sexual tomou impulso, ao lado do avanço do movimento feminista, ainda nos Estados Unidos, na década de 1970. O reconhecimento da morbimortalidade em decorrência da violência como um grave problema para a saúde fez com que surgissem os movimentos de prevenção e atenção especializada, na década de 1980.

No Brasil, nesta mesma década, surgiram os primeiros diagnósticos de maus tratos e propostas de intervenção que, posteriormente, contribuíram para o desenvolvimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em julho de 1990, pela Lei Federal n. 8.069/90. Este estatuto garante à população infanto-juvenil, o respeito enquanto pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. Entretanto, deve-se considerar que, entre o preceito legal do ECA e a prática dos diversos profissionais que se deparam com as evidências dos maus tratos, há ainda uma distância a ser vencida, uma vez que nem sempre os profissionais se sentem preparados para assumir tais atribuições. (Violdres Inoue e Ristum, 2008. p. 12)

A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, se torna uma ferramenta fundamental de amparo e meio de promover a denúncia a respeito da violência contra a criança. Desta forma, como citado, após a década de 1990, se passa a promover uma consciência de que, a criança e o adolescente, também são cidadão e, desta forma, precisam ter seus direitos respeitados. É evidente que exista ainda um grande número de subnotificações, mas é importante ressaltar que, o aumento do número das denúncias, não seja, necessariamente neste caso, uma escalada da violência, mas um descortinar de prática violentas existentes e que anteriormente era socialmente aceita. Desta forma, demonstra que a sociedade brasileira apresenta mais faces de violência do que se imaginava anteriormente.

Esta relação de violência desmascarada, representa uma outra forma do que foi definido como representação de poder nu, onde o agressor, se sente confortável em cometer seu abuso violento. Esta crença de impunidade, em larga medida se dá ao status que o agressor possui, onde estando em uma situação de mais status social (por ser frequentemente mais velho, ser da família, professor ou funcionário da escola), tem sua versão envolta em maior respeitabilidade social, em alguns casos até, aprovada por uma condição de reconhecimento de uma sociedade que é por si só autoritária e abusiva. Neste sentido, a representação nua de poder, é sempre uma forma de ação violenta, que macula profundamente aqueles que são alvos do poder, frequentemente conferido status e respeito ao agressor.

Nesta relação de poder, frequentemente o aluno é considerado, com mais frequência, a vítima de uma sistemática de violência. O professor é constantemente vítima do contexto violento da escola em intensidade semelhante ao aluno. Esta carreira viu durante o passar das décadas (coincidindo com o a escalada da violência) o crescimento dos casos de violência contra o professor que, precisa constantemente demonstrar não somente sua

expertise epistemológica na sua seara de formação, como também exercer uma habilidade diplomática diante das turmas às quais ministra seu conteúdo. Além desta diplomacia, o docente ainda precisa ter a capacidade de lidar com circunstâncias que avolumam em sua rotina, de natureza burocrática, visando a geração de dados e índices às gestões de ensino.

O bem cultural a ser socializado pela escola continua a não estar ao alcance de todos, a despeito do processo de universalização do acesso ao ensino fundamental. Sabe-se que dentro da escola uma proporção significativa da sua população não logra obter acesso pleno aos conhecimentos veiculados no ensino obrigatório, o que sugere que parte dos conflitos recorrentes no cotidiano escolar pode ter a ver com essa questão. Mas tem também a ver com os processos de socialização e com a natureza autocrática da organização escolar. Nesse contexto, para firmar sua autoridade, não basta ao docente o *status* de professor, tampouco ter o domínio do conteúdo a ser trabalhado. Nos dias atuais, ele tem que se fazer respeitar, o que implica outro trato com os alunos. O respeito não é devido automaticamente a alguém apenas por ser ele representante de uma cultura reconhecida. (Silva Neto e Barretto, 2018. p. 2)

Desta forma, se percebe que o professor não tem mais o mesmo status de outrora, de mestre de sua área de formação. Em grande parte, pelo avanço do acesso à informação e ao conhecimento, passando a partir deste momento, a ter a função de mediador entre o aluno, e as faces disponíveis de conhecimento que se apresentam, orientando ao reconhecimento do conhecimento verdadeiro. Porém, em uma realidade de desencanto com o conhecimento e por consequência com a instituição escolar de ensino, as pressões sociais nas quais a escola está inserida, o professor vem a se tornar uma figura que, apesar de permanecer como fundamental, de ser determinante, deter um certo status de autoridade, passa a ser uma, mas grandes vítimas da violência praticada dentro da escola.

O professor é um dos principais atores dentro do processo de aprendizagem, que além de ministrar o conteúdo em sala de aula, também contribui na motivação e orientação, agindo como facilitador de aprendizagem de seus alunos. Para que esses profissionais possam exercer plenamente suas atividades, no entanto, é necessário um ambiente escolar seguro, tanto para eles quanto para seus alunos.

Todavia, no Brasil contemporâneo, a violência no âmbito escolar está entre os principais problemas enfrentados pelas escolas, gerando consequências negativas sobre os resultados escolares dos alunos e do próprio professor. Pesquisas recentes

em âmbito internacional e nacional destacam a gravidade do problema, especialmente no Brasil, um dos países com maior índice de violência contra o professor.

Mesmo diante da importância do professor no processo de aprendizado, das altas taxas de relatos de violência sobre eles e das possíveis consequências que essa violência pode acarretar nas rotinas desses profissionais. (Plassa, Paschoalino e Bernardelli, 2021. p.247)

Esta interferência da violência na realidade da construção do saber, na relação docente/discente, é segundo Pereira e Zuin (2019) é afetado diretamente por elementos que extrapolam o limite da instituição escolar. As relações externas à escola fazem ressoar muitos dos contextos violentos encontrados dentro da escola. A formação da criança ou do adolescente, por parte da escola, por intermédio do professor, tem muita dificuldade de contrapor a realidade de violência que é reproduzida nas relações externas, fazendo com que as mesmas, sejam preponderantes nas atitudes dos jovens, que replicam tais atitudes dentro da escola. Os alunos passam a reproduzir não somente as ações que observam na rua, mas principalmente as que observam dentro de casa, de modo que, um filho que observa o pai desrespeitar a mãe, por conta do machismo, tem a tendência a fazer o mesmo em relação a professora.

De forma quase unânime, os professores apontam o contexto extraescolar como desencadeador da violência que ocorre na escola. Argumentam que os alunos apenas reproduzem o que vivem em seu dia a dia, por estarem inseridos em ambientes classificados como desestruturados e violentos, onde se presume que sejam frequentemente submetidos a desrespeitos e humilhações de todas as ordens, acabam assimilando esses comportamentos como padrões de conduta e utilizando-os em qualquer lugar ou circunstância. Por isso afirmam que a violência do aluno não é direcionada exatamente ao professor, mas que pode ser contra qualquer outra pessoa.

Partem do princípio de que o aluno é moldado de acordo com as pressões externas à escola e que pouco ou nada poderiam fazer contra essa situação. Essa visão desconsidera a capacidade individual do aluno de interagir, significar e mudar os conteúdos sociais que internaliza e de intervir no ambiente de que faz parte. Essa postura pode também gerar graves preconceitos, pois se cria uma imagem negativa e um julgamento prévio dos alunos oriundos de lugares pobres, de bairros tidos como

violentos, de escolas periféricas, por exemplo.

Os professores afirmam também que a família vem passando por grave crise e que isso tem interferido diretamente no desempenho da escola. Duas situações críticas são apresentadas: uma, em que os pais são excessivamente autoritários e violentos; outra, em que os pais não têm autoridade sobre os filhos (são altamente permissivos e não estabelecem limites); ambas, avaliadas como contraproducentes aos processos escolares.

Os depoimentos explicitam a influência do contexto familiar no comportamento dos alunos, mas são insuficientes para explicar os mal-estares da escola, como a desautorização e a violência. Isso porque a família apresenta problemas semelhantes aos da escola - incertezas em relação às mudanças socioeconômicas e culturais - e não tem o poder que os professores lhe imputam, pois os alunos também recebem influência de outros ambientes socializadores. (Pereira e Zuin, 2019. p. 8)

O ambiente extra escolar como aponta Pereira e Zuin (2019), é reconhecido por muitos docentes como determinante para a ação violenta dos estudantes dentro do ambiente escolar. A citação demonstra a fragilidade do ecossistema escolar, lidando com variáveis muito sensíveis, visto que, com citado, a ação violenta, parece estar sendo causada tanto pela influência de pais violentos, fazendo com que os alunos reproduzam tal comportamento, quanto por pais que sejam muito permissivos. Esta variável familiar, se soma as salas de aula, geralmente superlotadas, que não permitem que os docentes possam conhecer melhor seus alunos, suas realidades, para a partir daí poderem estabelecer metodologias didáticas mais eficientes.

Ainda em Pereira e Zuin (2019), há o elemento relevante da localização geográfica da escola como possível fator de relevância aos eventos de violência dentro da escola. Afinal de contas, escolas que são localizadas em regiões periféricas, que em muitos casos foram edificadas como forma de diminuir a falta de acesso a escola em relação as escolas de regiões centrais, muitas vezes não conseguem contribuir de modo eficiente para diminuir o preconceito e o abismo social entre regiões centrais e periféricas. Desta maneira, ao invés de promover uma presença transformadora e inclusiva, em muitos casos estas escolas acabam por serem uma reprodução em escala da realidade social de seu entorno.

A reprodução de relações desiguais entre as classes, que contribuem com as

vulnerabilidades e exacerbam violências, é algo muito presente no sistema de ensino, por ainda valorizar e socializar fatores culturais minoritários em contraponto à cultura das classes mais numerosas.

Embora a família seja forte influenciadora do conjunto de crenças, práticas e comportamento assumidos e absorvidos pela socialização do indivíduo, por ele percorrer vários espaços de socialização ao longo da vida, adquire novos hábitos, pensamentos e formas de agir pela convivência com outras pessoas e novos ambientes, modificando o seu *habitus*. Ou seja, *habitus* e campos de vivência andam juntos, como se fossem uma dupla. (Alves, Cesar, Barbosa, Oliveira, Silva e Rodríguez-Martín, 2022. p.1035)

Desta forma, a escola acaba não sendo um ambiente assimilado com certa naturalidade em algumas comunidades, não promovendo o ideal transformador imaginado. Da mesma forma, a escola em comunidades periféricas, pode representar uma presença da exploração, um marco simbólico do poder do Estado enquanto instituição de gerenciamento e controle. Assim, muitos professores, quando são direcionados para atuarem nestas localidades, muitas vezes, não são vistos como a mão que pode, através do braço do conhecimento, conduzir o estudante no caminho da transformação. Muitas vezes, ele é muito mais reconhecido como um estranho, que vêm como representante de uma força opressora, mais uma forma de violência institucional do Estado.

Seguindo esta lógica, o professor passa a ser a figura que irá realizar, não somente a mediação de um conhecimento formal, não será apenas um mediador epistemológico entre o saber e o estudante. Ele é um representante do ente estatal que rege a sociedade e desta forma não é, em muitos casos, reconhecido por estudantes e familiares como sendo também, eventual vítima das deliberações governamentais, tanto quanto o estudante. Por conta deste cenário, o professor é encarado, em certos contextos de violência, como um rival a ser superado, não como um semelhante no exercício de sua função, mas como o outro, diferente. Esta realidade tende a tornar possível o acirramento de animosidades, uma escalada de tensões que, conseqüentemente fazem do professor, mais uma vítima provável da violência na escola.

A violência contra o professor pode ser definida como um conjunto de ações e situações provocadas por estudantes de forma insidiosa ou crônica no local de trabalho e/ou meio digital, mediada por percepção de violência, mecanismo de

enfrentamento do professor e gestão organizacional da violência. É caracterizada por ameaça, tentativa ou agressão real, incluindo fala, escrita, gestos, contato físico, coerção social, desprezo individual ou coletivo, danos a propriedades, múltiplos fatores no ambiente de trabalho, interrupção na sala de aula, conteúdos inapropriados em mídia eletrônica, violência de gênero e orientação sexual e presenciar cenas de violência. O modelo integrado de violência contra o professor compreende antecedentes conceituais, como a experiência anterior com violência contra o docente, definição cultural de violência e percepção de vitimização. A violência propriamente dita contra o professor é um construto multidimensional que resulta da interação com o estudante no contexto organizacional e social. As consequências da violência contra o professor incluem danos psicológicos, emocionais, biológicos, profissionais e sociais. (Alves, Cesar, Barbosa, Oliveira, Silva e Rodríguez-Martín, 2022. p.1035)

Quando Alves, Cesar, Barbosa, Oliveira, Silva e Rodríguez-Martín (2022), se referem a experiência anterior de violência contra o professor, permite assinalar a possibilidade de uma recorrência do evento, mediante a situação que tornou possível o precedente. Se pode supor em tal contexto que, a violência escolar em determinadas circunstâncias, é uma relação de violência entre vítimas, de um lado o aluno, como vítima de uma sociedade violenta e impositiva, de outro, o professor, que foi formado para ser um mediador de conhecimento formal, mas que cada vez mais tem de exercer uma função diplomática com os alunos, a comunidade, ainda tendo que lidar com a pressão institucional.

### **1.1. Violência escolar no Estado de Santa Catarina**

A realidade posta no capítulo anterior, acerca da violência que ocorre dentro do perímetro das instituições escolares e, como foi exposto, uma realidade brasileira e internacional. Conforme os mecanismos institucionais vão avançando, é possível que se possa obter informações mais atualizadas sobre a realidade da violência. Esta atualização, muito frequentemente, dá a impressão de que houve um avanço, uma escalada da violência, mas em muitos casos, não é totalmente verdadeiro, pois o que avançou de fato, foram os mecanismos de registro dos casos. Apesar da violência na escola, como já mencionado, ser um contexto pré existente, o que tem chamado a atenção de autoridades e da comunidade escolar, é o grau desta violência.

O estado de Santa Catarina, apesar de ter um território relativamente pequeno, com 95 730,684 quilômetros quadrados, o equivalente ao território de Portugal, é o vigésimo estado em território, entre os 27 entes federados (inclusive o distrito federal). Tem uma diversidade cultural proporcionalmente oposta ao seu tamanho. Desta forma, há a necessidade de promover uma percepção universalizada entre os estudantes do território, de que, eles são iguais em relação aos outros estudantes do estado, independentemente da região (que por extensão são iguais em direitos à outras regiões do território nacional). Desta maneira, o próprio Governo do Estado de Santa Catarina afirma que:

Nas últimas décadas, o Estado brasileiro vem desencadeando um conjunto de ações que têm levado o Brasil e o Estado de Santa Catarina a avançar significativamente na oferta e na universalização da educação. No entanto, se reconhece que muito ainda se tem a fazer no sentido de proporcionar a todos os cidadãos e todas as cidadãs, não somente, o acesso, mas, sobretudo a permanência na escola com uma educação pública gratuita, laica, e de aprendizagem com qualidade, para as múltiplas diferenças humanas que estão na educação básica e nas modalidades de ensino. (Santa Catarina, 2016. p. 7)

Neste sentido se observa uma preocupação do Governo Catarinense, em consonância com o Governo Federal no que diz respeito a universalização do acesso a educação pública, com qualidade em todo o território. Esta universalização busca romper com antigas práticas que se apresentavam de forma segregacionista, promovendo a existência de discriminações e preconceitos. Com a universalização da educação se busca através da escola, promover uma formação que, ao ser definida como cidadã, tem por objetivo promover o diálogo, acenando a ideais que permitam que todos compreendam sua situação de igualdade de direito diante da justiça.

A sociedade brasileira necessita romper com o ciclo do preconceito, da discriminação, da exclusão e da destruição dos recursos naturais. Compreendemos que a escola pode contribuir para o processo de construção da convivência solidária e respeitosa entre os sujeitos diferentes e com o meio ambiente. Essa relação deve estar baseada no estudo, no diálogo e na valorização das diferenças humanas.

O ser humano na sua vertente social, em uma relação de interação e dependência com o outro e o “eu”, na sua forma individual, só pode existir por meio de um contato com o “outro”, nesse sentido, a instituição escolar é um dos espaços que possibilita

a construção do processo de interação, de humanização e de apostas na justiça social para um mundo melhor. (Santa Catarina, 2016. p. 6)

Esta diversidade, presente na citação acima, foi em 2016, preocupado do Governo do Estado de Santa Catarina, ao promover um documento para a Secretaria de Estado da Educação, sobre o tema da diversidade, sob o título: Educação e Diversidade. Sendo um material que busca tratar sobre a diversidade como tema educacional, a partir de legislações sobre o tema (leis no 11.645/08, no 10.639/03, no 11.525/07 e no 9.795/99). É uma pena que, diante desta diversidade cultural, este material tão importante, não tenha sido fisicamente presente, e devidamente abordado na escola. Por conta de elementos culturais que lhe são próprios, o estado de Santa Catarina historicamente, tem a crença de avanço social (inclusive no ramo educacional), através meritocracia, remetendo a uma concepção do século XIX.

A meritocracia, por sua vez, seria o governo do social pelo mérito; premissa que ganhou força a partir de ideais Iluministas e cuja consolidação coincidiu com o governo de Napoleão Bonaparte, na França, durante o final do século XVIII e início do XIX. Ainda no contexto do século XIX, a meritocracia passou a ser o ideal democrático das modernas sociedades burguesas e surge como um sistema social, político e econômico em que os privilégios são obtidos pelo mérito e o poder é exercido pelos mais qualificados, mais competentes, mais talentosos, contrapondo-se aos modelos aristocráticos e oligárquicos. (de Souza Kinchescki, Grimm e Sossai, 2015. p. 252)

Esta noção de meritocracia ainda é fortemente presente no imaginário coletivo da população catarinense, onde a população acredita fortemente que as transformações acontecem por meio do merecimento. Este imaginário com certeza ajudou a construir boa parte do desenvolvimento econômico da região ao longo das décadas, bem como a lidar com as constantes tragédias naturais por conta das mudanças climáticas que causam frequentes transtornos por conta das cheias dos rios. Mas, transpor um ideal de desenvolvimento econômico, de maneira crua, pura e simples à ideais educacionais é uma aplicação bastante arriscada. Com forte probabilidade de gerar problemas, afinal de contas, o conhecimento não é produto, pura e simplesmente, nem sempre terá uma aplicação prática direta e simples.

Este contexto do valor do conhecimento, é um elemento que, no estado de Santa

Catarina, é considerado uma preocupação, sendo em muitos casos, uma forma de promover a igualdade entre os diferentes. Assim se diminuiriam as diferenças com etnias que historicamente foram perseguidas no território catarinense e ainda sofrem as consequências deste processo histórico de construção de uma violência, o preconceito contra negro e o índio. Estes grupos, além outras minorias, passam a ser reconhecidos como merecedores do respeito da entidade estatal responsável pelo desenvolvimento social através da educação, buscando desenvolver os talentos individuais através da educação, independentemente da etnia do estudante (que já era uma função da escola pública, mas foi necessário que se instituíssem leis para este fim).

Diante dessa perspectiva, deve-se pensar a escola como sendo o lugar da diversidade humana que precisa ser reconhecida e respeitada em suas diferenças. Mas para a efetiva e concreta inclusão de todos os sujeitos nos processos educativos, é preciso que tanto o currículo quanto o Projeto Político Pedagógico foquem, particularmente, em ações que rompam com as desigualdades, a discriminação e as violências históricas, especificamente contra os negros e os indígenas, impedidos de seu desenvolvimento econômico, político e social. Além desses as crianças e os adolescentes que, também, ao longo da história têm sofrido com a violação de seus direitos, comprometendo seu pleno desenvolvimento físico, mental e social. (Santa Catarina, 2016. p.9)

Se pode observar nesta construção histórica da mentalidade que “surge como um sistema social, político e econômico em que os privilégios são obtidos pelo mérito e o poder é exercido pelos mais qualificados, mais competentes, mais talentosos” (VALLE e RUCHEL apud de Souza Kinchescki, Grimm e Sossai, 2015. p. 252). Desta forma se pode supor que a própria noção de meritocracia a priori, já preconiza uma relação de poder nua, por consequência, uma forma de violência. Desta forma para de Souza Kinchescki, Grimm, Sossai; se ressalta que as desigualdades de nascimentos serão consideradas desigualdades injustas, já a igualdade de oportunidades das sociedades democráticas irá estabelecer desigualdades justas. Assim, a noção de mérito, irá buscar expor alguém, não necessariamente pela sua capacidade, mas na disputa com os demais.

Esta noção de meritocracia, como salientado, expressa uma linha bastante tênue, entre o reconhecimento dos esforços do indivíduo, neste caso na busca pelo conhecimento, e a disputa para vencer os colegas. Assim “o mérito se exprime, portanto, pelo mérito escolar,

que se torna sua principal dimensão, e constitui-se na alavanca da meritocracia” (VALLE e RUSCHEL, 2010, p. 80). Esta diferenciação, muitas vezes, durante o processo de construção do fazer educacional, se perde, fazendo com que se tenha apenas a disputa pelas melhores médias, desta forma, se passa a ter um rótulo das melhores escolas, e assim sucessivamente. Deixando, muitas vezes para trás, a função que deveria ser considerada fundamental à educação, a promoção de igualdade, conhecimento dos direitos e da cidadania, não uma competitividade violenta.

Nesta direção, se pode compreender outra dimensão da violência escolar, que ainda não havia sido abordada diretamente nesta dissertação, a violência que acontece na própria mentalidade da comunidade, ao atribuir a noção de mérito, de conquista ou vitória. Este é um elemento adicional que pode ajudar a compor uma visão ainda mais ampla da realidade da violência na escola. Afinal de contas, a ideia de concorrência, promove uma dimensão que permite supor que os estudantes, sejam também, nesta realidade, condicionados à disputa, a querer se sobrepor, conseqüentemente à uma expressão violenta. Esta realidade, em um contexto escolar onde há o choque de realidades, com pessoas de origens de diversos segmentos sociais, tende a gerar uma tensão bastante grande ao ambiente escolar.

Neste sentido a noção de meritocracia, conforme se observa nesta realidade como cita Dubet (2008), a escola da igualdade das oportunidades e do mérito aparece como uma máquina que aspira e empurra os alunos num mesmo movimento. Este movimento de aspirar, suga todos os alunos, fazendo com que, muitas vezes, neste movimento de captação mecânica. Promovido por um sistema que não se preocupa com as particularidades dos indivíduos, a propensão ao choque entre os diferentes, a divergência, conseqüentemente a violência, é um perigo constante. Desta forma, parece que o contexto escolar, se afasta bastante do interesse anteriormente citado que, promoveu uma maior distribuição da presença escolar nos mais diversos pontos geográficos da sociedade, deixando em muitos momentos sua função inclusiva, reforçando a exclusão.

Numa realidade que inspira a competitividade desta maneira, o desafio de promoção de um ideal de igualdade se torna ainda mais desafiador. Numa realidade onde a competição é um elemento fortemente presente, se observa uma forma de violência bastante difícil de superar. Promotora de uma dicotomia social, à medida que, faz com que, vagas de estágio remunerado, por exemplo, sejam disputadas por todos os estudantes. Nesta direção, em algumas situações, são selecionados alunos que já tem uma certa referência social, a

possibilidade de promover a inclusão, e sim, ressaltando ainda mais a exclusão. Este elemento ocorre, em certa medida, pelo fato de alunos com maior situação de vulnerabilidade, não poderem em muitos momentos, alcançarem boas notas, por terem de lidar com uma dura realidade pessoal.

A escola não apenas transmite ou constrói o conhecimento acadêmico, se não que se configura como um espaço disciplinador e normalizador no que os padrões sociais são reforçados e perpetuados na legitimação de relações de poder e hierarquias. Esse afã normalizador se faz evidente na organização do currículo que ainda transmite um discurso hegemônico que remete à norma branca, masculina, heterossexual e crista. A partir desse grupo dominante, detentor do poder simbólico vai se construindo por comparação, negação e subordinação “o diverso”, qualquer sujeito que não encaixe com o padrão hegemônico. Achamos particularmente indicativo, desse processo disciplinador, a invisibilização das sexualidades não heteronormativas nos livros didáticos brasileiros distribuídos para as escolas públicas. (Sala e Grossi, 2013 p. 2)

Esta invisibilização, esta ação de padronização, que aspira e padroniza, como já mencionado, ainda tem a característica de excluir sexualmente individual do sujeito (o respeito à sexualidade), não apenas em uma hierarquia entre homens e mulheres, heteroafetivos, mas também aqueles que não se encaixam neste padrão. A percepção de igualdade, que se pretende formatar através da relação de poder nu que ocorre dentro do contexto educacional, faz com que, exista uma integralidade do padrão. Se pretende não somente demonstrar ao indivíduo a igualdade de direitos e deveres, mas também, os elementos socialmente desejados, que visam a construção, não somente de uma sociedade, mas de famílias, como base para tal. Sob este prisma, se pode perceber a permissividade de uma visão heteronormatizadora e homofóbica.

Nos livros didáticos, o caráter heteronormativo das relações sociais está presente nos padrões de representação de gênero e de organizações familiares, nos discursos sobre afetos e também na ausência do tema da diversidade sexual. A heteronormatividade impõe um silêncio sobre essa temática: não há gays nas obras literárias, não há relações homossexuais nos textos de orientação sexual e, muito precocemente, as crianças aprendem a indexar o universo social pela dicotomia de

gênero. O silêncio é a estratégia discursiva dominante, tornando nebulosa a fronteira entre heteronormatividade e homofobia.

Essa estratégia do silêncio configura-se como uma forma de domínio e de repressão sexual, em tanto que estabelece o que é dizível e o que tem que ficar relegado no reino do indizível, sendo a mesma existência numa sexualidade não heteronormativa negada pela falta de representações discursivas. É a través desse silenciamento que lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgender, famílias não heterossexuais, são simplesmente excluídos do espaço público, do currículo, dos livros didáticos e das reflexões sobre direitos humanos. sentido a escola assume o rol de ferramenta fundamental nesse projeto de social de construção dos corpos legítimos, o poder define a forma como se processa a representação; a representação por sua vez tem efeitos específicos, ligados sobretudo, à produção de identidades culturais e sociais, reforçando assim, as relações de poder. (Sala e Grossi, 2013 p. 2)

A citação, ao remeter parte de sua reflexão sobre a exclusão de temas referentes a sexualidade, em largo faz perceber a intenção de um currículo que se afasta do que se havia proposto na proposta educacional brasileira, e que foi apresentado no capítulo 1.0. desta dissertação, no que diz respeito a construção da cidadania, de um país que constitucionalmente é um país de bem estar de direito. Seguindo o caminho ponderado na citação, se acredita que, forme um cidadão, ideal para o mercado, com um perfil disciplinado e não contestador, ou quando contestador, que o faça sem base, fazendo com isso, que sua manifestação seja esvaziada de sentido e validade. Assim, o sistema em si, permanece em sua dinâmica de violência, que, no processo de propagação da educação em território nacional, carrega em seu ventre também a centelha da violência.

Quando a citação reflete sobre a produção de material didático, é novamente necessário que se tenha a compreensão de que, se está falando de um material didático, que, sequer consegue promover um esclarecimento do estudante. No caso deste capítulo, de Santa Catarina (mas o mesmo acontece em outras unidades da federação), sobre a realidade na qual está inserido, em questões sobre as quais, todo são iguais, como direito trabalhistas, etc, quiçá, sobre os direitos as diferenças, como direitos de gênero, sexualidade, dentre outras questões específicas. Desta maneira se pode ter uma percepção de que, há elementos faltantes no contexto educacional que permita uma formação adequada ao estudante, que lhe

forme para lidar com a realidade de forma mais consistente.

Já foi afirmado anteriormente nesta dissertação que, há uma caminhada no processo educacional, que busca estabelecer a inserção da tecnologia como uma realidade e, a partir desta, promover (ou se ter a intenção de promover) transformações eficientes. Mas, estas ferramentas tem se mostrado totalmente distintas a finalidade que se pretendia, afinal de contas, é bem verdade que, os meios digitais promovem o acesso a uma quantidade de informações sem precedentes na história humana. Porém, não se está conseguindo formar o estudante, mesmo com a orientação docente constante, a realizar uma interpretação crítica e esclarecida sobre a realidade em que vive e, sua importância na transformação de elementos inadequados da realidade, na construção de uma sociedade mais igualitária.

O próprio Estado de Santa Catarina, em um de seus canais oficiais, buscou dar notoriedade ao investimento em tecnologia, quando em 2021 anuncia que: “O Governo de Santa Catarina investiu o maior valor da história na Educação em 2021: R\$ 7,7 bilhões. O valor representa 27,40% da receita corrente líquida do Estado, ultrapassando de forma inédita o mínimo constitucional de 25% destinado à área.” (Secretaria de comunicação do Estado de Santa Catarina (Agência de Notícias SECOM), 2021. <https://estado.sc.gov.br/noticias/investimento-em-educacao-em-2021-alcanca-r-7-7-bilhoes-o-maior-valor-da-historia-de-santa-catarina-2/>). Desta forma, demonstrando a preocupação em inserir o mundo virtual no contexto escolar da rede estadual de Santa Catarina.

Assim se pode supor que, as práticas que anteriormente eram encontradas na realidade escolar, não seriam necessariamente extintas, nem sequer mitigadas, ao contrário, estariam encontrando a possibilidade de elevarem suas práticas a outro patamar. A inserção deste recurso no contexto educacional, inseriu em certa medida, a escola catarinense numa condição contemporânea de acesso (mesmo que parcial), ao mundo tecnológico e digital. A questão que surge neste ponto é, quanto a sociedade escolar, que transcende a relação professor/aluno, e envolve família e sociedade em geral, está preparada para interagir com estas novas ferramentas, estas novas formas de comunicação e relação humanos, fazendo uso positivo destes meios, não apenas replicando falas comuns do seu entorno, agora através do virtual.

O investimento que Governo do Estado de Santa Catarina é, na mesma direção de

capítulos anteriores, uma tentativa de promover a presença da escola em todas as regiões do território deste ente federado. Apesar de ser um estado territorialmente pequeno, são grandes as desigualdades de uma cidade para outra, fazendo com que este investimento, em muitas regiões, tenha o sentido de inclusão, de promoção da igualdade, como mencionado, havendo a necessidade de, nesta implantação, neste investimento, que se tenha o cuidado de buscar mitigar as desigualdades que, nas regiões metropolitanas, receberam notoriedade por conta da realidade violenta. Afinal de contas, a exclusão de uma região dos investimentos e do planejamento das autoridades é, sem a menor dúvida também, uma forma de violência, social e escolar (pela falta de escolas, em dados ressesentes).

## **1.2. A Violência escolar na Coordenadoria Regional de Educação de Itajaí**

A Coordenadoria Regional de Educação de Itajaí (também conhecida como Décima Sétima Coordenadoria Regional de Educação – 17ªCRE), fica instalada na cidade de Itajaí. Vale ressaltar que, esta coordenadoria, abrange dez cidades, sendo as cidades de Itajaí, Navegantes, Penha, Balneário Piçarras, Ilhota, Itapema, Balneário Camboriú, Camboriú, Porto Belo e Bombinhas, apesar de haver uma grande variação nos contingentes populacionais. Há cidades como Bombinhas, com pouco mais de 25 mil habitantes, há cidades como Balneário Camboriú, como com 140 mil habitantes e Itajaí com 224 mil habitantes. Desta maneira, se pode supor do tamanho do desafio de compreensão que se impõe ao gestor educacional.

Esta complexidade expressada em número, faz com que esta coordenadoria precise lidar com cidades que possuem centros urbanos desenvolvidos, com Itajaí, Balneário Camboriú e Navegantes (que passou por um acelerado desenvolvimento a partir das primeiras décadas dos anos 2000), e cidades com menos de 50 mil habitantes, com regiões rurais, pesca artesanal, tendo uma realidade bem menos agitada. Este contraste de realidades, faz em um primeiro momento, supor que esta coordenadoria goze de grande tranquilidade, até mesmo porque, muitas das cidades desta coordenadoria, tem uma reduzida extensão territorial, ou, em outros casos, regiões rurais, não muito habitadas.

Os dados específicos desta coordenadoria, serão abordados com mais profundidade em capítulos subsequentes, sendo importante, esta seção introdutória relevante ressaltar que, apesar de uma aparência pacata, nos períodos que é proposta a análise desta dissertação, é uma das mais violentas do Estado de Santa Catarina, a partir do ano de 2022. Valendo

lembrar que, o ano de 2020, teve sua rotina alterada por conta da pandemia da Covid 19, fazendo com que as aulas retornassem no curso do ano de 2021, sendo que em algumas regiões, por conta dos protocolos de segurança, as aulas presenciais retornaram, já tendo avançado muito do ano letivo de 2021, tendo por conta disso, poucas ocorrências registradas (com possíveis subnotificações), saltando para a quarta posição, junto com a Coordenadoria de Araranguá, com 243 registros.

## 2. DADOS OFICIAIS SOBRE VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Esta dissertação tomará por base os dados oficiais fornecidos pela Secretaria de Estado da Educação, através de seu web portal oficial, que é alimentando em tempo real, através do endereço:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDY5NjY5OGQtNTIzZS00OGQyLTlhMzAtODkKODU3YzNINTJiIiwidCI6ImExN2QwM2ZjLTRiYWMTNGI2OC1iZDY4LWUzOTYzYTJlYzRlNiJ9&pageName=ReportSectionde1fb97dd79f5c6c2054>. Este programa, faz parte do programa Educação na Palma da Mão, e tem por interesse promover a atualização em tempo real dos dados e eventuais iniciativas do ente estatal para com a educação, podendo ser acessado de qualquer dispositivo conectado a internet. Desta maneira, a sociedade pode ter uma percepção aproximada das realidades que acontecem na dinâmica escolar, inclusive no que diz respeito a violência.

A coleta de dados, se dá através do repasse das informações sobre as ocorrências locais (no caso da violência, foco desta dissertação), de cada unidade de ensino, sendo realizada a alimentação do sistema informatizado do governo do estado. Desta forma, se pode observar no referido portal que, o território que é administrado pela gestão da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, nos anos que há registro no web site, há o registro de 14.710 ocorrências de violência. Elas ocorreram em 932 unidades escolares, tendo um total de 25.726 agressores, com o total de 40.319 vítimas (os números certamente aumentarão pois os dados que começaram a ser lançados em 2021, e que terminarão de serem lançados os finais de 2024). Sendo possível se ter uma noção do tamanho do desafio que se descortina diante dos olhos quando se busca analisar a violência na escola, bem como, por parte dos gestores, promover algum tipo de possibilidade de solução.

É fundamental também, ressaltar que, os dados recolhidos nesta dissertação, são obtidos diretamente dos canais oficiais do Governo do Estado de Santa Catarina, sendo, portanto, dados oficiais. Existe a necessidade desta ressalva pois, é de ciência que há um grande problema em muitas situações, de subnotificação. Esta situação pode ocorrer por diversos motivos:

- Preocupação do gestor da unidade escolar com o status de sua escola, podendo acarretar insegurança das famílias em matricular seus filhos;
- Falta de um funcionário responsável pela alimentação do sistema do NEPRE;
- Concentração da alimentação dos registros de violência em apenas uma pessoa, gerando eventual falta de notificação de determinado período (escolas

com os três períodos, computam 60 horas de carga horária, e o profissional pode ter contrato de apenas 40 horas);

- No caso de concentração em uma única pessoa, problema de, quando esta pessoa goza de um afastamento, como férias, licença médica ou licença prêmio, não ocorrer a devida ação de alimentação dos dados;
- Há ainda os casos de banalização da violência, que ocorre quando a vítima opta por não informar os responsáveis, para a que a ocorrência seja registrada e, em seguida investigada;
- Por fim o medo, de que, havendo a denúncia, e os subsequentes registros, se saiba que são os autores dos atos de violência e suas vítimas, e essas possam sofrer algum tipo de violência adicional, inclusive representando risco à sua integridade física e emocional.

Desta maneira se pode perceber que, o contexto a violência que acontece dentro da escola, é um tema de grande complexidade, que precisa de constante levantamento de dados e estudos que buscam compreender como e porque ocorrem, para que se possam ser traçadas estratégias de combate e controle. Assim, se pode supor que, para que se tenham dados sempre atualizados, é necessário, não somente que se tenham sistemas digitais adequados e eficientes, mas também que seus operadores sejam capacitados, e que, os gestores possam operar alternativas com eficiência e agilidade.

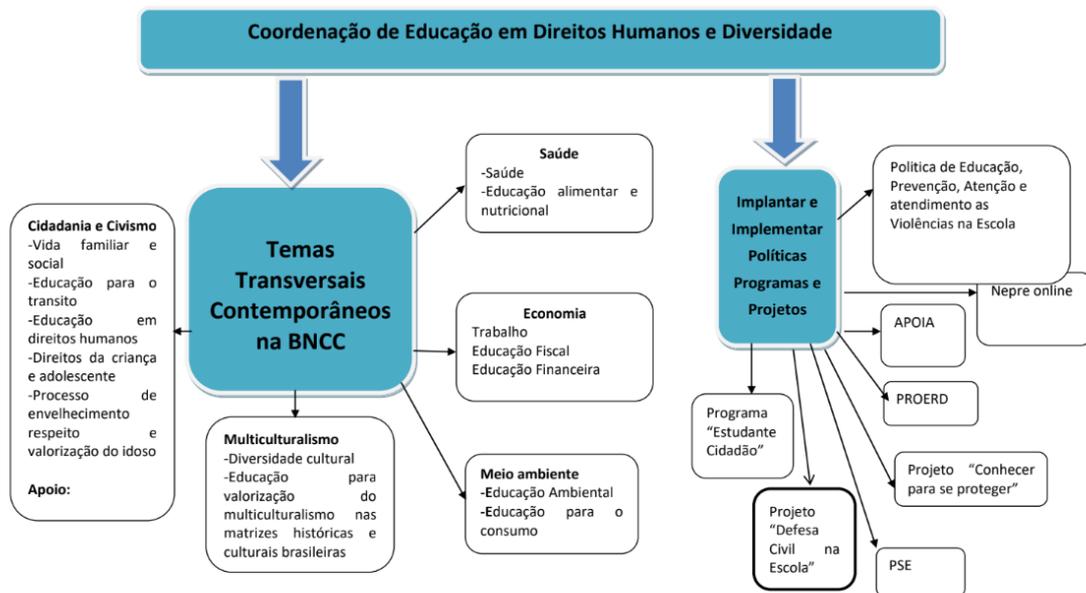
## **2.1. O portal (site web) oficial da SED (Secretaria Estadual de Educação)**

A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina – SED, apresenta em seu site; <https://www.sed.sc.gov.br/>, diversas informações sobre a realidade escolar de forma geral. Permitindo acesso à diversas informações, como notícias sobre a educação, com eventos, decisões do Governo, opções de acesso a informações e contatos de gestão e administração, guia de acesso rápido, história da secretaria e de seus gestores, dentre outras informações. Há entre estas diversas opções, uma mais específica que se destina mais especificamente sobre a violência na escola e materiais de informação e seu combate; <https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/politica-de-educacao-prevencao-atencao-e-atendimento-as-violencias-na-escola/>, onde é possível acessar diversas opções de conteúdos que podem auxiliar no atendimento e combate a violência.

A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, através do link acima informado, sobre a violência na escola e materiais de informação e seu combate, apresenta

uma noção, através de um organograma, que permite visualizar um pouco sobre a estrutura de promoção da Educação em Direitos Humanos e Diversidade, que vai se preocupar e, não somente abordar a questão da violência escolar. Buscará relacionar a formação do estudante, observando a tentativa de formação para o conhecimento de sua realidade, vinculada aos padrões nacionais de educação, através da Base Nacional Curricular Comum, a BNCC.

**Figura 01 - Organograma da Coordenação de Educação em Direitos Humanos e Diversidade.**



Fonte: <https://drive.google.com/file/d/1JzMjLU0ovG1-m8fdGZGe2ixhj1F10U9l/view>,  
acessado em, 15/07/2024.

A parte específica do site, que diz respeito aos dados estatísticos sobre a violência na escola, passou a divulgar os dados sobre a violência nas unidades sob sua responsabilidade, através do portal (anteriormente estas informações eram divulgadas através de tabelas, de forma menos dinâmica, interativa e eficiente para as pessoas que tivessem interesse): <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDY5NjY5OGQtNTIzZS00OGQyLTlhMzAtODk0DU3YzNINTjIiIiwidCI6ImExN2QwM2ZjLTRiYWVtNGI2OC1iZDY4LWUzOTYzYTJlYzRlNiJ9&pageName=ReportSectionde1fb97dd79f5c6c2054>. Partindo desta informação, é necessário que se façam algumas observações adicionais; primeira, que esta ferramenta se pôs à disposição apenas no ano de 2021; segunda, no ano de 2021, estava retornando do isolamento pós pandemia, tendo ficado o ano de 2020, praticamente todo em isolamento, passando a gradativamente retornar à escola de forma presencial; terceira, muitos dos registros eram feitos de forma impressa, não tendo sido lançados na plataforma;

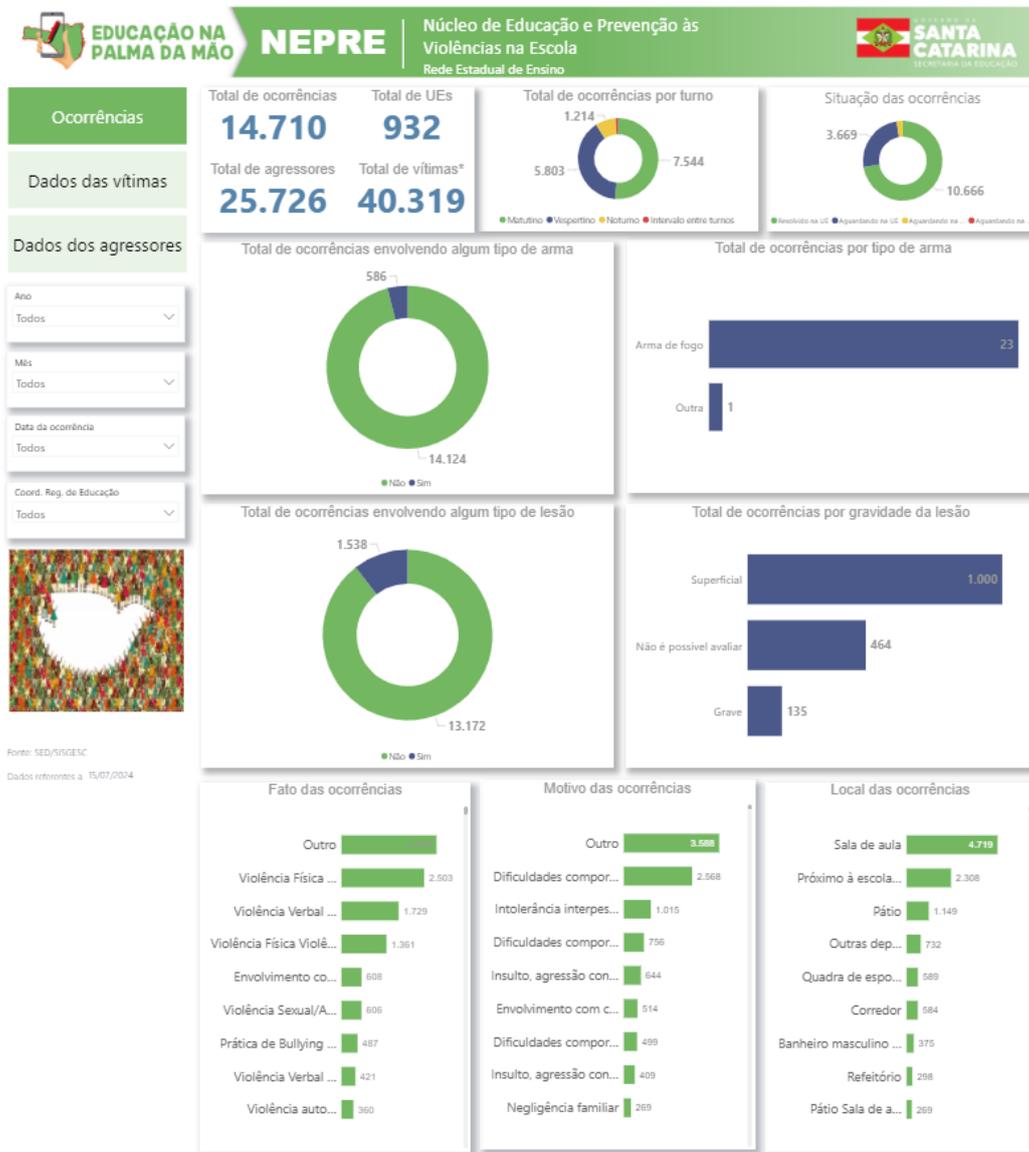
quarto, muitas ocorrências foram reportadas à outras áreas, como a de segurança pública, através do boletim de ocorrência, por exemplo.

Há ainda uma observação que merece igual ou maior atenção, o fato de que, os materiais impressos do NEPRE mais conhecidos, começaram a circular nas escolas em 2011, portanto, a alimentação virtual de dados deste programa, passou a ser utilizada apenas dez anos depois. Desta maneira, sendo de conhecimento comum de que, a internet já era uma realidade ao final da primeira década dos anos 2000, o tempo de implementação do recurso virtual de acompanhamento dos dados sobre a violência na escola, através do programa educação na palma da mão, teve uma velocidade inversamente proporcional ao aumento dos registros de violência. Se percebe assim que, apesar de serem medidas relevantes e consistentes para na busca da mitigação e eliminação da violência na escola, há a grande necessidade da divulgação de iniciativas semelhantes, visto que a Secretaria de Estado da Educação, produziu mais de 40 materiais de apoio ao combate à violência na escola.

Ao se tomar conhecimento dos materiais, bem como do referido portal (especificamente a parte que fornece os dados estatísticos, é possível superar muitas das dificuldades obtenção de informações, facilitando a interpretação dos dados que serão visualizados. A grande quantidade de informações se apresenta de forma bastante intuitiva os dados ao seu visitante. Ele apresenta uma série de opções que permitem uma busca bastante refinada de particularidades de informações específicas sobre os tipos de ocorrências, como ano (um ano específico, ou período de mais anos), tipo de violência, regional, respeitando é claro, informações privadas, que permitiriam identificar, a unidade escolar onde a os casos tenham ocorrido, as vítimas ou suspeitos das violências, respeitando as legislações de proteção de dados.

Tendo acesso aos dados estatísticos, se pode compreender melhor as ocorrências de violência no território administrado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, possibilitando a identificação dos problemas gerais neste tema. Assim, o ente governamental pode traçar estratégias de combate as situações que são de constância mais elevada, em parceria com outras secretarias, seja na produção de materiais, formações, ou ações efetivas de combate. Permite também o reconhecimento das formas de violência mais constantes em cada uma das coordenadorias (que não necessariamente ocorrem de forma igual com os dados gerais do restante do território). Nesta direção, se assinala a distância em termos de morosidade entre os mais de 40 tipos de matérias e orientações produzidos pelo Governo e demanda das escolas, na outra ponta do processo.

**Figura 02 - Parte 01 da imagem parcial do site do Núcleo de Educação e Prevenção às Violências na Escola.**



Fonte:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDY5NjY5OGQ0NTIzZS00OGQyLTlhMzAtODk0ODU3YzNINTJiIiwidCI6ImExN2QwM2ZjLTRiYWVtNGI2OC1iZDY4LWUzOTYzYTJlYzRlNiJ9&pageName=ReportSectionde1fb97dd79f5c6c2054>, acessado em 16/07/2024.

A página representada na ilustração, já demonstra a objetividade da ferramenta, já trazendo muitas informações logo do ingresso à página. No caso da imagem inclusive, se optou por inserir os dados gerais, desde a implantação do NEPRE virtual, tendo dados correspondentes aos quatro anos de funcionamento, e como anteriormente afirmado, com valores que irão, por infelicidade aumentar até o fim do ano de 2024. Esta tela, permite conhecer, logo de início os dados já informados em capítulo anterior, além de, fornecer dados muito relevantes para uma maior contextualização da realidade da violência na escola, com

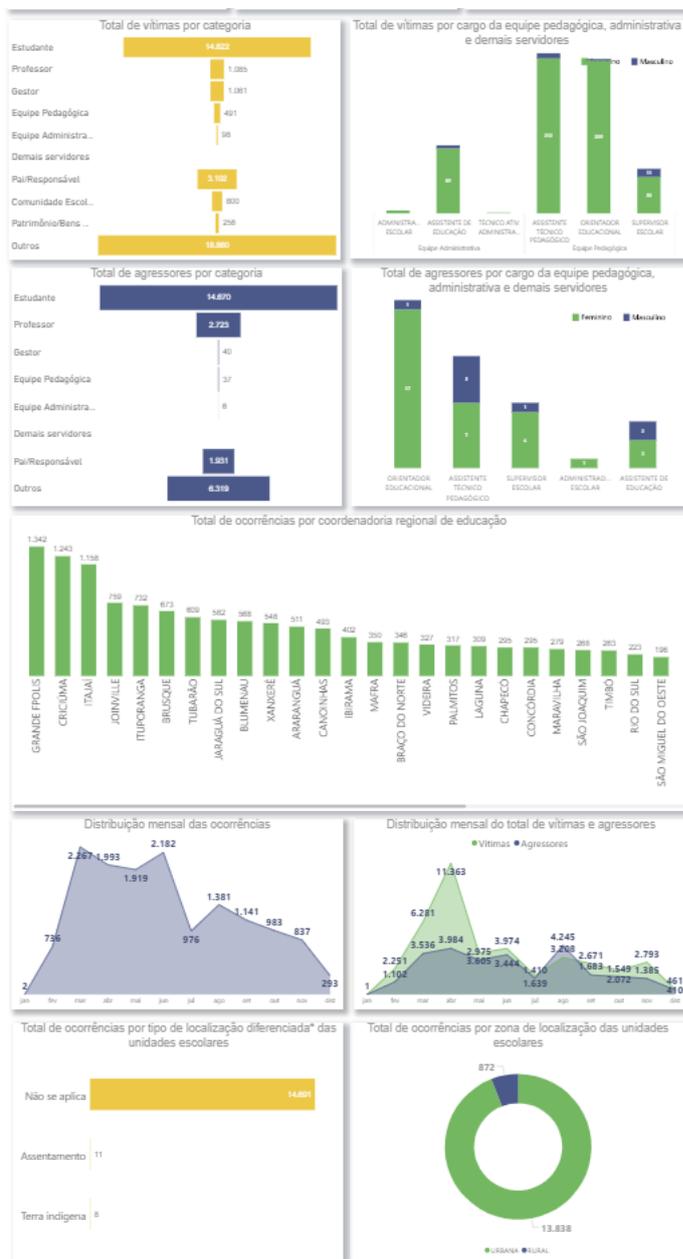
as ocorrências por turno escolar (matutino, vespertino ou noturno), situação de ocorrência, se resolvido ou aguardando, se houve o emprego de algum tipo de arma, ocorrência com lesão, tipo ou motivo da violência e ainda, em que local da escola ocorreu a violência.

Estes dados que aparecem logo de início na navegação, permitem conhecer não somente como é complexa a realidade da violência que ocorre dentro das escolas do território catarinense, mas também, a quantidade de tipos de violência. A observação de cada uma das tabelas, por si só, já representa uma situação preocupante, mas, a observação de dados de mais tabelas, permite imaginar a grande quantidade de possibilidades de ocorrências que pode haver. É sabido que toda forma de violência é algo que deve ser combatido, mas as possibilidades que são expostas através dos gráficos, fazem com que possa perceber como é delicada a vida em sociedade, a partir da representação da do microcosmos que é a escola.

Os registros, em maior o menor número, com por exemplo o local da ocorrência, representa bem o como é importante o registro das ocorrências, como forma de interpretar esta realidade, afinal, o local com maior quantidade de situações registradas, é justamente a sala de aula, local onde se intuiria maior segurança, por haver a presença de pelo menos um adulto responsável, sendo a segunda opção mais assinalada, representa exatamente o oposto, quando o estudante está fora de sala de aula. Neste caso é curioso observar que, o índice de violência dentro da sala de aula, tem o dobro de possibilidade de ocorrer, do que nas imediações do espaço educacional, ou seja, fora da escola, demonstrando o quanto é necessário que conheçam adequadamente estes dados.

As imagens da página inicial das informações estatísticas do NEPRE, foram nesta dissertação dividida em duas partes, para que se possa visualizar melhor as opções de informações que são de pronto disponibilizada no portal. A segunda parte, que é apresentada a seguir, demonstra outros importantes dados para a leitura do contexto da realidade da violência na escola. E como se pode deduzir no parágrafo acima, a violência nas imediações da escola, muitas vezes, pode ser relacionada com a violência que acontece dentro de seus limites territoriais.

**Figura 03 - Parte 02 da imagem parcial do site do Núcleo de Educação e Prevenção às Violências na Escola.**



Fonte:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaZDY5NjY5OGQNTiZzS00OGQyLTlhMzAtODk0ODU3YzNINTJiIiwidCI6ImExN2QwM2ZjLTRiYWMtNGI2OC1iZDY4LWUzOTYzYTYjYzRlNiJ9&pageName=ReportSectionde1fb97dd79f5c6c2054>, acessado em 16/07/2024.

## **2.2. Dados sobre violência escolar na Coordenadoria Regional de Educação (CRE) de Itajaí.**

A Décima Sétima Coordenadoria Regional de Educação (CRE) de Itajaí, realiza todas suas atividades de forma alinhada com as orientações e normativas da Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina – SED – SC, que lhe é a instância superior direta. Desta forma, busca estabelecer uma relação entre a realidade da violência no território que é de sua competência, e as iniciativas e ações disponíveis pela hierarquia a qual está submetida. É através desta relação institucional que, ainda observa a relação de busca de conhecimento da SED – SC com o Ministério da Educação – MEC (instituição máxima da regulação da educação no território brasileiro), se busca obter informações e métodos de combate a violência dentro da escola, ou no contexto a ela relacionado.

Esta coordenadoria busca estabelecer formas de combate que busquem mitigar a violência que ocorrem no território de sua competência, buscando incentivar as escolas através de seus representantes no NEPRE, a manterem os registros de violência atualizados. É por conta desta busca pela obtenção de dados mais fideis com a realidade que, a 17ª CRE, busca obter informações mais precisas sobre a realidade da violência na escola, para a partir daí, através do grupo de profissionais determinado a lidar com esta realidade, traça, dentro de seu alcance estratégias de combate as violências relacionadas a realidade escolar. Há diversos itens que são informados pelos responsáveis do NEPRE nas unidades escolares, com a intenção de tornar o mais eficiente possível a organização de estratégias eficazes.

Cada escola da 17ª CRE, tem um representante responsável pela alimentação dos dados do NEPRE. Este profissional, recebe dos demais integrantes do corpo pedagógico os registros de violência e realiza o cadastro da ocorrência no devido sistema. Acontece nesta situação um problema que, é responsável por uma certa morosidade do processo, ou até uma subnotificação. Este funcionário pode, como qualquer outro, pedir uma licença, seja de tratamento de saúde ou Licença Prêmio (todo funcionário concursado da rede pública estadual de Santa Catarina tem, após completar integralmente cinco anos de trabalho, a uma licença de três meses, chamada de Licença Prêmio), pode pegar férias ou ter outro afastamento semelhante, que causa um atraso da referida alimentação, caso não exista na unidade escolar, outro profissional que possa realizar esta tarefa em sua ausência. Esta busca por uma eficiência no fornecimento de informações sobre a violência que acontece na escola, informada pela própria escola, representa uma situação de dupla interpretação:

- A primeira é evidentemente, uma maior eficiência na alimentação de dados, visando o melhor desempenho no desenvolvimento de ações de combate à violência;
- A segunda, é a preocupação com o quanto estes índices podem ser elevados, em comparação com outras Coordenadorias, podendo fazer recair sobre os gestores a cobrança adicional sobre este contexto.

Com estas dificuldades, se percebe que, no caso da 17ª CRE, a busca da manutenção das informações do NEPRE de forma atualizada, é por um lado, um grande mérito na busca pela eficiência, por outro, uma preocupação constante aos seus gestores. Isso ocorre pois, nesta Coordenadoria, houve um aumento nos registros dos casos de violência de, 9 em 2018, para 243 em 2022 (nos anos de 2019 e 2020, os dados do NEPRE, não tiveram a informação por coordenadoria, apenas a informação dos dados gerais, e no ano de 2021, a 17ª CRE não consta nos registros). Se pode perceber o preocupante aumento nos casos de violência na escola (ou uma maior eficiência nas notificações das ocorrências) neste período de 4 a 5 anos. Este aumento faz a referida regional subir da sexta para a quinta posição nos casos de violência e no ano seguinte, assumir a primeira posição com 592 casos.

Para que se tenha uma visão mais ampla do cenário, outro dado relevante deve ser adicionado, segundo os dados do IBGE, compilados nesta dissertação, na tabela que segue, contendo as seis coordenadorias com maior quantidade de escolas públicas estaduais, a coordenadoria é a quarta maior coordenadoria em quantidade de escolas estaduais.

**Tabela 01 – Ranking decrescente das Coordenadorias Regionais, por quantidade de escolas, segundo informações do NEPRE de 2018.**

	Posição	Quantidade de escolas
1ª	Joinville	358
2ª	Florianópolis	121
3ª	Blumenau	52
4ª	Itajaí	52
5ª	Araranguá	51
6ª	Mafra/São Bento	48

Fonte: <https://drive.google.com/file/d/1O2SI2PdkJCX298XLR-wWw9WRA8kV1yHP/view>, acessado em 17/07/2024.

Observando a tabela se percebe a situação da Coordenadoria Regional de Itajaí, que tem a quarta maior quantidade de escolas de toda a rede estadual de Santa Catarina e que, passou a ocupar a primeira posição no registro de ocorrências de violência. Este aumento, como já comentado anteriormente nesta dissertação, pode ser caso de subnotificações que ocorrem em outras gerências, visto que, a Coordenadoria Regional de Blumenau, com a mesma quantidade de escolas, ocupa a oitava colocação do ranking de 2023, com 276 registros. Sendo que o segundo lugar deste mesmo ranking é ocupado pela Coordenadoria Regional de Florianópolis, com 572 ocorrências registradas, mas tendo uma quantidade de escolas que é duas vezes maior do que a quantidade da coordenadoria itajaiense e a maior coordenadoria do estado, a de Joinville, ocupa apenas a quarta posição com 362 registros de ocorrências.

Desta maneira se pode observar a expressividade apresentada através dos números da Coordenadoria Regional de Itajaí. Sendo que, as ocorrências que constam no sistema, segundo informação do próprio, foram realizadas em 41 unidades escolares. Tendo um total de 836 agressores, com 1.731 vítimas registradas, sendo estas distribuídas em, 323 no período matutino, 206 no vespertino, 58 no período noturno e 5 nos intervalos entre os turnos. Demonstrando inclusive a maior concentração das ocorrências durante o dia, principalmente no período matutino, com uma quantidade bastante superior ao período vespertino e esmagadoramente maior ao período noturno. Mas tendo apenas neste violento período, mais ocorrências que a Coordenadoria Regional de Blumenau, que como citado, tem a mesma quantidade de escolas e, registrou 276 ocorrências.

As próximas seis tabelas irão contextualizar a realidade da violência do ano que se pode observar não somente a maior quantidade de dados disponibilizados detalhadamente (através do site de dados do NEPRE, tendo em vista a realidade posterior ao retorno da Pandemia. Os dados são referentes ao ano de 2023, e tem por interesse demonstrar alguns aspectos, algumas das particularidades das ocorrências registradas de violência na escola, nas unidades escolares sob a responsabilidade da Coordenadoria Regional de Itajaí. Nesta direção, cada uma das tabelas irá demonstrar os índices com maior incidência, havendo possibilidades de registro que, não necessariamente aparecem nas imagens, pois tiveram uma quantidade muito pequena de ocorrências. Que poderia dificultar a compreensão geral do contexto.

**Gráfico 01 – Fatos geradores das ocorrências registradas – referente ao ano de 2023.**



Fonte:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDY5NjY5OGQ0NTIzZS00OGQyLTlhMzAtODk0ODU3YzNINTJiIiwidCI6ImExN2QwM2ZjLTRiYWMTNGI2OC1iZDY4LWUzOTYzYTJlYzRlNiJ9&pageName=ReportSectionde1fb97dd79f5c6c2054>, acessado em

18/07/2024

A tabela 02, demonstra as causas ou, fatos geradores mais constantes para a ocorrência de violência que foram registrados pelas unidades escolares. Nesta direção, se sabe que, a linguagem no contexto social em tempos ressesentes, tem sido mais agressiva, a ponto de muitas formas de agressividade linguística terem sido banalizadas. Mas, mesmo assim, se percebe que, através da linguagem houve um incremento bastante grande da violência, através de insultos, injúrias ou situações similares, a ponto desta forma de violência ser o fato gerador mais registrado pelas unidades escolares. Se pode supor que, a violência verbal, por mais que se relacione com registros, com ocorrências que, eventualmente já tema sido encerradas, se pode supor que possam ter relação com outras ocorrências registradas posteriormente.

Se pode imaginar que, uma violência verbal, possa posteriormente, ter passado por outros desdobramentos, com maiores agravantes, fazendo com esta forma de violência venha desembocar em uma violência física posterior. Se faz esta suposição pois se deduz que, um ato de ofensa, de injúria, ou outras formas de agressão verbal, possam estar inseridos em um contexto de agressividade tamanha, a ponto de gerar algum tipo de ressentimento, causando uma posterior necessidade de vingança. Nesta relação, se pode deduzir que, em tal contexto de violência, aquele indivíduo que anteriormente foi vítima da violência verbal, pode ser novamente a vítima da violência física, dando continuidade à forma de violência em um registro posterior, ou, por uma necessidade pessoal de vingança, fazer com que a, anterior vítima se torne o posterior agressor.

Os registros de violência físico/verbal, demonstra como este contexto violento pode ter uma rápida ebulição, fazendo com que, na mesma situação de violência, a ocorrência comece a violência verbal e venha a acabar em um desdobramento físico. Brincadeiras violentas, podem acabar gerando insultos que, por sua vez, podem acabar gerando uma descarga maior de fúria dos envolvidos, fazendo com que a situação passe a ter um desenrolar de tensão agravada, gerando a agressão física, causando escoriações aos envolvidos direta ou indiretamente nas situações de violência. Valendo ressaltar ainda que, a violência verbal, aparece em mais de uma forma de registros, podendo ser a já citada violência verbal isolada, com ou sem desdobramentos, a violência verbal que acaba por ter um desdobramento de violência física, a ocorrência onde as duas formas ocorrem simultaneamente.

Havendo ainda violência verbal que é registrada por outros motivos, que aparece na quinta posição dos registros, e a violência verbal como decorrente da prática de bullying, demonstrando que o bullying, passa a ser também uma das causas geradoras de violência verbal, a ponto de receber um tipo de registro específico. Sendo que a relação com esta nova forma de nomear a violência, passa a ter novos registros, de maneira específica, na oitava e na nona posição, demonstrando que, o bullying, apesar de não ser diretamente uma das formas mais recorrente de violência, passa a ser presente em mais de uma forma de registros, passando inclusive a ter o desdobramento em cyberbullying, que acena para outra situação de violência, a violência virtual (esta forma de violência, geralmente, é alvo de registro não somente como violência na escola, mas, também de crime que, se recomenda o registro da ocorrência na polícia federal, que detêm esta jurisdição).

Outro dado relevante, que consta na terceira colocação, também representa uma contextualização bastante delicada, que é a violência à escola. Esta forma de violência diz

respeito a formas de violência que ocorrem contra a instituição escolar, como a depredação do espaço escolar, decorrente de ações de vandalismo, que pode ocorrer de diversas formas. A este respeito, se imagina uma situação já comentada nesta dissertação que é a especulação sobre o grau de subnotificação, onde é sabido que, vandalismo, vai de gestos como, o simples riscar uma mesa ou cadeira, ou ainda uma parede, até atos de depredação, de violência de maior proporção, resultando em uma maior dificuldade da gestão pública e manter um espaço educacional produtivo e atraente por conta desta forma desta face da violência, desta forma, se pode perceber uma forma de violência que deixa marcas para os futuros estudantes que utilizarão a estrutura.

Mas a violência contra a escola, enquanto instituição, não se resume apenas (não se pretende menos presar tal forma de violência com este termo) a violência ao patrimônio público, mas também a violência da imagem da escola. Fazendo com que a imagem da instituição escolar, em muitos momentos fique maculada, seja através do aspecto físico, supracitado, mas também, tendo um desdobramento virtual. Afinal de contas, da mesma forma que ocorrem as situações de cyberbullying, também ocorrem as formas de demonstrações de violência contra a escola através de redes sociais, veiculação de notícias que não são devidamente apuradas e que citam o nome da escola e eventualmente, fazem menção, direta ou indiretamente a um ou mais de seus integrantes, ou segmentos internos, fazendo com que a escola possa ter sua imagem violentamente depreciada.

Se percebe que, estas ocorrências, em muitas situações podem ter interrelações, demonstrando um contexto orgânico violência na escola, onde as formas de violência, demonstram e projetam a realidade de uma sociedade que é em si, violenta. Estas ocorrências demonstrar algumas faces, alguns contextos, dentre muitos, em que a violência se projeta a ponto de ser registrada em dados estatísticos pelo ente estatal, mas é importante atentar ao fato de que, estas formas de violência representam a realidade de forma que, não fossem registradas através da realidade escolar, poderiam ser citadas em outros contextos da realidade social, sem causar necessariamente, grande espanto. O que costuma causar certo grau de indignação é, o fato de que, ainda se tem na figura da escola, uma representação social do que viria e deveria representar segurança.

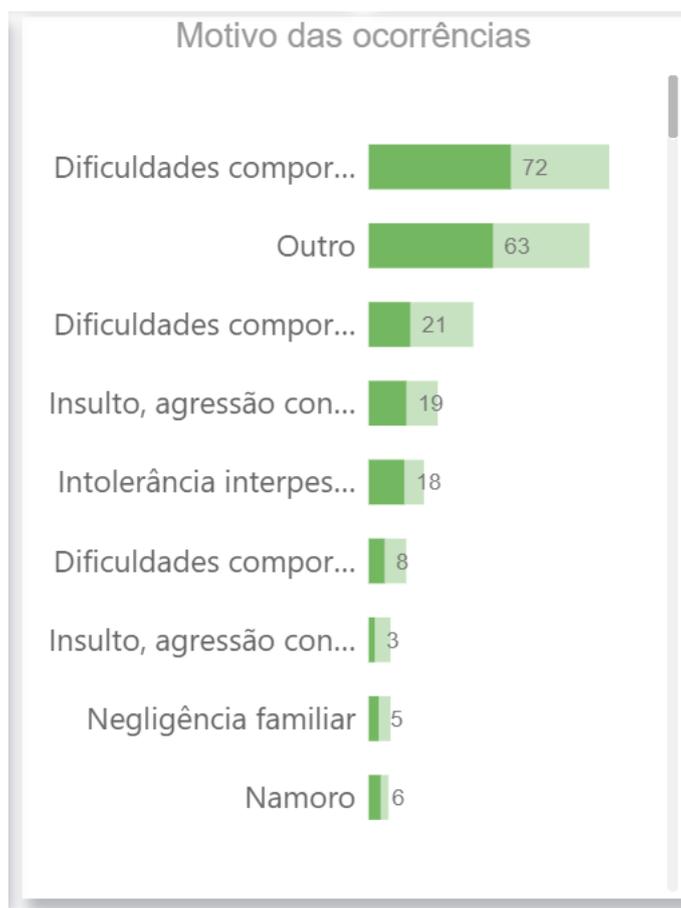
Neste complexo cenário de interpretação da violência na escola, os fatos apontados como geradores da violência na escola, ainda há outro elemento, que demonstra a agressividade da vida social contemporânea. A violência sexual, esta pode ser relacionada a situações de sexismo, ou dito de outra forma, tratamento diferenciado por conta do gênero sexual do indivíduo. Mas, se trata nesta tabela, de registros sobre violência, fazendo com

que, se possa supor diversas modalidades de violência sexual que podem ser nomeadas desta forma. O fato desta forma de violência está presente entre as quatro ocorrências mais frequentes nos registros, lembrando ainda da subnotificação de casos, faz com que se tenha a certeza de que, este aspecto da violência, é outro fator bastante preocupante quando se analisa a violência que acontece dentro da escola.

Há ainda um elemento que escapou as possibilidades de compreensão, de interpretação em compilação do NEPRE. Houveram ocorrências que, sem que se tenha uma compreensão mais exata, não receberam um tipo específico de definição, que no sistema, foram informados apenas com *OUTROS*. Não se tem informação certa sobre o que exatamente se pretende informar com esta opção que, neste caso, não é apenas mais uma opção de preenchimento de um formulário eletrônico e burocrático, afinal de contas, se trata do registro de fatos de ocorrência, que foi assinalado na maior quantidade de vezes, pelos responsáveis pelo preenchimento dos dados. Fazendo com que se possa supor que existam ainda, mais possibilidade de violência que não estão devidamente dispostas entre as possibilidades de registro do ente estatal.

Feitas estas ponderações sobre os fatos registrados da violência na escola, é necessário que se busque lançar um olhar sobre as possíveis motivações que levaram a estes casos, a estas ocorrências. Vale ressaltar novamente que, a convivência escolar, é uma projeção da realidade social, de modo que, uma realidade escolar violenta, sinaliza a necessidade de um olhar sobre a sociedade, e desta forma, se buscar observar os caminhos que levam a esta realidade. Assim, se pode afirmar que, a relação do indivíduo para com o outro, e para com o grupo social no qual está inserido, faz com que se possa observar mais elementos que são componentes da violência na sociedade, e por consequência, na escola, desta maneira, a próxima tabela vai demonstrar os registros, com as maiores motivações da violência escolar.

**Gráfico 02 – Motivos geradores das ocorrências – referente ao ano de 2023.**



Fonte:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDY5NjY5OGQtNTIzZS00OGQyLTlhMzAtODk0ODU3YzNINTJiIiwidCI6ImExN2QwM2ZjLTRiYWwtNGI2OC1iZDY4LWUzOTYzYTJlYzRlNiJ9&pageName=ReportSectionde1fb97dd79f5c6c2054>, acessado em 18/07/2024

Esta tabela apresenta dados, como apresentados na tabela anterior, que busca dar mais profundidade na busca da observação do contexto violento da comunidade escolar da Coordenadoria Regional de Educação – CRE, de Itajaí. Mas, esta tabela vai buscar observar as motivações que apresentam maior quantidade de registros no NEPRE, durante o ano de 2023. Neste sentido, fazendo uma relação com a tabela anterior (Tabela 02), se percebe novamente a tentativa de registrar com precisão as ocorrências da violência na escola, e que, mesmo com todo esforço, ainda há informações que fogem ao registro. Esta afirmação é feita, por conta de que, se a opção OUTROS, foi a mais registrada sobre os fatos de ocorrência, ela é também bastante utilizada quando se busca compreender as motivações da violência na escola, sendo a segunda opção mais assinalada.

Apesar do peso da opção OUTROS, os demais itens que aparecem na tabela também fornecem informações que permitem um olhar sobre alguns dos aspectos mais presentes nos registros sobre a violência na escola. E da mesma forma que na tabela anterior, se percebe uma relação orgânica entre as opções, e até, entre as tabelas. E a preocupação dos elementos que aparecem nesta tabela foram, já no primeiro trimestre do ano de 2023, alvo de preocupação da Secretaria de Educação do Governo do Estado de Santa Catarina. Em março de 2023, foi publicada uma portaria que teve por finalidade, instituir a presença de um profissional, com a devida formação, na constituição das equipes dos NEPRE's, das Coordenadorias Regionais e Educação. Esta portaria foi publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, na sua edição de número 21.982, de 17 de março de 2023.

Esta portaria busca inserir o psicólogo para; “Assessorar, acompanhar e articular as equipes NEPREs das Coordenadorias Regionais de Educação” (Santa Catarina, 2023. Artigo 1º). Demonstrando a preocupação da gestão pública com a realidade da violência na escola. A ponto de, no mesmo artigo, a portaria dar participação ativa à este profissional para; “Formular, propor e articular estratégias de promoção, prevenção e intervenção, junto às CREs e aos serviços das demais políticas públicas sociais, em questões relacionadas a situações de ameaça ou violação de direitos humanos e sociais;” (Santa Catarina, 2023. Artigo 1º). Ainda nesta portaria, no artigo 3º, há a demonstração de vincular este profissional ao NEPRE de modo a “Atuar no Núcleo de Educação e Prevenção às Violências na Escola – NEPRE/SED – na perspectiva do desenvolvimento da política estadual de educação relacionada à violência enquanto fenômeno multifacetado; (Santa Catarina, 2023. Artigo 3º).

Esta portaria parece que tinha o objetivo de auxiliar na compreensão dos itens da Tabela 03. Pois muitas das situações contidas e descritas da realidade da violência, dizem respeito a uma expertise que ultrapassa a formação pedagógica e epistemológica do professor. Sendo necessário a participação de uma formação que tenha as ferramentas necessárias para lidar com uma realidade que, advém do social, mas, também da natureza humana, lidando com seus elementos emocionais, que fazem com que seu comportamento seja lançado em diversas direções. Desta maneira, compreender esta realidade que é muito mais emocional do que epistêmica, faz com que a parceria entre o profissional do conhecimento epistemológico, o professor, com o profissional que lida com questões que irão interferir diretamente no emocional, o psicólogo.

Estas afirmações são feitas por conta do fato de boa parte da tabela, dizer respeito a questões comportamentais. Estas questões aparecem como dificuldades comportamentais,

que são por ordem da tabela, especificadas como: dificuldade comportamentais e emocionais (que tem a maior quantidade de registros); dificuldade comportamentais e emocionais – Intolerância interpessoal (item com o terceiro lugar em registros); Dificuldades emocionais e comportamentais – Outros (item com o quinto lugar em registros). Desta maneira, se percebe um vínculo bastante estreito entre a questão do comportamento, com a questão emocional, onde as opções tratam as duas coisas como uma só.

Se pode perceber que, ao unificar questões comportamentais com questões emocionais, a Secretaria de Estado da Educação – SED, através do NEPRE, está olhando para o aluno, seja ele estudante dos anos finais do ensino fundamental, ou estudante do ensino médio, não como um aluno apenas, mas como um ser humano, um indivíduo com características que são determinadas também, em contato com o meio no qual ele vive. No que diz respeito ao item com mais registros realizados; Dificuldades comportamentais e emocionais, se pode supor uma série de possibilidades, de variáveis que existam na realidade do aluno que façam com que seu comportamento se tensione a ponto de fazer com que ele aja, ou reaja de forma a produzir violência.

Esta situação tão vasta de possibilidades, fez com que, a opção com mais registros tivesse outro tipo de registro que, parece um tipo de reforço que acerca da realidade da questão comportamental e emocional, que está na quinta colocação, com a opção Outros. Nela se pode supor que exista uma quantidade de ocorrência, de volume considerável que fez que fosse necessário criar uma espécie de termo geral, termo genérico, que muito provavelmente no futuro, passará a ter definições mais específica. Estas duas opções, em grande medida, têm também uma organicidade com as demais opções, que permite, da mesma forma que na tabela 02, a existência, não de fatores únicos, mas de contextos sociais, que geram um reflexo no comportamento humano, que pode causar uma reação violenta.

Ao se constatar uma opção descrita, da mesma maneira que na tabela 02, como outros, e opção semelhante ocorrendo também na tabela 03, em índices de apontamentos diferentes, se percebe que há ainda, um percurso a ser percorrido. Há a necessidade de um refinamento ainda maior das opções a serem assinaladas pelos responsáveis pelo preenchimento do formulário digital. da mesma forma, quando na mesma tabela há a opção Outros, e um outra o opção semelhante com a descrição de Dificuldades emocionais e comportamentais – Outros, tendo portando sentido semelhante, se pode perceber que, há neste contexto a necessidade de obtenção de informações adicionais, mais precisas. Desta forma se pode observar a importância da ocorrência de mais pesquisas sobre o tema, para um aceno para uma convivência com menos violência.

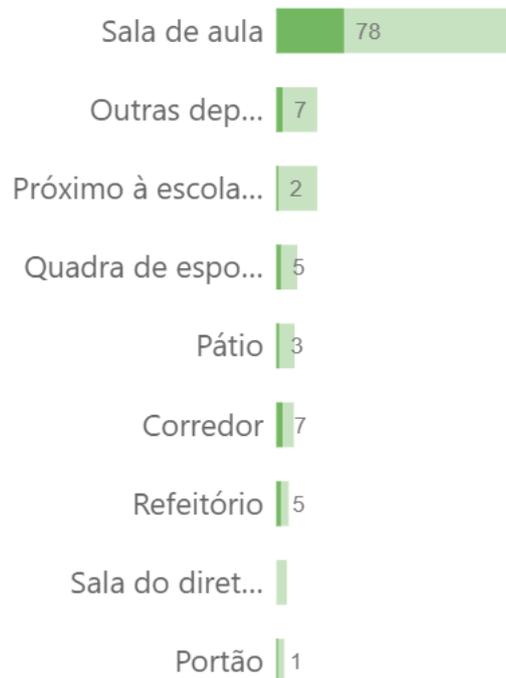
Resga-se neste momento, a informação citada nesta dissertação sobre a iniciativa da contratação de psicólogos para a atuação na rede estadual de ensino. Esta atuação, que inicia através da sua participação como integrante do NEPRE, é um caminho que faz com que a presença deste especialista, ao que parece, seja o início de uma presença cada vez mais constante desta área de atuação na realidade escolar. Isso pode ser deduzido não somente pela iniciativa governamental, mas, também, pela aparição de alguns números, com percentual significativo na tabela 03. Afinal, a opção Dificuldades emocionais e comportamentais – Intolerância Interpessoal, figura na terceira posição. Sendo que a quinta colocação, afirma a Intolerância Interpessoal, demonstrando uma dificuldade dos envolvidos de lidar com o outro, diferente de si.

Talvez esta tabela seja, uma das que permita uma observação mais orgânica do contexto da violência, através dos dados registrados, pois se pode compreender possibilidade de relação entre as 9 alternativas presentes nesta dissertação sendo as que mais foram registradas durante o ano de 2023. Isso pode ser afirmado, relacionando a Intolerância Interpessoal, com as dificuldades de comportamento, afinal de contas, se pode supor uma dificuldade de manutenção de um comportamento sociável, em um contexto de intolerância. Da mesma forma, esta intolerância ajuda a compreender a aparição do quarto registro mais realizado, o de insultos e agressões contra os professores, que em muitos casos, devem em duas disciplinas, mostrarem realidades que pode diferir da opinião pessoal do aluno.

A sétima opção mais assinalada, Insulto e Agressão Contra Professores – Outras Dificuldades Comportamentais e Emocionais, ajuda a demonstrar não somente o desenrolar agressivo, que pode ocorrer através dos insultos e agressões, na relação de ensino aprendizagem. A oitava colocação, que diz respeito a Negligência Familiar, permite supor uma dificuldade do aluno em reconhecer, e por isso reagir com virulência a presença do professor, como figura de referência, pois este aluno, em muitos casos, é resultado de uma relação negligente no seu meio social inicial, a relação familiar. Deste modo, a negligência também se torna uma forma de violência afinal de contas, no processo de formação do infante, a ausência representa um acelerado processo de necessidade de defesa da criança. Que por conta desta violência de ausência, busca se defender por conta própria.

**Gráfico 03 – Locais com maiores incidências de ocorrências – referente ao ano de 2023.**

Local das ocorrências



Fonte:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDY5NjY5OGQtNTIzZS00OGQyLTlhMzAtODk0ODU3YzNINTJiIiwidCI6ImExN2QwM2ZjLTRiYWVtNGI2OC1iZDY4LWUzOTYzYTJlYzRlNiJ9&pageName=ReportSectionde1fb97dd79f5c6c2054>, acessado em

18/07/2024

A tabela 04, em grande parte, vem demonstrar uma continuidade das tabelas que lhe foram anteriores. Inclusive, em continuidade do argumento da tabela 03. Afinal de contas, a comentar a tabela anterior, se fez alusão a relação entre professor e aluno, que passa a ter, ao que se pode observar uma escalada em seu grau de tensão. Afinal de contas, o índice de agressão verbal dirigido ao professor, segundo registros, foi bastante elevado, o que faz com que se compreende como coerente, o dado apresentado como o local de maior ocorrência de registros de violência na escola, que é dentro da sala de aula. Demonstrando que, seja pelo conhecimento específico que o professor leciona, contrariando a opinião pessoal de parte do discentes, seja por ações que representem uma expressão de autoritarismo do docente, ao posicionar a sala de aula, como o cenário mais constante para a violência na escola, se pode deduzir uma grande tensão no processo de ensino aprendizagem.

É curioso observar na Tabela 04 que, durante muito tempo, o ambiente de casa, do lar, da convivência com a família, representava no imaginário coletivo, uma sensação de segurança. Esta sensação se dava, até certo ponto, pela convivência do aluno com familiares adultos, ou pelo menos mais velhos. A relação com a sala de aula, ao que parece, segue na mesma direção, onde os estudantes, estão sob a supervisão de pelos um adulto, que é o professor de disciplinas, e as vezes, quando da presença de um aluno com necessidades especiais, de um segundo professor. Assim, se imagina, de modo equivocado que estes ambientes são os mais seguros. A tabela 04, demonstra um argumento que vai exatamente na direção oposta, onde a violência registrada no NEPRE, ocorrendo fora escola aparece na terceira posição. Apesar a proximidade no ranking, representam uma diferença considerável de realidade.

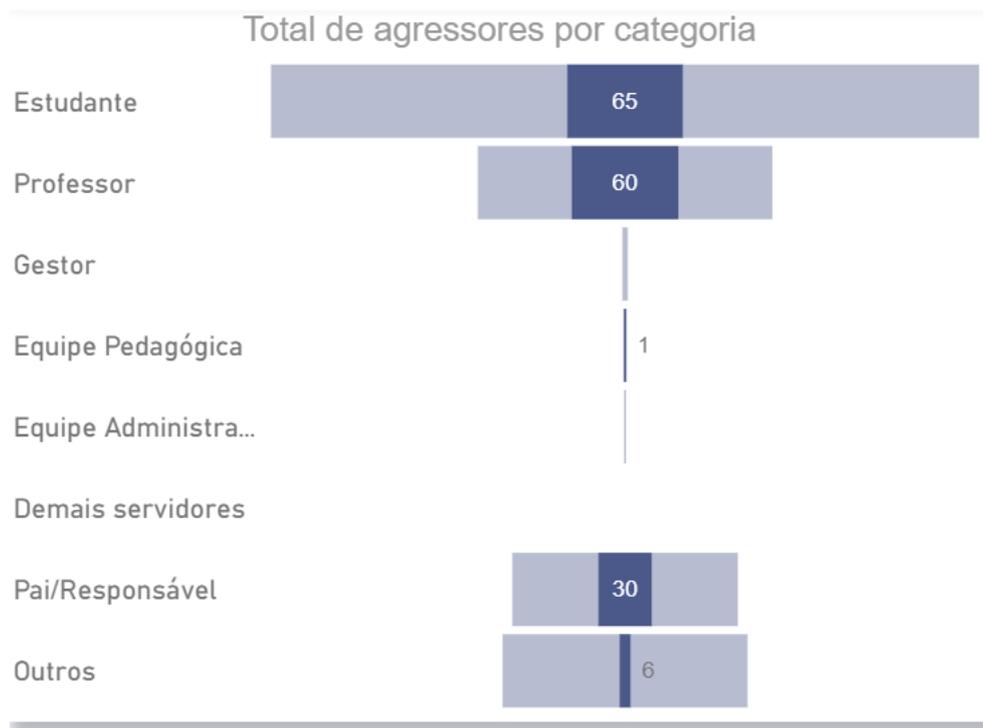
Esta afirmação é feita, através daquilo que os números transparecem, afinal de contas, as ocorrências registradas fora dos muros da escola, mas nas suas proximidades, foi de 2 registros, ao passo que, a violência registrada dentro da sala de aula, foi de 78 ocorrências. Desta maneira, se pode supor que a realidade maior tensão, ocorra dentro da sala de aula, na relação dos indivíduos do processo educacional de forma mais próxima. Que pode sugerir por exemplo, dados que não estão diretamente relacionadas à esta dissertação, como a eventual superlotação das salas de aula. Mas, elemento presentes nas tabelas do NEPRE, em estudo nesta dissertação, sugerem uma possibilidade provável, em ambiente que seja superlotado, ou não, a possibilidade da intolerância, e as questões emocionais.

Na interpretação realizada anteriormente, da violência na escola, através dos dados do NEPRE, apresentar uma relação orgânica, a tabela 04, também traz referência possível à esta interpretação. Afinal de contas, apenas uma opção sugere um desdobramento externo da violência (registro fora dos portões da escola), todas as outras, dizem respeito, diretamente, à ambiente da escola. Mesmo a opção, *outros*, nesta tabela, aparece como, Outras Dependências da Escola, registrado em 7 oportunidades, e na segunda colocação da tabela, segue na suposição de que há ambientes dentro da escola que não constam entre as opções, ou ainda, que alguma das situações pode ser iniciado em um local mas ter se desenrolado em um percursos, como entre a sala e o refeitório, ou alguma situação semelhante.

A situação tensa da relação que tem ocorrido no processo de ensino aprendizagem, segundo os dados do portal do NEPRE, do ano de 2023, tem se demonstrado em um contexto bastante tenso, podendo ter um desdobramento que pode gerar uma situação de violência. Esta situação coloca a relação entre os indivíduos presentes no processo de construção do

conhecimento, de forma central para a observação da realidade da violência na escola. Neste contexto, se imagina a relação que ocorre geralmente e professor ou professores e aluno, ou alunos, mas há que se lembrar que há mais pessoas que estão envolvidas diretamente na realidade escolar, há pessoas na cozinha, secretaria, profissionais externos que eventualmente prestem algum serviço na escola e, não se pode deixar de citar também ou pais, responsáveis e ou familiares.

**Gráfico 04 – Total de agressores por categoria – referente ao ano de 2023.**



Fonte:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDY5NjY5OGQtNTIzZS00OGQyLTlhMzAtODk0ODU3YzNINTJiIiwidCI6ImExN2QwM2ZjLTRiYWVtNGI2OC1iZDY4LWUzOTYzYTJlYzRlNiJ9&pageName=ReportSectionde1fb97dd79f5c6c2054>, acessado em

18/07/2024

A tabela 05, tem como intenção permitir compreender melhor a realidade da violência na escola, através dos principais atores envolvidos nas situações que são registradas através do sistema do NEPRE. Como mencionado no parágrafo anterior, que encerra a interpretação específica da tabela 04, que abre a interpretação que será realizada sobre os dados constantes na tabela 05. Valendo lembrar novamente que, esta pesquisa supõe que os registros de violência sejam ainda maiores, por conta do problema da subnotificação e a eventual falta de opções específicas para o registro mais adequado de algumas situações.

Mas, dentro do universo de possibilidade que foram registradas, há 8 possibilidades de registro disponíveis e que permitem uma interpretação inicial.

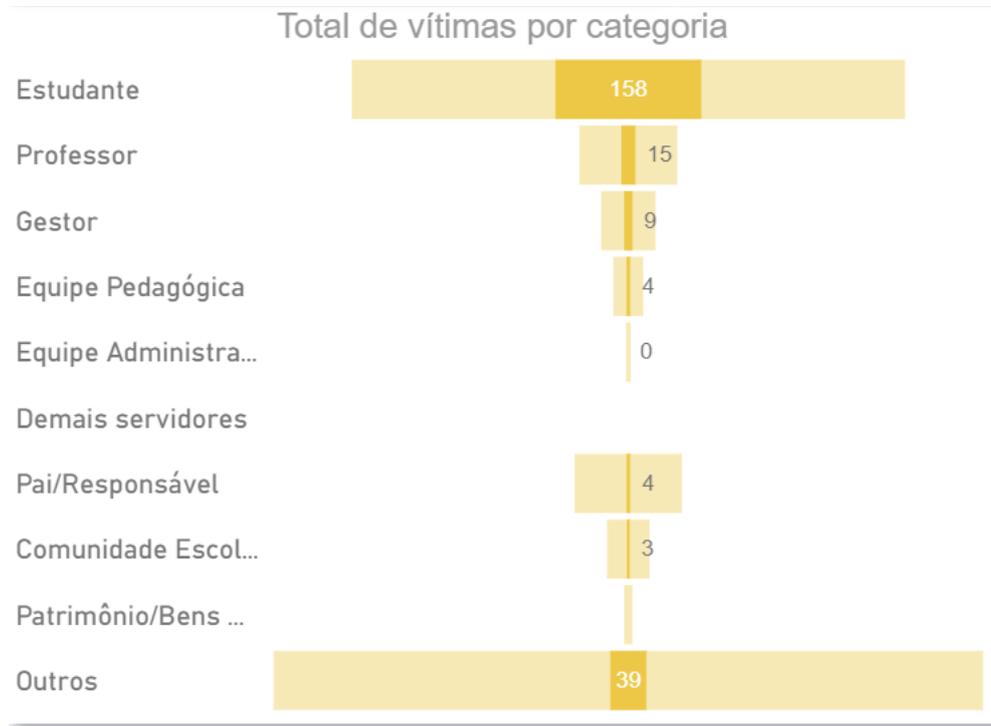
Esta tabela, apresenta o dado com maior registro de agressores por categoria, colocando os alunos como principais agressores. É um dado que não necessariamente trás muita surpresa, afinal de contas, os alunos são maioria, podendo haver situações de violência entre aluno e professor, aluno e aluno, além do fato de a escola se feita para conter mais alunos do que outras categorias de indivíduos relacionáveis. O que chama a atenção, é o fato de que, dentro do ambiente escolar, haverem muito mais alunos do que professores, porém, quando se analisa a tabela 05, se percebe um protagonismo do professor nas ações de violência dentro da escola, afinal de contas, os registros colocam o docente como segundo maior agressor. Dado que, por si, também não é uma grande surpresa em si, afinal de contas, professor é o segundo maior segmento presente na escola, porém a proximidade dos números é o que fornece contornos preocupantes ao contexto.

A diferença de apenas 5 registros que dá aos alunos a primeira colocação em relação ao segmento dos professores, é uma informação que, demonstra como a gestão pública escolar, vai ter que se preocupar, em compreender as motivações que fazem com que o profissional, apresente uma conduta violenta. É necessário também que se tenha uma maior clareza do que vem ser os tipos de violência partindo do professor, para que, ações pedagógicas mais conservadoras, não sejam confundidas como práticas violentas por parte da ação docente. Mas, é evidente que este número, precisa de uma grande atenção das autoridades educacionais, pois a ação docente, dentro do que é idealizado no processo de formação de um professor, deve promover a formação de um profissional que participe da construção de uma sociedade com menos violência, não um indivíduo que corrobore a violência ou contribua para seu aumento.

Neste momento, vale ressaltar afirmação já realizada em capítulo anterior que faz referência a iniciativa da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, buscando a maior presença de profissionais da psicologia no ambiente escolar. Afinal de contas, a interpretação que virá da análise deste profissional, pode contribuir de sobremaneira para identificar elementos presentes nas situações de violência, que possam permitir a elaboração de políticas públicas de educação mais assertivas, na lida com o tema da violência na escola. Este profissional, terá de lidar com a difícil realidade de lidar com os indivíduos que promovem os três maiores índices de registro de ação violenta, sendo os alunos, professores e os pais e ou responsáveis. Fazendo com que, se possa supor a necessidade não somente de

um profissional para o atendimento das situações, mas formação de algum tipo de equipe temática pra lidar com esta realidade.

**Gráfico 05 – Total de vítimas por categoria – referente ao ano de 2023.**



Fonte:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDY5NjY5OGQ0NTIzZS00OGQyLTlhMzAtODk0ODU3YzNlNTJiIiwidCI6ImExN2QwM2ZjLTRiYWtNGI2OC1iZDY4LWUzOTYzYTJlYzRlNiJ9&pageName=ReportSectionde1fb97dd79f5c6c2054>, acessado em

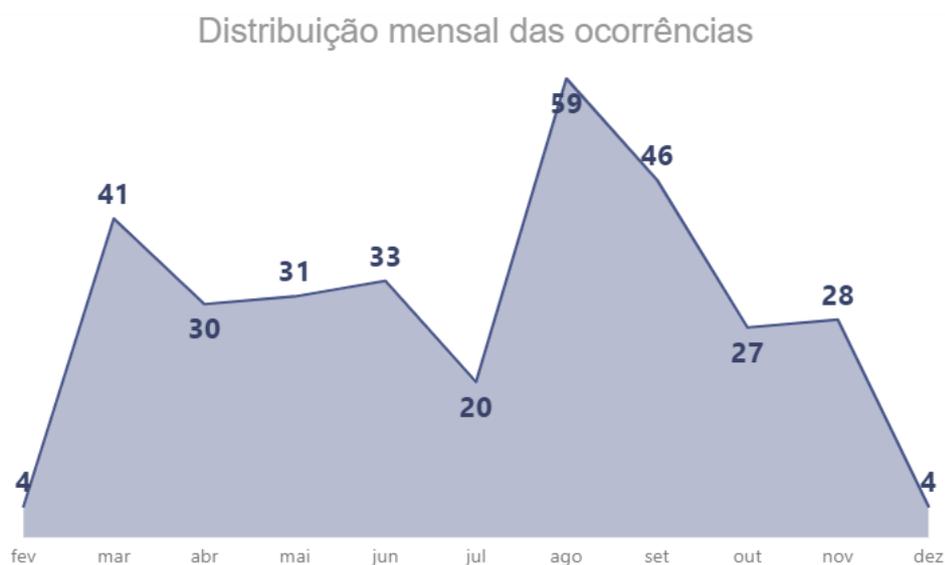
18/07/2024

A tabela 06 em larga medida, dialoga de forma muito íntima e próxima com a tabela 05, ao promover a exposição dos dados sobre as vítimas que são presentes nos registros da violência na escola, da 17ª Coordenadoria Regional de Educação – CRE, instalada na cidade de Itajaí. Estes dados, apontam uma quantidade maior de vítimas no seguimento alunos, onde se observa uma quantidade considerável de registros que separam o primeiro e o segundo colocados da tabela, sendo o segundo lugar (registrado de modo nominal, descartando o seguimento outros) ocupado pelo seguimento dos professores. Onde houveram 158 registros foram realizados como vítimas das violências do seguimento de alunos e 15 do seguimento professor. Permitindo afirmar que os alunos são na esmagadora maioria dos casos, as maiores vítimas da violência na escola, segundo os dados do NEPRE, de 2023.

É importante na observação desta tabela, manter a clareza que, as vítimas da violência na escola, relacionados na tabela 06, podem ter sido vítimas de violência de membros de outros seguimentos, ou até mesmo, membros do próprio seguimento ao qual pertença, bem como, a ação de um agressor pode gerar mais de uma vítima. Desta maneira, ressalta-se novamente a necessidade de um acompanhamento constante das autoridades educacionais dos dados que são gerados sobre a realidade viva das escolas no que diz respeito as ocorrências de violência, bem como a necessidade de uma alimentação constante dos devidos sistemas. Possibilitando não somente a mais rápida e clara informação dos gestores educacionais, como também, a possibilidade de formulações mais eficientes, tanto no tempo de recepção das informações, quanto de formulação de ações de combate à violência.

A tabela 06 ainda, traz informação relevante que permite observar como o contexto de violência é amplamente distribuído na realidade escolar. Se por um lado, o seguimento aluno é o que mais é vitimado nesta realidade, também é verdade que, há vítimas em diversos seguimentos, passando pela gestão da escola e equipe pedagógica (que entre outras coisas atende as ocorrências de violência dentro da escola), afetando toda a comunidade escolar, tendo registro inclusive entre os pais e responsáveis. E novamente se afirma que a escola, sendo uma representação da sociedade a sua volta, transparece a tensão na qual está inserida, fazendo que se possa deduzir que, ações de combate a violência na escola, tomando por base apenas a escola, seja apenas uma parcela da compreensão da realidade violenta da sociedade, corroborando a importâncias de programas como o NEPRE.

**Gráfico 06 – Distribuição das ocorrências por mês – referente ao ano de 2023.**



Fonte:

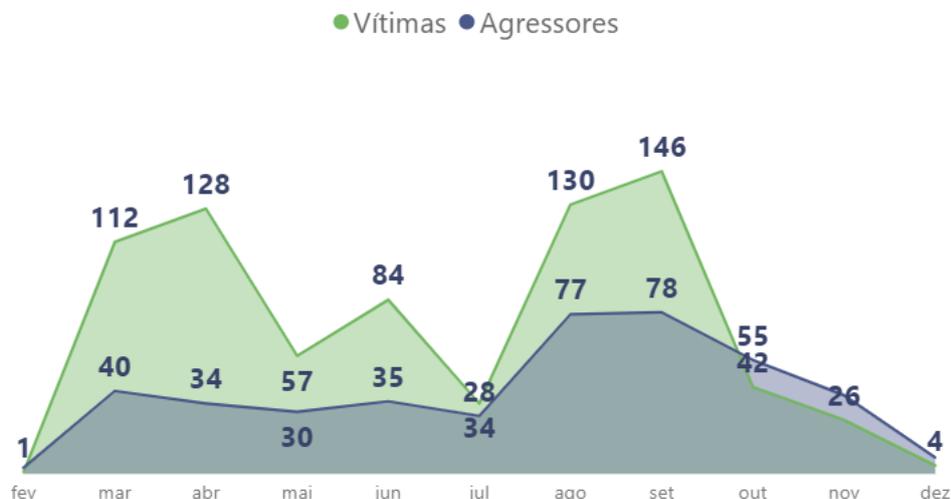
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDY5NjY5OGQ0NTIzZS00OGQyLTlhMzAtODBkODU3YzNlNTJiIiwidCI6ImExN2QwM2ZjLTRiYWwtNGI2OC1iZDY4LWUzOTYzYTJlYzRlNiJ9&pageName=ReportSectionde1fb97dd79f5c6c2054>, acessado em  
18/07/2024

Postos os dados sobre as vítimas e os agressores, o NEPRE aferiu, como um termômetro afere a temperatura, o calor dos ânimos da relação que ocorre dentro dos limites das unidades escolares da Coordenadoria Regional de Educação de Itajaí. Esta aferição, demonstra os períodos de retornos de recessos escolares, tanto no início do ano, nos meses de fevereiro e março, como na metade do ano, no mês de agosto, foram no ano de 2023, os que registraram maior incidência de casos. Permitindo especular que possa ocorrer alguma tensão que aparece neste período de retorno a convivência dos membros da comunidade escolar, após uma pausa no convívio diário nos corredores das unidades escolares. Esse observa no gráfico que, há tanto no primeiro quanto no segundo semestres, uma queda gradativa nos índices registrados.

Além do contexto relacionado e, fazendo parte dele, um dado também aparece com inusitado, a ocorrência de relatos registrados durante o mês de janeiro. A estranheza esta ocorrência se deve ao fato de que, as escolas durante este período funcionam apenas em duas situações, a de expediente interno, onde a secretaria realiza atividades administrativas internas, e plantão de atendimento ao público. Desta maneira, não ocorre atendimento escolar aos moldes tradicionais, não tendo a dinâmica movimentada do ano letivo, com a presença de alunos e de professores. Estes últimos, costumam iniciar sua jornada de trabalho, ao início do mês de fevereiro, uma semana antes do retorno dos estudantes as atividades escolares normais. Desta maneira, se pode constatar que, estes registros, podem ter sido uma ocorrência pontual do ano de 2023, sendo que será necessário que se tenham mais registros futuros para a compreensão desta realidade.

### Gráfico 07 – Distribuição das ocorrências por mês – referente ao ano de 2023.

#### Distribuição mensal do total de vítimas e agressores



Fonte:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDY5NjY5OGQ0NTIzZS00OGQyLTlhMzAtODk0ODU3YzNINTJiIiwidCI6ImExN2QwM2ZjLTRiYWtNGI2OC1iZDY4LWUzOTYzYTJlYzRlNiJ9&pageName=ReportSectionde1fb97dd79f5c6c2054>, acessado em 18/07/2024

Tomando a tabela 07, como análise ainda, em ligação com a tabela 08, se observa que a provável anomalia, nem apareceu nesta última tabela, por se tratar de um período que ainda não se tornou foco de análise. Levando em consideração a relação que existe de maneira evidente entre as duas tabelas, se observa que, a quantidade de ocorrências, não necessariamente é acompanhada de parêlho com a quantidade de ocorrência de vítimas. Visto que, o mês de abril, não foi um dos meses com mais ocorrências, da mesma forma que setembro, mas os dois meses, representa, as duas pontas mais elevada do gráfico, quando assinala a ocorrência de vítimas. Sendo que o pico de registro dos agressores, ocorreu no segundo semestre.

Aliás, se pode perceber uma relação interessante entre as duas tabelas (07 e 08), afinal de contas, é interessante observar que, os meses de abril e agosto, foram os que registraram maior quantidade de registros de violência na escola através do NEPRE, na nas tabelas de vítimas, estes meses, registraram um aumento significativo nos casos. E nas duas situações, tanto no primeiro quanto no segundo semestre, estes meses, antecederam os meses que, seriam o topo dos registros de vítimas, respectivamente. Sendo em ambos os casos, registrado no mês seguinte, uma grande queda nas ocorrências registradas. E no caso do segundo semestre, não somente houve uma queda acentuada, como também uma redução

gradual nos registros realizados, que pode supor algum tipo de ação promovida pelo ente estatal, no combate e prevenção da violência na escola.

### **3. INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS CONTRA A VIOLÊNCIA NA ESCOLA NA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO (CRE) DE ITAJAÍ**

Durante o ano de 2020, a dinâmica das atividades escolares sofreu uma violência inesperada, difícil de mensurar, mesmo já tendo passado alguns anos de sua ocorrência. Foi uma violência externa, por questão de saúde pública global, através da ocorrência das transmissões do vírus da Covid 19. Este contexto fez com que, grande parte das autoridades governamentais em escala global, determinassem o isolamento social, como forma de conter a propagação do vírus e, estudar estratégias de ação para o combate desta nova patologia. Desta forma, o convívio social passou a estar restrito a convivência familiar, fazendo com que interação social com o resto da comunidade ficasse distante e, o convívio das pessoas que vivem no mesmo lar, ficasse não somente mais constante, com também, inevitável.

Assim, a Secretaria de Estado de Educação, percebeu que, a convivência familiar, deveria ser também, um foco de análise e formação para professores e estudantes, lançando o material “Dicas para Fortalecer o Vínculo Familiar” (2020). Este material afirma que: “Segundo estudos da área da psicologia e da pedagogia, não existe um manual que apresente práticas educativas parentais efetivas para determinada criança e em que contexto. Porém, pode-se sugerir e oferecer possibilidades de dicas de ações para permear a rotina educativa das crianças e adolescentes, no ambiente familiar.” (Santa Catarina, 2020. p. 4) Sendo um material relevante (que não devidamente divulgado), que demonstrava a preocupação do governo com o fato de, neste momento, a convivência social, e por consequência, educacional do estudante, se passou no microcosmos da família.

Durante os últimos anos (desde o ano de 2023), a Coordenadoria Regional de Educação, tem promovido uma maior intensificação nas formas de enfrentamento a violência na escola. Estas medidas tem ocorrido de forma a buscar que cada unidade escolar, tenha um representante do NEPRE, relacionado com a Coordenadoria, participando as formações temáticas agendadas. Estes representantes por sua vez, passam a, durante os encontros, serem familiarizados com os procedimentos de registro das ocorrências, conhecendo os materiais disponibilizados no site da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, na parte destinada ao NEPRE. Desta maneira, materiais que existiam no site, que foram produzidos nos anos anteriores, passam a ser mais conhecidos. Sendo desta maneira que a pesquisa desta dissertação teve acesso aos materiais sobre o tema.

Estes representantes do NEPRE nas unidades escolares, passam a exercer não somente a função de agentes oficiais do cadastro das ocorrências, que passam a alimentar a plataforma, mas também a agir como multiplicadores das informações nas unidades

escolares. A ação de multiplicação sobre as informações do NEPRE, ocorrem nos momentos em que a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina – SED, determina paradas nos calendários para a formação dos docentes, sendo nesta agenda, inserida a pauta da violência na escola, de forma a compor o expediente da formação, tendo espaço programado, da mesma forma que temas como avaliação, reprovação, dentre outros assuntos pertinentes a escola.

As atividades dos representantes locais, nas Unidades Escolares, sobre a questão da violência, segundo parte da equipe da Coordenadoria Regional de Educação de Itajaí, são bastante prejudicadas, como já deduzido anteriormente nesta dissertação. Os profissionais que foram consultados para a escrita desta pesquisa, apresentaram algumas interpretações sobre o contexto da violência na escola, mas entre as concepções que tiveram em comum, está o fato de que a formação de uma equipe para lidar com o tema da violência na escola é um avanço, mas, não é o suficiente. Esta observação pode ser percebida nas cinco entrevistas realizadas, onde, mais de uma das profissionais entrevistadas, afirmou que, uma equipe formada por seis profissionais (cinco responderam a entrevista), por mais dedicada que seja, não é o suficiente para atender a demanda presente nas 44 escolas pertencentes à Coordenadoria.

Nesta perspectiva, as pessoas que compõem o grupo NEPRE, na referida coordenadoria, apontaram os avanços que são observados após a formação do grupo de trabalho. É considerado um avanço importante a criação do grupo, como uma ação de compreensão, combate e prevenção à violência na escola, assim como, a presença em cada uma das unidades escolares, de um profissional que lide com as demandas relacionadas ao NEPRE, tanto no que diz respeito aos registros, quanto na formação constante sobre o tema. Assim como, se foi reconhecido o mérito destes profissionais que, com toda suas demandas cotidianas na unidade escolar, ainda assumem o protagonismo de compor o NEPRE. Sob esta perspectiva, o aumento dos registros de violência na plataforma, é reconhecida pela equipe NEPRE da coordenadoria, como um elemento positivo.

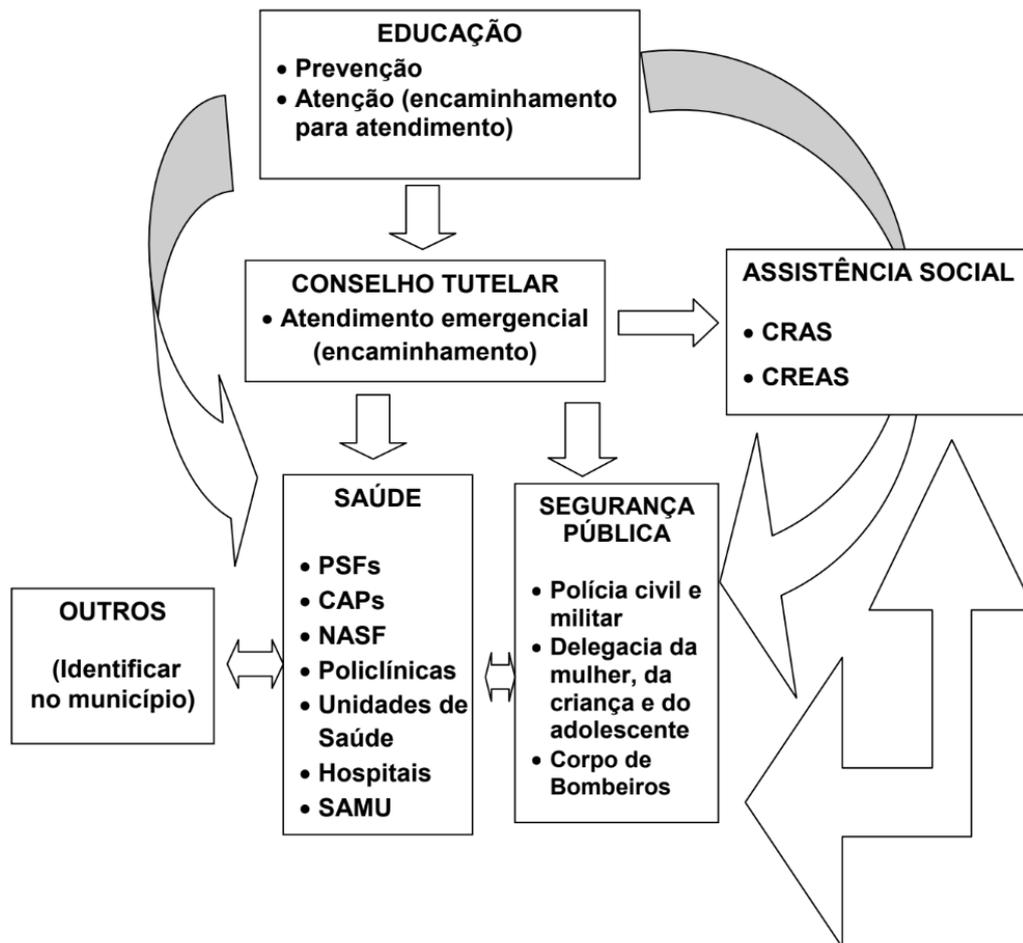
É claro que, este reconhecimento positivo, não diz respeito à considerar com positiva a crescente quantidade de registros, levando ainda em contato o fator que permanece presente da subnotificação. É considerado um avanço o fato de que, os casos de violência estão sendo registrados, desta maneira, há o acesso da equipe as informações sobre o que ocorreu, permitindo que se possa de maneira mais eficiente, promover estratégias de ação que buscam promover mudanças eficientes neste cenário. Desta forma, a equipe NEPRE acredita de forma bastante clara que, o avanço dos registros, faz com que a Coordenadoria

Regional de Itajaí, assuma uma condição de protagonismo na crescente eficiência dos registros da violência na escola. Também, partindo desta coerente lógica, se pode deduzir que, através desta forma de diagnóstico, se possa promover ações mais eficientes de prevenção à violência.

### **3.1. Descrição das iniciativas de combate à violência na escola**

Além dos materiais produzidos em formato de livro virtual, por parte da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, que por sua vez é empregado pela 17ª Coordenadoria Regional de Educação – CRE, de Itajaí, há uma instrução institucional que visa estabelecer o fluxo de ações que buscam dar atendimento aos casos de violência na escola. Este fluxo de ação, demonstra a preocupação desprendida pelo ente estatal na busca de um melhor resultado possível no atendimento as ocorrências, vinculando os casos de violência em desdobramentos que sejam vinculados com outras secretarias de estado. Há inclusive, como poderá ser observado de maneira bastante clara na tabela que segue, a intenção da relação entre as esferas estadual e municipal de gestão, para promover o melhor desenrolar dos fatos, após se tomar ciência de uma situação de violência.

**Figura 04 – Fluxo de atenção do atendimento em caso de Violência na Escola**



Fonte: <https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/politica-de-educacao-prevencao-atencao-e-atendimento-as-violencias-na-escola/>, acessado em 17/07/2024.

O fluxo representado na imagem, demonstra a capilaridade do ente estatal, sua ramificação, que permite promover uma ação que lidará com a situação da violência, partindo da escola, vinculando-se nas suas ações com outras secretarias. Sendo possível perceber que, a Secretaria de Educação, gera o atendimento e se posterior encaminhamento dos casos de violência. Partindo deste registro, outras secretarias podem ser acionadas, como a responsável pela Assistência Social, a Secretaria de Saúde e, tanto esta quanto a Assistência Social, vincular-se-iam com a Secretaria de Segurança Pública. Há também o fluxo que segue pelo conselho tutelar, que realiza registros dos casos de violência, e também relacionar-se-á com a Assistência Social e ou, a Secretaria de Segurança Pública.

Há inclusive um importante detalhamento, de secretarias como a Secretaria de Saúde, bem como a Secretaria de Segurança pública que, demonstra os setores que estas pastas do Governo do Estado de Santa Catarina. Que possuem expertise para lidar com contexto específicos da realidade da violência na escola, como a delegacia da mulher, da criança e do adolescente, os bombeiros, e a força policial. Da mesma forma, a Saúde, tem sob seu controle

policlínicas, unidades de saúde, hospitais e o SAMU (que presta atendimento complementando o atendimento dos bombeiros, com o diferencial que o SAMU, tem em suas unidades móveis, médicos para o atendimento e realização de procedimentos mais evasivos de socorro). Além outros setores de atendimento especializado que fazem parte da Secretaria de Saúde do Estado.

É muito frequentemente através da Secretaria de Saúde, que o Governo do Estado de Santa Catarina, realiza convênios com as prefeituras, que possuem secretarias semelhantes e, através de um regime de cooperação, é possível realizar um atendimento tópico dos casos de violência. Este tipo de atendimento, em grande medida acontece também levando-se em consideração o fato de que, já costuma existir uma vinculação entre as secretarias de educação em saúde nas esferas municipais de gestão, facilitando que se fixem convênios entre os entes governamentais, municipais e estaduais. Sendo que, nesta direção, a Coordenadoria Regional de Educação – CRE, de Itajaí, busca empregar as mesmas medidas na região que consta sob sua responsabilidade, promovendo assim a busca de um atendimento mais eficiente aos casos de violência na escola.

Ainda interpretando a imagem, há outro aspecto considerado de grande valor à esta dissertação, como possibilidade de reflexão sobre o contexto da violência na escola. No fluxo descrito, a Secretaria de Estado da Educação, evidentemente por lidar diretamente com a formação humana através da escola, está descrita como responsável pela prevenção dos casos de violência, através do compartilhamento de conhecimento e, por consequência do esclarecimento. Porém, cabe observar que, havendo secretarias como a de saúde, que pode demonstrar os desdobramentos na saúde humana, seja pelas lesões ou pela saúde mental, resultante da violência, ou ainda, a Segurança Pública, demonstrando as consequências da violência na escola no futuro da relação da sociedade, auxiliam muito, na tentativa da escola de promover um esclarecimento mais eficiente sobre a realidade e a consequência da violência na sociedade, como forma de gerar a violência na escola.

Nesta direção, a equipe NEPRE da Coordenadoria Regional de Educação de Itajaí, busca estabelecer uma interlocução entre os casos de violência na escola, com os entes que possam auxiliar na resolução dos fatos. Desta forma, as pessoas que compõem a equipe NEPRE, tendo expertise de formação, sendo composta por pessoas do serviço social, psicologia e do direito, buscam utilizar seus conhecimentos profissionais nas melhores possibilidades de desdobramento das ocorrências. Vale ainda ressaltar que, os integrantes desta equipe, recebem o estímulo a se familiarizarem com as legislações que tratam sobre o

tema da violência na escola, como forma de, não somente amparar suas ações legalmente, como também, promover a ação mais adequada para cada circunstância.

### **3.2. Impacto das iniciativas na redução da violência na escola**

Os impactos das iniciativas do NEPRE, no combate a violência na escola, não são tão fáceis de interpretar a primeira vista. Em parte, por não haver mecanismo de monitoramento da eficiência das ações. Mecanismo este que, esta pesquisa compreendo como uma possibilidade de ampliar a ação de medidas que observam resultados positivos. Se realiza esta afirmação, com base no fato de que, há a ferramenta que permite acompanhar os registros nos mais diversos tipos de categorias de violência, permitindo, como foi observado nesta pesquisa, criar subcategorias, refinando ainda mais os dados. Da mesma forma, se acredita que, o compartilhamento público de iniciativas, através de recurso semelhante, poderia promover uma ação mais ampla entre as coordenadorias. Se acredita que, através da formação constante dos integrantes da equipe NEPRE da coordenadoria, se tenha o estudo das ações exitosas das outras equipes NEPRE, seja através da interlocução direta, ou mesmo através das ações centralizadas na Secretaria de Educação. Sendo que estas informações, são repassadas aos representantes NEPRE das escolas.

## **4. MUDANÇAS NOS DADOS SOBRE VIOLÊNCIA NA ESCOLA DURANTE A EXISTÊNCIA DO NEPRE ATRAVÉS DOS DADOS EXISTENTES**

### **4.1 Descrição do NEPRE**

O Núcleo de Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola – NEPRE, apesar de ter sua sigla remetendo as décadas de 1980 e 1990, se tornou uma instituição mais atuante na Rede Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina, a partir das segunda e terceira década dos anos 2000. Esta atuação se tornou mais presente, através do avanço dos meios de comunicação, a maior facilidade da entrega de materiais vindos diretamente da Secretaria de Educação, dentre outros avanços percebidos no curso dos anos. Este núcleo, passou por transformações no correr dos anos, incorporando atividades e objetivos que foram sendo observados durante os anos, mediante a interpretação da realidade social e da violência que ocorrem nas relações presentes nesta realidade.

Assim, com o tempo NEPRE envolve-se em discussões sobre diversos temas, incluindo:

- Educação sexual;
- Infecções sexualmente transmissíveis (ISTs);
- Uso e abuso de substâncias psicoativas;
- Cultura e paz;
- Alimentação saudável;
- Práticas corporais;
- Programa Saúde na Escola;
- Programa Educacional de Resistência às drogas e à violência (Proerd);
- Estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nas escolas;
- Combate ao bullying.

Se percebe na relação de temas atribuído ao NEPRE, a preocupação com elementos relacionados a saúde, que em larga medida, tem relação com a normativa relacionada com contratação de psicologia, já mencionada nesta dissertação. Da mesma maneira, nesta dissertação, já foi comentado, em capítulo anterior, a relação entre outras secretarias da gestão do Estado e a Secretaria de Educação. Neste sentido, cabe aqui citar programas como o PROERD, que é uma demonstração desta iniciativa, que é um programa de abrangência nacional, aplicado nos estados brasileiros, em parceria entre a Secretaria de Educação e de Segurança Pública, a partir do início dos anos 1990. Esta iniciativa, reconhecia na relação

entre os jovens e as drogas, um elemento que deveria ser preocupação do Estado, como forma de geração de violência, problemas de saúde, dentre outras situações relacionáveis.

#### **4.2 Mudanças observadas nos dados da CRE de Itajaí**

As pessoas integrantes da equipe NEPRE da Coordenadoria Regional de Educação de Itajaí, afirmam que, os números registrados nas plataformas digitais da Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina, não resultaram a ação do grupo. Isto pode parecer um contrassenso, afinal de contas, a referida coordenadoria, tem os maiores índices de violência registrados. Pois é exatamente no fato dos registros, estarem sendo realizados com maneira mais fiel com a realidade, o fato apontado como positivo pela equipe. É considerado positivo o aumento dos registros, pelo fato de que, desta forma, os dados podem promover uma discussão mais ampla sobre as iniciativas que venham a promover o combate aos índices. Estes registros crescentes, fizeram que, como pode ser observado na evolução das tabelas apresentadas nesta dissertação, foi possível promover um refinamento maior de dados, criando subcategorias de registros, que venham a especificar de maneira mais eficiente cada ocorrência.

Nesta direção também, é apontada como uma vitória, a ação dos representantes NEPRE das escolas, realizando uma alimentação cada vez mais real das ocorrências. É de consciência da equipe NEPRE de que, ainda há, um índice de subnotificação de casos. Mas também é presente na convicção da equipe que, as ações de combate a violência, que tem auxiliado as escolas, juntamente com a segurança de que não são divulgados dados dos envolvidos, tampouco da unidade escolar, geram uma gradativa diminuição na resistência dos gestores. Desta maneira, a ação do NEPRE, passa a obter conquistas na demonstração de que, sua função não é a de demonstrar a violência na escola, gerando um problema ao gestor, mas ao contrário, ensina a demonstrar que é um importante aliado na busca pela vitória nesta triste realidade da violência que ocorre na escola.

Assim, a equipe da Coordenadoria Regional de Educação de Itajaí, supõem que os índices apresentados pela plataforma do Governo do Estado de Santa Catarina, demonstram que, se está vencendo a resistência do registro. Esta vitória, coloca, para a equipe NEPRE, não o primeiro lugar em ocorrências, mas em uma maior proximidade dos registros representando a realidade presente na escola. Esta crença é alimentada pelas constantes formações que a equipe promove junto aos representantes das unidades escolares, e o fato destes representantes, auxiliarem de maneira consistente no esclarecimento da gestão e dos demais membros da comunidade escolar local. Estas formações, visam preparar os

representes das unidades escolares, não somente a realizarem os registros das ocorrências, mas as orientações em diversas circunstâncias, além de repassarem para a escola, os conhecimentos que recebem em suas formações.

Estas formações e esclarecimentos, são de grande importância, não somente em ação prática e objetiva, reconhecida diretamente, mas em contextos subjetivos, particulares de cada unidade escolar. Sendo também, uma segurança aos gestores que, muito certamente, não se orgulham dos registros de eventuais ocorrências em sua unidade escolar, mas, gradativamente, passam a compreender que, os registros, permite não somente um diagnóstico da realidade, mas também, a elaboração de estratégias que buscam mitigar a violência. Desta maneira se constrói gradativamente a mentalidade no sentido de que, uma gestão escolar eficiente, não é a que não registra as ocorrências, mas, que acompanhar a realidade de maneira prudente, participando junto a Coordenadoria, de ações que possam promover ações que contribuam na busca da reversão do quadro de violência na escola.

## 5. MARCO METODOLÓGICO

Essa pesquisa apresenta um desenho descritivo com enfoque qualitativo e será realizada na busca por interpretar a realidade da violência na escola, através dos dados institucionais, com o incremento das entrevistas dos representantes locais (da Coordenadoria Regional de Educação de Itajaí). O enfoque qualitativo na pesquisa é crucial para proporcionar uma compreensão aprofundada e significativa das complexidades da violência escolar. O enfoque qualitativo permite explorar as percepções, experiências e interpretações dos participantes, bem como compreender o contexto e o significado por trás dos dados registrados.

Campoy (2019) retrata o início das análises com base em um paradigma qualitativo de pesquisa, dentro de um contexto social, buscando compreender de modo mais eficiente a sociedade. O fenômeno relatado na citação, sinaliza a questão que os pesquisadores estadunidenses buscavam compreender em suas pesquisas. Desta maneira, esta pesquisa também busca compreender as relações infra-humanas, no contexto que gera a violência escolar. Assim, a pesquisa adotando uma forma descritiva, permite a abertura da concepção, não se mantendo apenas ficado ao documento, a letra fria das escritas oficiais. Desta maneira se busca compreender a multiplicidade do real através do complemento das falas dos indivíduos, através das entrevistas, permitindo que o estudo do fenômeno da violência na escola, seja abordado de modo mais adequado.

Adotando um enfoque exploratório e descritivo, o pesquisador que pretende desenvolver um estudo de caso deverá estar aberto às suas descobertas. Mesmo que inicie o trabalho a partir de algum esquema teórico, deverá se manter alerta aos novos elementos ou dimensões que poderão surgir no decorrer do trabalho. O pesquisador deve também preocupar-se em mostrar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação, uma vez que a realidade é sempre complexa. Desta forma, para uma apreensão mais completa do fenômeno em estudo, é preciso enfatizar as várias dimensões em que ele se apresenta assim como o contexto em que se situa. A divergência e os conflitos, tão ca  
no estudo (Godoy, 1995, p. 25)

Optou-se por conduzir uma pesquisa descritiva e qualitativa neste estudo, devido à natureza complexa e multifacetada do fenômeno da violência escolar e à necessidade de compreender em profundidade as diversas nuances e contextos envolvidos. A pesquisa

descritiva permite uma análise detalhada dos dados coletados, fornecendo uma visão clara e abrangente das características e padrões da violência nas escolas.

Além disso, a abordagem qualitativa nos permite explorar as percepções, experiências e interpretações dos entrevistados, bem como compreender o significado e o contexto por trás dos dados registrados. Isso é fundamental para capturar a complexidade e a subjetividade associadas à violência escolar, e para identificar possibilidades e perspectivas que não podem ser quantificados apenas por meio de números e estatísticas. Para Campoy (2019), a abordagem qualitativa, permite compreender os fenômenos sociais em profundidade, através da coleta das experiências daqueles que estão diretamente envolvidos com o tema. Permitindo a utilização de relatos autênticos de fenômenos complexos, sendo indicado a pesquisas em pequena escala, permitindo a utilização de entrevistas em profundidade realizando descrições das experiências.

### **5.1. Desenho, tipo e enfoque da pesquisa**

A escolha de desenho de pesquisa também se justifica pela importância de dar voz aos representantes locais do Governo do Estado de Santa Catarina, na cidade de Itajaí, que desempenham papéis-chave na compilação, análise e divulgação dos dados sobre violência escolar. Suas percepções e conhecimentos são essenciais para informar políticas e práticas eficazes no enfrentamento desse problema. Vinculando estes relatos, partindo da realidade nacional, passando pela realidade catarinense, chegando por fim a realidade da Coordenadoria Regional de Educação – CRE, de Itajaí.

Em suma, a pesquisa descritiva e qualitativa é a abordagem mais adequada para este estudo, pois nos permite explorar em profundidade as complexidades da violência escolar, entender as perspectivas dos envolvidos e fornecer insights valiosos para a formulação de estratégias eficazes de prevenção e intervenção. A pesquisa busca retratar a realidade da violência na escola, através dos dados que são fornecidos pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, através de seus meios oficiais.

### **5.2 Contexto espacial e socioeconômico da pesquisa**

A pesquisa compreende o território de abrangência da 17ª Coordenadoria Regional de Educação – CRE, de Itajaí. Compreendendo 52 duas escolas de nível de ensino fundamental e médio.

### 5.3 Delimitação da pesquisa

**Tema:** “Análise da Violência Escolar no Estado de Santa Catarina: Um Estudo Focado na Coordenadoria Regional de Educação (CRE) de Itajaí, com Base nas Informações do Núcleo de Prevenção à Violência (NEPRE).”

**Delimitação:** Esta pesquisa visa analisar a incidência e os padrões de violência nas escolas da rede pública estadual na região sob responsabilidade da CRE de Itajaí. Para isso, serão utilizadas as informações disponíveis no site da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, com ênfase nos dados referentes ao ano de 2023. Esse período é relevante, pois representa a estrutura mais completa e recente de informações sobre a realidade da violência escolar, especialmente considerando o contexto pós-pandemia da Covid-19.

Além disso, serão relacionados estes dados estatísticos com as legislações pertinentes e os materiais disponibilizados pelo Governo do Estado de Santa Catarina. Para contextualizar a realidade da CRE de Itajaí, serão conduzidas entrevistas com o Coordenador Regional de Educação e os funcionários responsáveis pelo NEPRE dessa coordenadoria.

### 5.4 Universo, população e amostra

- **Universo:** O universo desta pesquisa compreende a Coordenadoria Regional de Educação de Itajaí e os integrantes da equipe do Núcleo de Prevenção à Violência (NEPRE) da respectiva coordenadoria regional.
- **População:** A população consiste nos indivíduos mencionados anteriormente, ou seja, os membros da equipe do NEPRE que atuam na região abrangida pela CRE de Itajaí. Tendo respondido a entrevista cinco pessoas, sendo três assistentes sociais e duas psicólogas.
- **Amostra:** A amostra será composta pelas pessoas que concordarem em participar das entrevistas com questões abertas. Essa amostra será selecionada dentre os indivíduos da população mencionada, considerando critérios como disponibilidade, relevância e representatividade.

- Sendo que os a amostra é integrada por cinco pessoas, escolhidas por serem as pessoas das Coordenadoria Regional de Itajaí, que respondem diretamente pelo NEPRE. Estas pessoas, no momento da entrevista, todas do sexo feminino, são formadas nas áreas de direito, serviço social e psicologia.

### **5.5 Técnicas e instrumentos da coleta dos dados**

Se optou por duas técnicas de coleta de dados nesta dissertação, sendo e análise documental e as entrevistas, como segue:

- A coleta de dados, ocorrem através da análise de documentos, que são os documentos disponibilizados no portal do NEPRE, sendo eles, documentos, como materiais de formação como já citado nos capítulos 2.1., 3.1 e 4.1. Sendo que estes materiais de formação, são completados pelos gráficos disponíveis no portal do NEPRE, onde é possível acompanhar a variação dos dados, ano após ano, até que se chegue ao ano de 2023, que é o foco principal desta dissertação. Nestes dados, se pode observar a diversidade de tipos de registros que foram surgindo para determinada de maneira cada vez mais pormenorizada os tipos de violência relacionadas ao ambiente da escola.
- Outra técnica de recolhimento de dados, que busca complementar a primeira, é o emprego das entrevistas. O emprego desta técnica, busca aprofundar a análise sobre a utilização dos documentos e informações acima citados. Desta maneira, se busca compreender como estes dados participam nas ações de combate e mitigação da violência. Assim, as entrevistas tem como objetivo tornar possível compreender, como os dados estatísticos são recebidos, quais encaminhamentos são feitos e se, há alguma relação entre este elemento prático (ação da equipe NEPRE) e a parte teórica, que está presente nos materiais de formação disponíveis no site da Secretaria de Educação.

A realização de entrevistas abertas com as pessoas responsáveis pela compilação dos dados registrados nas unidades escolares é crucial para esta pesquisa, pois esses participantes desempenham papéis-chave na gestão e divulgação das informações relacionadas à violência

escolar. Eles representam o governo local do Estado de Santa Catarina e têm responsabilidades diretas na coleta, análise e disseminação dos dados sobre o tema.

A entrevista é utilizada com mais frequência na pesquisa qualitativa, reconhecida como uma técnica de qualidade para a coleta de dados. Nas ciências sociais a entrevista qualitativa é uma metodologia de coleta de dados amplamente empregada. Isso se deve ao fato de que a inter-relação, as experiências cotidianas e a linguagem do senso comum no momento da entrevista é condição indispensável para o êxito da pesquisa qualitativa (Batista, Matos e Nascimento, 2017, p.02).

Dessa forma, ao discorrer sobre a entrevista na pesquisa se faz necessário abordar sobre as características, definições e delineamento do método qualitativo Batista, Matos e Nascimento, 2017. Dessa forma, ao discorrer sobre a entrevista na pesquisa se faz necessário abordar sobre as características, definições e delineamento do método qualitativo Batista, Matos e Nascimento, 2017, p.03). Os representantes NEPRE do coordenador regional de educação é fundamental porque é ele quem muitas vezes coordena e implementa medidas políticas e práticas relacionadas à segurança e prevenção da violência nas escolas em sua região. Sua visão e compreensão das questões locais são essenciais para identificar necessidades específicas e promover intervenções eficazes.

Da mesma forma, o responsável pela compilação dos dados no NEPRE desempenha um papel crucial ao fornecer informações detalhadas sobre as ocorrências de violência nas unidades escolares. Essas informações não apenas auxiliam o coordenador regional em suas decisões, mas também alimentam a base de dados local sobre o tema, fornecendo insights valiosos para futuras análises e ações. A escolha desses entrevistados se justifica não apenas por suas funções e responsabilidades, mas também pela necessidade de obter uma compreensão abrangente e contextualizada da situação da violência escolar. Suas perspectivas e experiências são fundamentais para entender os desafios enfrentados pelas escolas e para identificar estratégias eficazes de prevenção e intervenção.

Em resumo, as entrevistas abertas com as pessoas responsáveis pelo NEPRE são essenciais para enriquecer esta pesquisa, fornecendo dados valiosos diretamente dos agentes responsáveis pela gestão e divulgação dos dados relacionados à violência nas escolas em Santa Catarina. Suas contribuições ajudarão a informar e orientar futuras ações e políticas destinadas a promover ambientes escolares seguros e acolhedores para todos os alunos. Sendo

a violência escolar, um fenômeno educacional, ou seja, que acontece dentro do contexto da educação, mais precisamente dentro da escola, esta pesquisa busca coletar informações seja através de documentos como através de entrevistas.

No que diz respeito a realização de entrevistas, serão utilizadas questões abertas com as pessoas da coordenadoria responsáveis pela compilação dos dados nas unidades escolares é fundamental. Esses entrevistados desempenham papéis-chave na coleta, análise e divulgação das informações sobre violência escolar, tornando suas perspectivas e conhecimentos essenciais para a compreensão do fenômeno. A escolha desses entrevistados é estratégica, pois é através das orientações da equipe NEPRE que o coordenador regional, que é responsável por autorizar medidas sobre o tema, como representante do nível estadual, enquanto o responsável pelo NEPRE desempenha um papel crucial na compilação e análise dos dados fornecidos pelas unidades escolares. Ao entrevistar esses representantes locais do Governo do Estado de Santa Catarina, podendo-se obter insights valiosos sobre as políticas, práticas e desafios relacionados à violência escolar, informando assim a formulação de estratégias eficazes de prevenção e intervenção.

O uso de entrevistas abertas como método de recolhimento de dados é fundamental para esta pesquisa, pois permite capturar perspectivas, experiências e entendimentos subjacentes à violência escolar que não podem ser facilmente quantificados. Essa abordagem qualitativa oferece uma visão mais completa e significativa do fenômeno, contribuindo assim para a criação de políticas e práticas mais informadas e eficazes no combate à violência nas escolas. Será utilizado também no recolhimento de dados para análise documental, tomando principalmente os documentos, política de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências na Escola, e 1º Caderno pedagógico: Reflexões para a implementação a política de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências na escola.

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Por exemplo, na reconstrução de uma história vivida, [...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais (Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009, p.2). A utilização do documento, em grande medida tem como interesse permitir o acesso não somente às falas oficiais, mas também, em algumas situações, falas

que foram realizadas no passado, que podem ser resgatadas. Sendo também, uma forma de registrar as atividades dos indivíduos ante determinado contexto, a sua lida com a realidade na qual está envolvido.

Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009, p.2).

Além de promover a reconstituição de tempos distantes, através de testemunhos de um determinado período, permite através da análise de documentos mais recentes, tornar possível a compreensão um contexto social. Desta maneira, através da utilização dos documentos, é possível compreender uma realidade social, não somente pelo contexto narrado pelos órgãos oficiais, de modo formal, mas também pelos indivíduos, através dos registros da relação destes dentro do tecido social.

Outra justificativa para o uso de documentos em pesquisa é que ele permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (Sá-Silva e Almeida e Guindani, 2009, p.2).

Neste contexto, a pesquisa documental desempenha um papel crucial na compreensão e abordagem do aumento da violência nas escolas durante o período de 2021 a 2023. Através da análise do documento norteador do NEPRE e dos dados relatados sobre as ocorrências de violência, é possível obter insights valiosos para entender melhor essa realidade e buscar soluções eficazes. Aqui estão algumas maneiras pelas quais se percebe que a pesquisa documental é importante:

- **Compreensão dos Fatos e Motivos:** O documento norteador do NEPRE e os relatórios de ocorrências fornecem informações detalhadas sobre os fatos relacionados à violência nas escolas, bem como os motivos subjacentes para essas ocorrências;

- Identificação de Locais Afetados e Distribuição Temporal: Através da pesquisa documental, é possível mapear os locais mais afetados pela violência escolar e entender a distribuição temporal das ocorrências ao longo do dia (matutino, vespertino ou noturno);
- Quantificação das Unidades Escolares Registradas: Os dados fornecidos pelo NEPRE permitem quantificar o número de Unidades Escolares (UE) registradas e, assim, avaliar a extensão do problema em termos de alcance geográfico e institucional.

Desta forma a análise qualitativa do documento norteador do NEPRE, tem status de documento jurídico, que registra a reação do ente estatal diante de uma realidade, a violência na escola, ou seja, promove um recorte da realidade de um momento histórico no qual, ações tiveram de ser tomadas, estratégias tiveram de ser elaboradas, para lidar com um elemento daquele momento histórico, a violência na escola. A concepção multimetódica é um fator importante neste projeto, por permitir a utilização de dois métodos distintos de obtenção de informações, sendo a realização de entrevistas e a análise documental. Nesta direção é possível promover uma interpretação mais apurada sobre a violência na escola. Da mesma forma, em Campoy (2019) se encontra a definição que demonstra a relevância da parte documental da pesquisa, “Quando se fala de documento se faz referência a todo elemento de conhecimento ou fonte de informação registrada, materialmente suscetível a ser utilizada para qualquer tipo de consulta, estudo ou prova”.

A escolha destes entrevistados se deve ao fato de que, são estas pessoas que recebem os dados através da intencionalidade dos relatantes dos casos de violência na escola, compartilhando estas informações com os responsáveis pelas tomadas de decisões para mitigar a violência na escola.

A entrevista em profundidade é uma técnica de investigação qualitativa que implica na realização intensiva de entrevistas individuais, com pequeno número de pessoas, para conhecer seus pontos de vista, ideias, situação, experiência, expectativa e o pensamento (Campoy, 2019, p.353).

A referida equipe, sediada na cidade de Itajaí, corresponde ao total de onze cidades do litoral norte de do Estado de Santa Catarina. Desta maneira se compreende e se justifica a escolha destes entrevistados pois são as pessoas que lidam diretamente com os dados sobre

a violência da referida região tendo uma equipe de trabalho que visa promover ações, com base nas informações recebidas, visando diminuir a violência na escola. Desta maneira, as entrevistas podem promover uma abordagem mais aprofundada, pois buscam compreender os posicionamentos das pessoas que lidam diretamente com tema, fazendo com que seus relatos, sejam incorporados à análise juntamente com os documentos escritos. Desta maneira, a voz, a fala, também se tornam documento.

Posto isso, sabendo se que a entrevista é uma ferramenta valiosa para coletar informações detalhadas e compreender os pontos de vista dos envolvidos. Neste contexto, a entrevista em profundidade será utilizada para explorar a realidade da violência escolar na região da Coordenadoria Regional de Educação (CRE) de Itajaí. Abaixo, apresento um guia de entrevista que pode ser adaptado conforme a necessidade da sua pesquisa:

- **Introdução e Consentimento:** Apresentação deste pesquisador e explicação o propósito da entrevista. Solicite o consentimento do entrevistado para participar e gravar a entrevista, para uma maior fidelidade dos relatos;
- **Perfil do Entrevistado:** Nome, cargo e função dos entrevistados da equipe do Núcleo de Prevenção à Violência (NEPRE). Tempo de atuação na equipe e na região da CRE de Itajaí;
- **Contextualização:** Perguntas sobre a percepção do entrevistado em relação à violência escolar na região. Exploração de informações sobre como a equipe do NEPRE coleta e recebe dados sobre casos de violência;
- **Compartilhamento de Informações:** Questionar como os dados são compartilhados com os responsáveis pelas tomadas de decisões. Explorar as perspectivas sobre os desafios e oportunidades nesse processo;
- **Estratégias de Mitigação:** Pedir aos entrevistados para descreverem as ações ou estratégias implementadas para reduzir a violência nas escolas. Discutir a eficácia dessas estratégias e possíveis ajustes;
- **Experiências e Perspectivas:** Explorar as experiências pessoais dos entrevistados ao lidar com casos de violência. Pergunte sobre as perspectivas da equipe em relação aos fatores que contribuem para a violência escolar;
- **Relatos e Documentos:** Incentivar os entrevistados a compartilhar relatos específicos de situações de violência. Discutir com os entrevistados como

esses relatos podem ser incorporados à análise, juntamente com documentos escritos;

- **Encerramento:** Oferecer a oportunidade para que os entrevistados adicionem informações complementares sobre a realidade abordada.

A abordagem multimetódica desempenha um papel crucial neste projeto de pesquisa. Ao combinar a realização de entrevistas com a análise documental, é possível obter uma compreensão mais completa e contextualizada sobre o fenômeno da violência no ambiente escolar. A escolha desses dois métodos não é arbitrária; pelo contrário, ela se baseia na premissa de que diferentes fontes de informação podem fornecer perspectivas complementares e enriquecedoras. As entrevistas permitem uma interação direta com os participantes, possibilitando a coleta de relatos pessoais, experiências subjetivas e percepções individuais. Por meio desse método, é possível explorar nuances, entender motivações e identificar padrões comportamentais. Além disso, as entrevistas permitem que os pesquisadores adaptem suas perguntas conforme a conversa flui, permitindo uma investigação mais flexível e sensível às particularidades de cada caso.

Por outro lado, a análise documental oferece uma visão mais ampla e histórica. Documentos como registros escolares, relatórios institucionais, políticas educacionais e materiais pedagógicos podem revelar tendências ao longo do tempo, mudanças de abordagem e até mesmo lacunas na implementação de políticas de prevenção à violência. Através dessa análise, os pesquisadores podem contextualizar os dados obtidos nas entrevistas, identificando possíveis influências externas e correlações. Assim, a combinação desses métodos permite uma triangulação de dados, fortalecendo a validade e a confiabilidade das conclusões. No entanto, é importante reconhecer que essa abordagem também apresenta desafios, como a necessidade de gerenciar o volume de informações e a complexidade de integrar diferentes perspectivas. Portanto, os pesquisadores devem adotar uma postura reflexiva e crítica ao interpretar os resultados, considerando as limitações de cada método.

A pesquisa documental desempenha um papel fundamental na investigação científica, especialmente nas áreas das Ciências Humanas e Sociais aplicadas. Ela se baseia em métodos e técnicas para apreender, compreender e analisar documentos de diversos tipos. Esses documentos não se limitam apenas ao texto escrito; incluem também fotografias, vídeos, leis, jornais e outros materiais que podem fornecer informações valiosas. A

relevância da pesquisa documental reside na capacidade de organizar informações dispersas e conferir a elas uma nova importância como fonte de consulta. Quando o pesquisador se debruça sobre documentos, podemos descobrir conexões, padrões e contextos que enriquecem nossa compreensão de um determinado tema. Além disso, a análise documental permite explorar diferentes perspectivas e obter percepções que vão além do que está explícito na superfície dos documentos.

Para ilustrar, se pode considerar a definição proposta por Campoy (2019): “Quando se fala de documento, faz-se referência a todo elemento de conhecimento ou fonte de informação registrada, materialmente suscetível a ser utilizada para qualquer tipo de consulta, estudo ou prova”. Essa definição ampla abrange desde manuscritos históricos até registros contemporâneos, abrindo um vasto campo de possibilidades para a pesquisa documental.

A justificativa desta dissertação para a opção da realização de entrevistas estruturadas em uma análise qualitativa, tomando por base o contexto abordando, é apresentada da seguinte forma:

- **Consistência nas Perguntas:** As entrevistas estruturadas garantem que todas as perguntas sejam feitas de maneira uniforme para todos os entrevistados, conforme sua função institucional. Isso é importante para obter respostas comparáveis e identificar padrões;
- **Foco nos Tópicos Relevantes:** Com um guia de perguntas predefinido, é possível manter o foco nos tópicos específicos relacionados à violência escolar na região da CRE de Itajaí. Isso ajuda a obter informações relevantes para a análise qualitativa;
- **Análise Sistemática:** As respostas obtidas nas entrevistas estruturadas podem ser categorizadas e analisadas de forma sistemática. Isso facilita a identificação de temas recorrentes e informações relevantes;

**Comparação entre Entrevistados:** A padronização das perguntas permite comparar as perspectivas dos membros da equipe do NEPRE. Essa comparação enriquece a análise qualitativa da pesquisa.

## **6. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **6.1. Análise dos dados oficiais sobre violência na escola através da pesquisa documental**

Como foi possível constatar a partir do Capítulo 01, a violência na escola é um tema multifacetado, tendo vários aspectos a serem observados e, que tem se tornando uma grande preocupação das autoridades governamentais. Sendo no caso do governo brasileiro, uma preocupação que se apresenta ao final das últimas décadas do século XX, e passa a povoar políticas públicas que buscam atender as várias faces da violência acerca do tema escola. Nesta direção age inicialmente para combater uma forma de violência de escala mais primária, que é a ausência da atividade escolar de crianças e adolescentes de determinados extratos sociais. Desta forma, combatendo a violência da desinformação e desescolarização, passando nos anos seguintes, sobre este tema, tentando combater a evasão, outra forma de demonstrar a violência relacionada a escola e na escola.

Como foi afirmado no referido capítulo, a violência na escola, passou desde a década de 1980, a figurar entre os assuntos em pauta das gestões públicas brasileiras, que se encontram naquele momento, em consonância com as preocupações de governos de diversos lugares do mundo. A preocupação chegou a ponto de ser assunto para a ONU, através de sua divisão para os assuntos relacionados à criança e ao adolescente, o UNICEF, que observa a situação de países em desenvolvimento como o Brasil. Desta forma, a educação, juntamente com outros serviços pagos através dos impostos pagos pelo cidadão, passa a ser revertido em formas de garantir que este e sua família, tenha um acesso maior a cidadania de fato, de um país de bem estar de direito.

Quando se menciona a educação como item fundamental para a cidadania, através da presença da escola pública em cada vez mais regiões. Levando o conhecimento a cada vez mais estudantes, se relaciona esta realidade, com a cidadania, pois é através da escola, do conhecimento que o indivíduo saberá mais sobre os seus direitos. A intenção a priori como citado no Capítulo 01, é exatamente através da presença da escola, buscar promover uma diminuição da violência social, oportunizando aos alunos, a possibilidade de um convívio em condição de igualdade em um ambiente seguro. Desta forma, a convivência dos indivíduos deveria promover um gradativo estreitamento entre classes sociais, onde o aluno, no convívio do outro, aprenderia também a exercitar a tolerância e o respeito.

Como foi percebido, esta tentativa, não veio a lograr os êxitos da maneira esperada. O Estado passar a prover a educação de maneira gratuita a todos, ajudou muitas pessoas a romperem parte da barreira existente, que separa os grupos sociais existentes. Desta forma o Governo, busca deixar de ser um agente confirmador, avalizador da violência, passando a investir em formas de combater a violência. Quando se afirma que o governo tinha uma condição de avalizador, se realiza esta afirmação com base na presença das escolas públicas em lugares onde vivem majoritariamente pessoas de pouco poder aquisitivo, de forma muito recente. Geralmente, as escolas ficavam em regiões centrais, seja no centro da cidade, ou nas regiões mais centrais dos bairros.

Assim a escola enquanto instituição, chega as regiões periféricas das cidades, e aos bairros mais distantes. Esta presença, faz com que a escola, promova a imagem de proteção daqueles que estão dentro de seus muros. Esta proteção busca orientar o educando a uma convivência onde se busca a erradicação da violência. Assim, o ente estatal, passa investir na escola, para assegurar que ela seja receptiva, que as famílias confiem ao governo a guarda de seus filhos durante o período escolar no qual estiver matriculado. Com o tempo, se percebe que, a escola passa a ser alvo da violência social, através da depredação, furtos, dentro outros tipos de violência que são percebidas na sociedade fora da escola.

Por conta disso, se percebe nos documentos que as escolas passam a buscar formas de garantir a manutenção de sua estrutura, e por consequência, garantir também a segurança daqueles que nela estão contidos, seja alunos, professores e ou funcionários. É o momento em que o governo percebe que a escola, apesar de ser a instituição que busca através do conhecimento, da educação, transformar a realidade violência social, está ela também, inserida dentro do contexto da convivência social, deste modo, pode também, ser vítima de formas de violência. Além de ser vítima desta violência, enquanto instituição, ela também passa a demonstrar, através das relações que ocorrem em suas entranhas, a violência que é percebida da sociedade.

A violência contra a escola, pode ser parcialmente compreendida, como resultado de um processo histórico, onde as camadas sociais com menos condições, se acostumaram a observar todas as ações do governo, como consequência de uma relação que sempre foi segregacionista. Desta maneira, a escola passa a ser encarada nas comunidades, como um corpo estranho em um organismo comunitário. Esta estranheza advém de história social escravista, autoritária e patrimonialista, que durante décadas, séculos se for levando em conta

o período colonial, foi acostumada a ter as ações do Estado realizadas através da imposição. Desta maneira, se pode compreender com base na extração de parte do capítulo que versa sobre a Violência na Escola, no Brasil, como resultado de um processo histórico, precisa de muito cuidado para ser revertido.

Desta forma, se percebeu durante a pesquisa documental, o Governo Brasileiro, através de mudanças em sua legislação, buscando reverter os números da violência, passa a observar e legislar para defender a criança e o adolescente, e este movimento, proporcionará mudanças significativas dentro das escolas. Pois esta passa a agir como agentes de esclarecimento, como já mencionado, mas, também a agentes que irão promover a informação ao Estado, para promoção de iniciativas que possam auxiliar com combate a violência. Nestas mudanças, se reconhece o direito a cidadania, cidadania que é contraída pelo indivíduo, de maneira forma, quando é emitida sua certidão de nascimento, fazendo com que passe a, juridicamente, gozar de direito de cidadania.

É evidente através dos documentos na página do NEPRE que neste momento a criança, não tem consciência deste direito e, é nesta direção que o Estado, assume a função de coresponsabilidade na formação da criança, através do ensino público. Esta coresponsabilidade, aparece através da obrigação do Estado em oferecer educação através da escola pública. Assim a escola passa a ter uma imagem de elemento transformador, em um período, no final do século XX, onde se afirmava que através da escola, se transformaria a realidade social. E a partir daí os estados (entes federativos) que compõem o Estado Brasileiro, passam a assumir responsabilidade da contribuição para o desenvolvimento social através da educação pública. Desta forma, as redes estaduais, em seguida as redes municipais de educação, passam investir na ampliação da oferta de vagas escolares.

Este compromisso passa, como mencionado nos documentos pesquisados, a constar em lei, através o Estatuto da Criança e do Adolescente. Onde a família e a comunidade, assumem cada, um papel importante na formação da criança e do adolescente. Esta função passa a observar diversos direitos do cidadão, visando sua formação integral, para um exercício pleno da cidadania. Desta forma, as partes que negligenciam sua responsabilidade, podem ser chamadas a responder pelas eventuais negligências que cometam no exercício das funções que lhe cabem na dinâmica educacional. De modo, a legislação determina não como direito, que a família participe da formação educacional, ela determina como dever, dever da família, da sociedade e do poder público.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Federal, 1990)

Este artigo, representa de forma bastante importante a vinculação, através de lei, presente no Estatuto da Criança e do Adolescente, o direito a vida, de forma pacífica, dessa maneira, mantendo a dignidade. Tendo liberdade de convivência com as pessoas da comunidade da qual faz parte, assim, é presente também, de modo implícito, o combate a violência. Esta normatização, demonstra a preocupação em uma formação ampla, que garanta que o indivíduo pudesse, a priori, ter acesso a todos os elementos de uma vida social, familiar e, portanto, escolar, em pé de igualdade com qualquer outro cidadão brasileiro, independentemente de estado, etnia ou crença, sendo um dos elementos que é considerado com fundamental da constituição brasileira, conhecida como constituição cidadã.

No capítulo 1.1. foi aprofundada a pesquisa sobre a realidade da violência escolar vivida no Estado de Santa Catarina, responsável por um território que, não é um dos maiores do Estado Brasileiro, mas mesmo assim, tem o tamanho de países como Portugal. Foi observada a diferença cultural neste ente da federação brasileira, de modo que, no levantamento bibliográfico, foi possível constatar o alto índice de ocorrências de violência dentro da escola pública catarinense. Fazendo com que, durante anos, o Governo do Estado de Santa Catarina, através de seus devidos setores tivesse a constante preocupação com o tema da violência. Buscando formas cada vez mais eficiente de obtenção de informação sobre a realidade, e a busca de meios de promover um combate eficiente.

Nesta direção, o Governo do Estado de Santa Catarina, apesar de diversas iniciativas documentadas, em observância as ações realizadas em outros estados, bem como as que são planejadas a partir de iniciativas do Governo Federal, cria o NEPRE de maneira oficial através de lei, apenas em 2009. Esta lei estadual, de número 14.65, passou a estabelecer com estatuto jurídico, ou dito de outra forma, com todo o peso de uma legislação, as iniciativas de combate à violência dentro das escolas catarinenses. Dando a partir deste momento, uma regulamentação que permitia a tomada de decisões sobre o tema da violência, estabelecendo, portanto, um parâmetro para que se pudesse interpretar a realidade, não se pode deixar de mencionar que, apesar das diversas medidas que o Governo do Estado de Santa Catarina

tenha tomado, desde o estatuto da criança e do adolescente, uma legislação como a do NEPRE, surgiu quase 20 anos depois do ECA.

Em 2011, Santa Catarina criou a Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às violências na Escola, que instituiu em todas as escolas estaduais aquilo que a Lei Estadual Nº 14.651, de 12 de janeiro de 2009 previu, isto é, a criação do Núcleo de Educação e Prevenção às Violências (NEPRE) que, preconiza a formação continuada dos profissionais que atuam na rede estadual sobre as temáticas das violências na escola, tendo como objetivo central promover a educação, a prevenção, a atenção e os atendimentos das situações de violências envolvendo os sujeitos que integram o contexto escolar. (Tessaro e Trevisol, 2023. p. 3)

Para Tessaro e Trevisol, as tentativas do Governo do Estado de Santa Catarina de buscarem promover formas de lidar com a violência, assim se percebe que o “A partir da década de 1990, o estado de Santa Catarina passou a demonstrar preocupação com o fenômeno das violências, especificamente, um tipo que inviabiliza a convivência entre os alunos, o bullying.” (Tessaro e Trevisol, 2023. p. 3). Mas mesmo assim, a legislação que vai lidar com este tipo de questão, diante de todo o processo moroso de criação, votação e aprovação de uma lei através das devidas casas legislativas e finalmente, a sanção do governador, faça supor que o tema não tenha sido encarado com a urgência que merecia. Morosidade que pode ser observada também no que foi tratado sobre a criação de políticas e formações destinadas a combater a violência no território deste ente estatal.

Como já mencionado no capítulo 1.1. houveram diversos materiais que foram desenvolvidos para orientação e formação sobre o tema da violência na escola, em relação direta com o NEPRE, porém o grande problema foi a divulgação e o acesso a estes materiais. Isso porque, muitos destes materiais, passaram a estar disponíveis no site vinculado ao NEPRE, dentro do portal da Secretaria de Estado da Educação, porém, este acesso é recente, e por muitos profissionais ainda, desconhecido. Desta maneira, fazendo com que, eventuais mecanismos eficientes de formação, não sejam devidamente empregados para os seus fins, servindo apenas à uma retórica midiática, como forma de publicidade de preocupação que, não corresponde muito a realidade.

A afirmação do parágrafo anterior é baseada não somente no fato da disponibilidade dos materiais, mas também, da forma como o NEPRE foi implantado. Foi afirmado no curso dos capítulos 1.1. e 1.2. a presença de equipe multidisciplinar, para lidar com o NEPRE, nas

Coordenadorias Regionais de Educação. Da mesma forma, foi descrito que, a Coordenadoria Regional de Educação – CRE, de Itajaí, passou a promover a formação constante com representantes do NEPRE das escolas. Também foi realizada a menção de como a referida coordenadoria passou a encarar com seriedade a questão do NEPRE, como forma de lidar com a realidade da violência na escola. Mas, mesmo este tipo de iniciativa, tem desafios gigantescos, como buscar a aplicação do que é determinado pela lei que cria de maneira oficial o NEPRE.

Conforme Santa Catarina (2011), a lei aprovada acerca do NEPRE, foi criada “para a implementação deste Programa, a unidade escolar criará uma equipe multidisciplinar, com a participação de docentes, alunos, pais e voluntários, para a promoção de atividades didáticas, informativas, de orientação e prevenção.” Desta maneira, tornando possível perceber o hiato de tempo existente a aprovação da lei, e o período que está sendo analisado com mais profundidade nesta dissertação, que diz respeito ao ano de 2023. Nesta direção ainda, é necessário se afirmar, com base no citado que, apesar dos esforços da CRE de Itajaí, ainda não foi possível que fosse instalada de maneira adequada, a estrutura que foi idealizada na referida lei.

A estrutura que foi idealizada pela lei, de 2011, previa uma equipe com integrantes de diversos seguimentos da escola, como forma de promover reflexões sobre a ocorrência da violência na escola, de modo a promover possibilidades de promoção de atividades que venham a gerar informação, orientação e prevenção, é ainda uma realidade muito distante. Visto que, há, em linhas gerais, apenas um profissional da escola, que esteja encarregado pela tarefa de gerir as informações do NEPRE no devido sistema informatizado, e que passa pelas formações, é visível que esta ação, apesar apresentar relevância, é ainda uma boia salva vidas em meio ao oceano. Nesta medida, sendo necessário ainda, um grande avanço de ações efetivas.

## **6.2 Análise dos dados oficiais documentados sobre violência escolar na CRE de Itajaí**

O reconhecimento da realidade violenta da sociedade através da observação do contexto escolar, é a função do NEPRE, juntamente com a promoção de medidas que permitam um aceno positivo em formas de enfrentamento desta realidade. Em uma realidade com a brasileira, onde o contexto social é com frequência associado a discursos políticos, é um desafio aos gestores promoverem a implantação de ferramentas que demonstrem a realidade violenta da região da qual estão realizando a gestão. Os discursos tendem a associar

de forma tendenciosa a presença da violência à inação dos gestores públicos, seja por incompetência ou despreparo. Esta construção retórica, se observada de forma mais atenta, demonstra-se bastante equivocada. Em uma metáfora, seria a mesma coisa que culpar o médico que realizou um diagnóstico por uma eventual doença grave do paciente.

Da mesma maneira, o NEPRE, tem a função de fazer o diagnóstico que eventualmente possa fazer com que a gestão, seja equivocadamente, culpada pelos dados observados. É importante também, como ressaltam as integrantes da equipe NEPRE, com base nas observações que realizam da realidade com a qual lidam, a violência na escola é, como já mencionado em outros momentos desta dissertação, o resultado das relações sociais. Isso pode ser inclusive demonstrado através de alguns itens que passaram a fazer parte dos dados do NEPRE no ano de 2023, onde temas como brigas por namoro, ou ocorrências fora dos muros da escola, mas, em suas imediações, salientam como a escola e as relações que nela ocorrem, são resultado das relações sociais nas quais ela está inserida. Assim, a própria escola, pode ser considerada uma ferramenta de diagnóstico das formas como a sociedade contemporânea se relaciona.

Assim o NEPRE, passa a ser uma ferramenta de diagnóstico que é aplicada em uma outra ferramenta de diagnóstico, a escola. Assim, a Figura 02 – *Fluxo de atenção do atendimento em caso de Violência na Escola*, foi uma importante ação do Governo do Estado de Santa Catarina, na lida com a violência na escola, e por extensão, na sociedade catarinense. Apesar de se observar uma relação de troca de informações, entre as partes que se encontram relacionadas no fluxo da figura, se pode supor que, esta ação ocorra de maneira parcial. As representantes do NEPRE, na Coordenadoria Regional de Educação de Itajaí, afirmam que, realizam esta vinculação, através de encaminhamentos específicos após uma análise cuidadosa de cada situação. Desta maneira, elas acabam agindo no tratamento do problema.

Nesta direção, equipe local da coordenadoria em questão, se apresenta de forma bastante reduzida para a realização de um acompanhamento mais próximo da realidade de todas as escolas que estão sob a responsabilidade. Assim, se pode supor que, a iniciativa legal que deveria ser aplicada originalmente, na proposta do NEPRE, parece realmente que seria um dos acenos possíveis de ações mais eficientes nas mais diversas realidades componentes das situações particulares de cada unidade escolar. Desta maneira, a priori, se poderia aprofundar a análise da realidade dos índices e suas subnotificações, possibilitando

a participação dos profissionais da escola na tentativa de conhecerem a realidade na qual a escola se encontra participe. Fazendo com que o NEPRE, cada vez mais, como a proposta de sua criação pretende, possa atuar na prevenção da violência na escola.

Com a reflexão do parágrafo anterior, relacionando com o fato já relacionado em outros capítulos, se pode compreender com um pouco mais de clareza, o motivo pelo qual, se encontram muitos materiais, desde aqueles que pretendem dar uma formação do aparato legal, até materiais a serem utilizados pelas escolas, no site do NEPRE, e que, não chegaram a serem conhecidos adequadamente nos corredores das escolas. Estes materiais, passaram a ser mais divulgados a partir do momento em que a reduzida equipe NEPRE, passa a promover formações com os representantes locais das escolas da Coordenadoria, fazendo com estes representantes, não somente conheçam estes materiais, mas também participem de ações de multiplicação do esclarecimento dos mesmos em seus locais de trabalho.

Desta maneira, se pode compreender que, os dados oficiais do NEPRE, relacionados a Coordenadoria Regional de Itajaí, podem ser interpretados de duas formas; A primeira como o resultado de um esforço muito grande dos membros da Coordenadoria vinculados ao tema e promover uma maior realidade nos registros dos casos de violência; A segunda, uma busca por empregar da melhor maneira possível, não somente os dados que passam a serem informados, mas também os materiais que são fornecidos pela Secretaria de Educação de Santa Catarina para a lida com o tema. Assim, se supõem que, o aumento dos registros, na verdade, descortine uma realidade anteriormente oculta, e que gradativamente tem sido observada de maneira a possibilitar uma abordagem mais eficiente da realidade diagnosticada.

### **6.3 Análise das iniciativas governamentais contra a violência escolar.**

O Governo do Estado de Santa Catarina, como bem afirmado a partir do capítulo 01 desta dissertação, tem se preocupado com a questão da violência na escola. Tendo a respeito deste tema, apresentado ações, por vezes discretas, em outros momentos, mais efetiva. No período mais específico abordado nesta dissertação, o ano de 2023, se pode observar ações que foram promovidas e que, representam ações rápidas e, algumas delas, amplamente divulgadas para combater a violência na escola. Nesta dissertação, já havia sido mencionado o crescente investimento do ente estatal catarinense no tema, educação e escola, com o investimento realizado em 2021, no valor de 7,7 bilhões de reais. Este investimento, diz respeito a diversos aspectos da escola, e por consequência também, a melhoria no que diz

respeito ao combate a violência, mas, no referido momento, não foi uma ação focada na violência.

Infelizmente no ano de 2023, por conta da ocorrência de atentados em escolas, em especial à um centro de educação infantil, na cidade de Blumenau, resultando na perda de vidas, foi necessária por parte da gestão pública uma resposta. Apesar da escola em questão, ser privada, e a responsabilidade o ensino infantil, ser uma obrigação legal das gestões municipais, o Governo do Estado de Santa Catarina, promoveu também, propostas e transformações visando uma maior segurança daqueles que frequentam a escola. Estas ações, não necessariamente diziam respeito à investimentos, como o anunciado pela gestão do governo do ano de 2021, mas ações de combate a violência, bem como de assistência às vítimas, e de prevenção aos casos, realizando uma maior interação entre as Secretarias de Estado do Governo de Santa Catarina. Dando mais força a interação que foi representada na Figura 04, presente no capítulo 3.1. desta dissertação.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina – SINTE-SC, noticiou em abril de 2023, iniciativa vinculada ao Governo do Estado, em ação vinculando Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Segurança Pública nesta ação. A iniciativa de grande destaque afirmava que “que todas as escolas estaduais terão um policial militar armado, a fim de garantir segurança nas unidades escolares catarinenses.” (SINTE. 2023) desta maneira, na visão da gestão governamental do Estado de Santa Catarina, se geraria uma inibição de ações de violência na escola. Ou pelo menos, se diminuiria a probabilidade de ocorrências de desfecho infelizmente fatais, como ocorrido em Blumenau, 05 de abril de 2023, que gerou a morte de 3 crianças entre 5 e 7 anos.

O próprio sindicato, que de certa forma deixa transparecer que a simples presença de um policial, devidamente fardado e armado na escola, não necessariamente representaria a transformação necessária desta realidade. Nesta direção, a entidade sindical reafirma de forma diferente, parte do que foi estipulado na legislação que veio a criar o NEPRE, quando afirma que é necessário “o acompanhamento psicológico da comunidade escolar, a estruturação de um canal de denúncias das ameaças, a implementação de campanhas de conscientização, garantia de medidas de segurança em todas as unidades de educação de Santa Catarina e demais ações que tragam segurança nos espaços escolares.” (SINTE 2023) Desta maneira, não somente se está demonstrando a preocupação com o problema, mas,

demonstrando possibilidade de lidar com a realidade, visando sua transformação, sendo sabido que tal ação já está prevista em lei, não tendo sido devidamente aplicada.

Nesta mesma direção, a casa legislativa estadual, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em agosto do ano de 2023, realizou audiência pública, onde “apresenta ações em nova audiência pública sobre Política de Combate à Violência nas Escolas Brasileiras”. (Secretaria de comunicação do Estado de Santa Catarina - Agência de Notícias SECOM, 2023<sup>1</sup>). Demonstrando que o poder legislativo do estado catarinense passou a reagir a pressão pública por conta das notícias sobre a crescente ocorrência de violência nas escolas no território do estado. Nesta oportunidade, na casa legislativa do estado, o Governo do Estado de Santa Catarina, ressaltou ato do Governador do Estado de Santa Catarina, através do decreto 143, que faz com que os entes do Governo do Estado, presentes na Figura 04, seja coparticipes da educação “tendo papel pedagógico importante”.

Na referida oportunidade na casa legislativa catarinense, foi abordado o programa Escola Segura, do Governo do Estado, realizando a vinculação entre pastas do governo, acima citada. Segundo dados da Agência de Notícias SECOM, veiculados em 19 de agosto de 2023, “até o mês de julho, foram atendidas 4.286 escolas, das quais 2.986 foram escolas públicas e 910 escolas privadas.” (Secretaria de comunicação do Estado de Santa Catarina - Agência de Notícias SECOM, 2023<sup>3</sup>). Desta forma, a gestão estadual buscava dar resposta a sociedade, demonstrando sua capacidade de presença nas unidades escolares. Buscando através de uma relação que em grande medida já acontecia com programas anteriores como o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, que passou a integrar as ações do NEPRE, dando assim, uma resposta, mesmo que temporária aos anseios da população.

Na vinculação entre pastas, anteriormente citada neste capítulo 6.3. onde outros membros da gestão pública passam a figurar também como atores educacionais, em outubro de 2023, surge o Projeto Proteja Uma Criança. Este projeto, vinculado a Polícia Civil de Santa Catarina, através das Delegacias de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso (DPCAMI). Buscou promover a ação dos psicólogos vinculados à esta secretaria e, que, já possuía expertise em lidar com o tema da violência, através de iniciativas que buscavam prevenir a violência sexual contra crianças e adolescente. Esta ação buscou promover a participação dos referidos especialistas, promovendo uma ação pedagógica que tornava mais presente, e com o devido destaque ao tema, e o combate a violência sexual.

Desta forma, os policiais civis e psicólogos policiais realizam ações nas escolas, que envolvem toda a comunidade escolar, sobre como se prevenir ou buscar ajuda em caso de agressão sexual. De forma didática e adequada à faixa etária, são desenvolvidas oficinas para difundir informações fundamentadas e reflexão sobre o assunto, possibilitando uma atuação multiplicadora de estratégias de prevenção. Além do público adulto, também são oferecidas oficinas a crianças a partir de cinco anos, cujo objetivo é fornecer ferramentas que as tornem menos suscetíveis a abordagens abusivas. (Secretaria de comunicação do Estado de Santa Catarina - Agência de Notícias SECOM. 2023<sup>2</sup>).

As ações vinculadas ao NEPRE e que, buscam promover uma coparticipação entre os órgãos especializados do Governo do Estado de Santa Catarina, pode ser muito mais reconhecido como um processo do que uma ação única e ensimesmada. Isso por que, passaram a ocorrer durante o ano de 2023, uma interação maior entre as secretarias que passaram a interagir de maneira mais ativa sobre o tema da violência na escola. Isso pode ser demonstrado através das figuras que passam a se pronunciar sobre o tema da violência na escola, não sendo vinculados a Secretaria de Educação, como ocorrido em 19 de agosto de 2023, quando o protagonista da fala, foi o Secretário de Segurança do Estado de Santa Catarina, Paulo Cezar Ramos de Oliveira.

Estamos alcançando resultados positivos, com o aumento significativo da segurança escolar sendo percebido em todo o estado. Há uma previsão de ampliação gradativa do programa até o final do ano. Paralelo a isso, nossa missão vai além e junto com a Secretaria da Educação buscamos diminuir a situação da violência externa e também interna que infelizmente sabemos que atinge o entorno escolar. (Secretaria de comunicação do Estado de Santa Catarina - Agência de Notícias SECOM. 2023<sup>3</sup>).

Nesta direção, se pode observar que, o ano de 2023, sendo motivado pelos incidentes na creche de Blumenau, e seu desdobramentos perante a opinião pública, foi de muitas discussões sobre o tema de violência na escola, fazendo com que o NEPRE, fosse mais frequentemente lembrado. Nesta direção, as ações referentes à este programa, passam a não serem mais, como anteriormente, ocorrem de maneira discreta, de forma coadjuvante. Passam a ser mencionadas como iniciativas oficiais, que recebem atenção e prioridade da gestão pública do Estado de Santa Catarina, por conta da proporção que o tema da violência

na escola assumiu, no curso do ano de 2023. Assumindo um caráter cada vez mais orgânico com o contexto social catarinense, extrapolando os limites da construção do saber formal.

Nesta direção, onde o tema deste capítulo diz respeito as iniciativas governamentais contra a violência na escola, se percebe uma preocupação que vai, cada vez mais, dissolvendo a realidade da escola, com a realidade da sociedade, e vice-versa. Isto pode ser observado na declaração do Secretário de Educação que afirmou que, uma preocupação, da autoridade de Segurança Pública, está no entorno da escola, ou seja, na relação que existe ao redor da construção formado do edifício escolar, e a a relação orgânica que ocorrem com a sociedade na qual a escola está inserida. Desta maneira, o ente estatal, que aprovou uma lei que diz respeito a criação formal do NEPRE em Santa Catarina, demonstra que, apensar das iniciativas e dos efeitos positivo que podem ser observados, ainda há uma quantidade gigantesca de elementos e ações a serem observadas.

#### **6.4 Análise das iniciativas governamentais contra a violência na escola da CRE de Itajaí.**

A equipe NEPRE, em entrevista para a construção desta dissertação, afirma que emprega todos os recursos materiais para a mais eficiente aplicação das iniciativas governamentais contra a violência na escola. Desta forma, emprega não somente os materiais desenvolvidos pela representação do estado de Santa Catarina sobre o tema da violência, mas também, dos materiais que são desenvolvidos pelo ente estatal brasileiro. Ou dito de outra forma, são buscadas formas de aplicar as iniciativas de combate a violência nas CRE de Itajaí, fazendo uso dos mecanismos a disposição, sejam eles produzidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina, ou de outras origens, como o Governo Federal.

Neste sentido, a equipe NEPRE da Coordenadoria Regional de Educação de Santa Catarina, demonstra ter buscado empear das maneiras possíveis, as inciativas que pretendem lidar com a realidade da violência nas escolas que se encontram sob sua competência, fazendo com que, apesar do grupo reduzido de integrantes, a sua ação possas alcançar todas as escolas, através de seus representantes. Uma das integrantes da equipe da Coordenadoria, relata que:

As ações são realizadas através de agendamento com gestores das Escolas e responsáveis pelo NEPRE, atendimento as famílias. A equipe do NEPRE realiza escuta, faz orientações e Encaminhamentos: Conselho Tutelar, equipamentos da

Política Nacional de Assistência Social, CRAS, CREAS, CAPS. Orientação aos Benefícios socioassistenciais e demais demandas necessárias nas reuniões com famílias.

Desta maneira, se pode observar uma busca de sintonizar as iniciativas governamentais nas unidades escolares da CRE, fazendo com que se apliquem as políticas nacionais de assistência social, e por consequência de enfrentamento da violência, ao mesmo tempo que se buscam forma lidar com as situações com representações estaduais para a lida com a situação. Demonstrando que, a ação de orientação do tratamento tem sido executada de modo alinhado com os recursos disponíveis, nos casos em que os recursos preventivos não surtiram o efeito proposto.

#### **6.5. Análise das mudanças nos documentos sobre violência escolar durante a existência do NEPRE.**

Como se pôde perceber durante o capítulo 6.3. houveram iniciativas por parte do Governo do Estado de Santa Catarina, buscando promover o combate a violência. A criação do NEPRE por si só, mesmo que através de lei, da lei 14.651, não é o suficiente. É necessária uma aplicação integral das medidas que são previstas em cada projeto, como o do NEPRE, para que se possa ter uma compreensão real, uma diferenciação entre os resultados esperados e os obtidos. Uma das questões delicadas neste contexto é exatamente a aplicação parcial de projetos e planos que buscam promover a mitigação da face da violência dentro da escola. Nesta direção, o NEPRE, acaba sendo uma sigla de referência de um problema, o problema da violência na escola, sendo que sua sigla e sua existência, tem a função de promover exatamente o oposto disso.

A existência do NEPRE, como equipe multidisciplinar de combate a violência, seja a partir das unidades escolares, com equipes próprias, como determinado na lei, seja através da recente iniciativa de incluir psicólogos na busca por compreender a questão da violência na escola, está inserido em um contexto. Ou dito de outra maneira, não se tem como precisar se o NEPRE e as medidas associadas a ele, são realmente e totalmente iniciativas genuínas, ou se advém do resultado da pressão popular, e da criação de leis e mecanismos de combate a violência em âmbito nacional, fazendo com que o Governo do Estado de Santa Catarina, também se sinta na obrigação de promover mudanças. Desta forma, em muitos momentos, não se pode afirmar com precisão, o que eventualmente é um avanço efetivo, das iniciativas a priori e o que é resultado de contextos externos.

Há também que se ressaltar que, em um sistema tripartido com o sistema de governo brasileiro, existem funções pré-estabelecidas à cada uma das partes do ente estatal. O poder legislativo, tem o dever de promover atualizações nas legislações de modo a promover uma sociedade mais justa, de modo a garantir o direito daqueles que representa, a população. O poder judiciário, por sua vez, tem como atribuição julgar, através da lei existente em vigor, os casos que lhe são denunciados como causadores de injustiça. Por fim o poder executivo, executa ações de governo, como gestão de serviço público como educação, saúde, saneamento básico, dentre outros. Esta distribuição da ação dos poderes acontece tanto em escala Federal, Estadual ou Municipal.

Nesta direção, se percebe uma quantidade grande de ações do poder legislativo, na busca por promover uma lida mais adequada com o tema da violência. O NEPRE, enquanto iniciativa legal, como forma de compreensão da violência e consequente formulação de ações de combate, é uma iniciativa importantíssima. O problema parece ocorrer na efetiva ação aplicada, que deveria ocorrer através do poder executivo, que é responsável por promover a contratação de profissionais, elaboração de planos de ação para promover as ações de fato. A respeito desta dinâmica de funcionamento, parece que, constantemente uma infeliz ocorrência ou de falta de aplicação, ou tardia, ou parcial, fazendo com que, instrumentos de transformação, não possam ser devidamente avaliados em sua eficiência, por não ter ocorrido o devido emprego dos mesmos.

Sobre as iniciativas legislativas que ocorrem juntamente com o NEPRE, ou, que são complementares a ele, se pode citar algumas legislações, que foram elaboradas em âmbito nacional ou estadual. Algumas delas, inclusive, são anteriores ao NEPRE, o que não necessariamente é algo problemático. É exatamente a preexistência de outras legislações anteriores que em muitos casos, dão base legal, servem de inspiração, ou de pressão para que os estados criem legislações próprias, para a resolução de problemas, neste caso, da violência relacionada à escola. Leis que, direta, ou indiretamente, vão se relacionar com a realidade da escola, combatendo a violência étnica, de gênero, promovendo a inclusão, dentre outras situações. Nesta direção se pode citar:

- Lei Federal n. 8.069 de 1990, estatuto da criança e do adolescente em defesa dos seus direitos (ECA);

- Lei Estadual n. 14.408 de 10 de abril de 2008, que institui a política de prevenção à violência contra educadores na rede de ensino fundamental e médio do Estado de Santa Catarina;
- Lei Federal n. 11.465 de 2008, que inclui no currículo a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e indígena;
- Lei Federal n. 13.146 de 2015, que institui a Lei Brasileira da Inclusão. Estatuto da Pessoa com Deficiência;
- Lei Estadual n. 16.794 de 2015, Plano Estadual de Educação (2015-2024);
- Lei Estadual n. 13.185 de 2015, institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullyng);
- PL n. 0086 de 2019, que inclui como atividade extracurricular obrigatória o conteúdo intitulado "História das mulheres do campo e cidade em Santa Catarina";
- Lei n. 14.164 de 2021, que inclui o conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos de educação básica e institui a Semana Escolar de Combate à violência contra a mulher.

Assim se pode observar, com estas poucas leis citadas, havendo outras que profundam ainda mais elementos de violência, como a violência sexual, relacionada ao consumo de substâncias entorpecentes, e outras possibilidades fundamentais, para diminuir a violência, mas que não foram citadas, para evitar um prolongamento para além da finalidade desta dissertação. E mesmo com este extrato parcial de legislações que se observa, é possível constatar a busca por promover ações para lidar com a violência na escola, buscando sua mitigação. Estas formas de violência, já são listadas com vigência nacional, que no Estado de Santa Catarina, passam a terem também legislações estaduais. Se pode perceber que, o problema não é necessariamente a falta de leis que versem sobre o tema, mas a sua aplicação.

Nesta direção, vale reafirmar uma sentença já descrita em algumas partes desta dissertação, quando se observa a questão da violência na escola, que dá origem ao NEPRE, se está falando da violência que acontece na sociedade. Sendo a escola, uma reprodução em escala destas formas de intolerância. É a escola inclusive, que vai demonstrar como se formam os indivíduos que serão responsáveis por gerar a violência. Afinal de contas, a convivência do estudante com seus colegas, faz com que ele, revele muito de si, de sua

família e das possibilidades de caminho que possui inclinação para seguir no futuro. O aluno, vai reproduzir na escola, as falas e ações que aprende na família e na sociedade que está fora dos limites geográficos da estrutura escolar, assim permitindo, uma projeção do que pode vir a acontecer quando, esta criança ou adolescente for um indivíduo que participará da sociedade na idade adulta.

Se pode observar neste capítulo que, quando se versa, e se pretende fazer uma análise dos dados sobre a violência escolar durante a existência do NEPRE, existe, como citado, os dados legais, as normatizações, as determinações burocráticas. E através estas, fazendo uso de suas determinações, que se espera promover a mudanças nos números que conduzem a realidade sobre a violência na escola. Se pode, e se deve, inclusive salientar que as ações dos entes estatais, na grande maioria das vezes, buscam promover transformações amparadas em estruturas jurídicas, respeitando a estrutura de funcionamento do Estado. Em certa medida, alguns contextos de demora na ação do ente estatal, está diretamente relacionada com a observância ao elemento legal, não podendo promover ação, que venha, por motivo algum, a contrariar as determinações legais existentes.

Assim, o documento de orientação publicado por ocasião do processo de lida com a questão da violência na escola, que data do ano de 2011, afirma que:

O atendimento na escola pode ocorrer, como primeira instância e meio de possibilitar o entendimento direto entre as partes, pela instituição no âmbito da escola utilizando a metodologia de conciliação como alternativa para a solução de conflitos, de composição paritária, contando com representantes do corpo diretivo, de especialistas educacionais, de professores, de alunos e de pais de alunos. (Santa Catarina, 2011. p. 33).

Desta maneira, se identifica a orientação que foi idealizada, para o atendimento dos casos de violência na escola. Buscando um atendimento de modo a tentar promover o entendimento, envolvendo parte do corpo técnico da unidade escolar (sendo exatamente esta estrutura proposta, de implantação na escola e que não veio a se concretizar). Neste material normativo ainda, se percebe a intenção da gestão estadual, e tornar o NEPRE, uma ação efetiva, quando afirma que:

Enfatize- se que todos devem ser membros efetivos do Núcleo de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola (NEPRE), tendo sido

formados por estudos com esta finalidade. Destaca-se, ainda, que uma pessoa capaz, membro do NEPRE, e que tenha a confiança das partes deverá ser designada como árbitro, ou seja, conciliador, procedendo com imparcialidade, independência, competência, diligência e discrição. (Santa Catarina, 2011. p. 33).

Ao afirmar a necessidade de os profissionais a comporem o NEPRE na escola serem efetivos, se compreende que a intenção é tonar a iniciativa duradoura, visto que, o profissional efetivo, é admitido através de concurso, tendo estabilidade no seu cargo e vaga, sendo provável sua permanência na mesma unidade escolar. E mesmo que este profissional venha a solicitar remoção (transferência à outra escola), ele permanecerá dentro da rede estadual, podendo participar igualmente das ações do NEPRE, em sua nova unidade de atuação profissional. Se destaca ainda que, já em 2011, se fazia referência a necessidade da formação temática dos profissionais ligados a Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola – NEPRE (elemento que também se encontrava em desacordo com a realidade e que, gradativamente, vem sendo transformado).

Nesta direção, apesar do escopo desta pesquisa ser mais fortemente concentrada no ano de 2023, se exibirá os dados disponibilizado pela Secretaria de Educação de Santa Catarina, desde o ano de 2018, até o ano de 2021, para que se possa observar as mudanças nos registros de violência na escola nos períodos de existência do NEPRE, que estão disponíveis à consulta. Estes dados, dizem respeito a um período anterior a implantação do NEPRE ONLINE, que permite, como já retratado no capítulo 2.1. (que demonstra o portal do NEPRE dentro do site oficial da Secretaria Estadual de Educação – SED).

Dito isso, das tabelas e gráficos que se seguirão buscarão promover uma breve contextualização dos dados existentes para consulta documental através da internet, partindo do ano de 2018. A visualização desta parte documental, que versa sobre os anos que precedem o ponto central desta pesquisa, tem como interesse compreender a realidade da violência em curso histórico que chegará no ano de 2023. Se tem a pretensão de, com esta leitura das mudanças ao largo deste período. Observar as formas de violência que são mais constantes, se estas, se mantem sempre como este grau de incidência. Surgem novas categorias de violência cadastradas, se estas, possuem algum tipo de aumento de incidência, ou ainda, se possuem algum tipo de relação possível entre tipos diferentes de violência. Desta maneira, ser observa nos registros documentais que seguem a diversificação dos tipos de violência registrados.

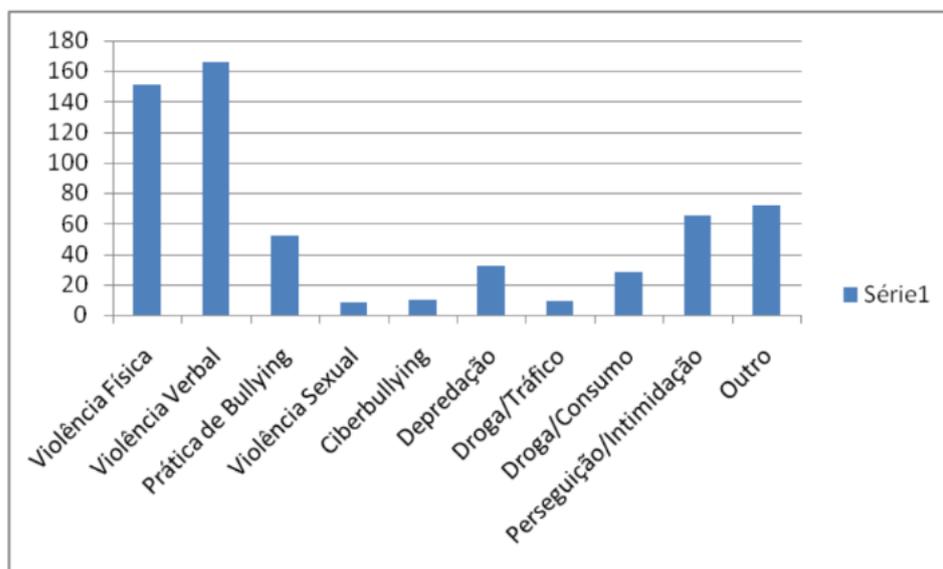
**Tabela 02 – Tipos de ocorrências de violências na escola no ano de 2018.**

FATO	Quantitativo
Violência Física	151
Violência verbal	166
Prática de bullying	52
Violência Sexual/Abuso Sexual	08
Ciberbullying	10
Depredação	32
Envolvimento com Droga/Tráfico	09
Envolvimento com Droga/Consumo	28
Perseguição/Intimidação	65
Outro	72

Fonte: <https://drive.google.com/file/d/1O2SI2PdkJCX298XLR-wWw9WRA8kV1yHP/view?pli=1>, 20/07/2024

Sendo esta tabela geradora do seguinte gráfico:

**Gráfico 08 – Tipos de ocorrências de violências na escola no ano de 2018.**



Fonte: <https://drive.google.com/file/d/1O2SI2PdkJCX298XLR-wWw9WRA8kV1yHP/view?pli=1>, 20/07/2024

O ano de 2018, apresenta pela primeira vez, de maneira dinâmica as informações do NEPRE, tendo a tabela e o gráfico de diversos elementos, como tipo e motivo das ocorrências, facilitando o entendimento. A exposição através dos gráficos, permite visualizar de maneira inequívoca as situações que possuem mais registros. Se pode supor inclusive que

alguns dos registros, possam ter relações com outros registros, a exemplo do Bullying, que pode estar relacionado com o Cyberbullying e com a perseguição e intimidação. O fato de haver neste momento, o registro das ocorrências, permitindo assinalar mais de uma opção, ou a abertura de uma nova ocorrência para cada caso específico, acena como uma ação positiva pois, permite observar mais de um aspecto relacionado a violência na escola.

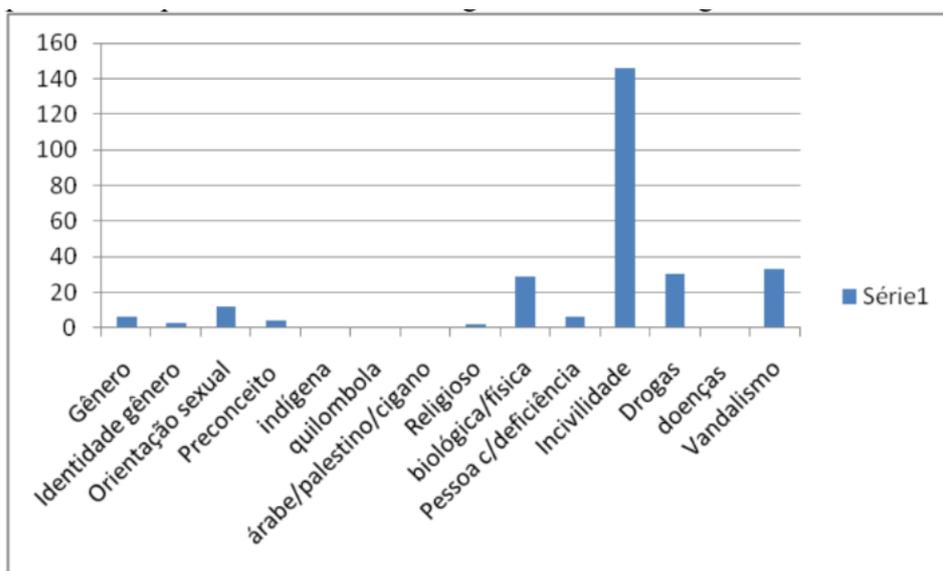
**Tabela 03 – Motivo de ocorrências de violências na escola no ano de 2018.**

**Motivos que geram violências/conflitos na escola**

<b>MOTIVO</b>	<b>Quantitativo</b>
Gênero	06
Identidade gênero	03
Orientação sexual	12
Preconceito étnico racial (negro e afro brasileiro)	04
Preconceito étnico racial (indígena)	0
Preconceito quilombola	0
Preconceito (árabe, palestino, cigano)	0
Preconceito religioso)	02
Preconceito característica biológica/física	29
Preconceito/Pessoa com deficiência	06
Incivilidade	146
Drogas	30
Vandalismo	33
Preconceito à doenças (HIV, Câncer...)	01

Fonte: <https://drive.google.com/file/d/1O2SI2PdkJCX298XLR-wWw9WRA8kV1yHP/view?pli=1>, 20/07/2024

**Gráfico 09 – Motivos de ocorrências de violências na escola no ano de 2018.**



Fonte: <https://drive.google.com/file/d/1O2SI2PdkJCX298XLR-wWw9WRA8kV1yHP/view?pli=1>, 20/07/2024

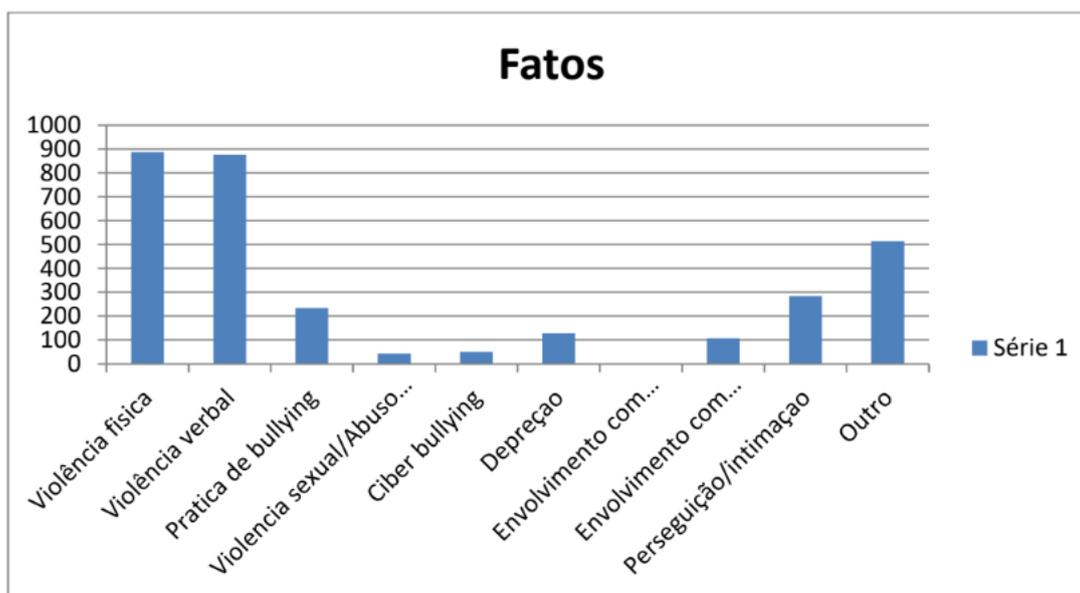
Da mesma forma, o gráfico e tabela que busca expor os motivos, permite observar a agressividade presente nas relações violentas que ocorrem relacionadas ao ambiente da escola. O item incivildade, que pode também pode ser determinado como hostilidade agressiva (a ponto de necessitar preocupação e registro), permite deduzir uma certa tensão no ambiente da escola, permitindo que que diversos temas se tornem o estopim de atos de violência. É bastante preocupante observar que, uma quantidade considerável das ocorrências registradas, se relacionam com posicionamentos de intolerância que, representam a tensão vivida pela sociedade. Neste momento da vida humana (a fase escolar), é fundamental que se tenha não somente o esclarecimento sobre a intolerância, mas a construção de relações que busquem promover o enfrentamento à esta prática. Valendo ainda lembrar que, estes registros de intolerância, em algumas circunstâncias, já são tratados, da mesma forma que se tratam os casos na vida adulta (pós escola), como crime.

**Tabela 04 – Tipos de ocorrências de violências na escola no ano de 2019.**

FATO	Quantitativo
Violência Física	887
Violência verbal	877
Prática de bullying	234
Violência Sexual/Abuso Sexual	42
Ciberbullying	50
Depredação	128
Envolvimento com Droga/Tráfico	31
Envolvimento com Droga/Consumo	107
Perseguição/Intimidação	284
Outro	513

Fonte: [https://drive.google.com/file/d/1XB\\_jTSIyyjn-CepIzzVVtjf73MJmGd-O/view](https://drive.google.com/file/d/1XB_jTSIyyjn-CepIzzVVtjf73MJmGd-O/view),  
21/07/2024

**Gráfico 10 – Tipo de ocorrências de violências na escola no ano de 2019.**



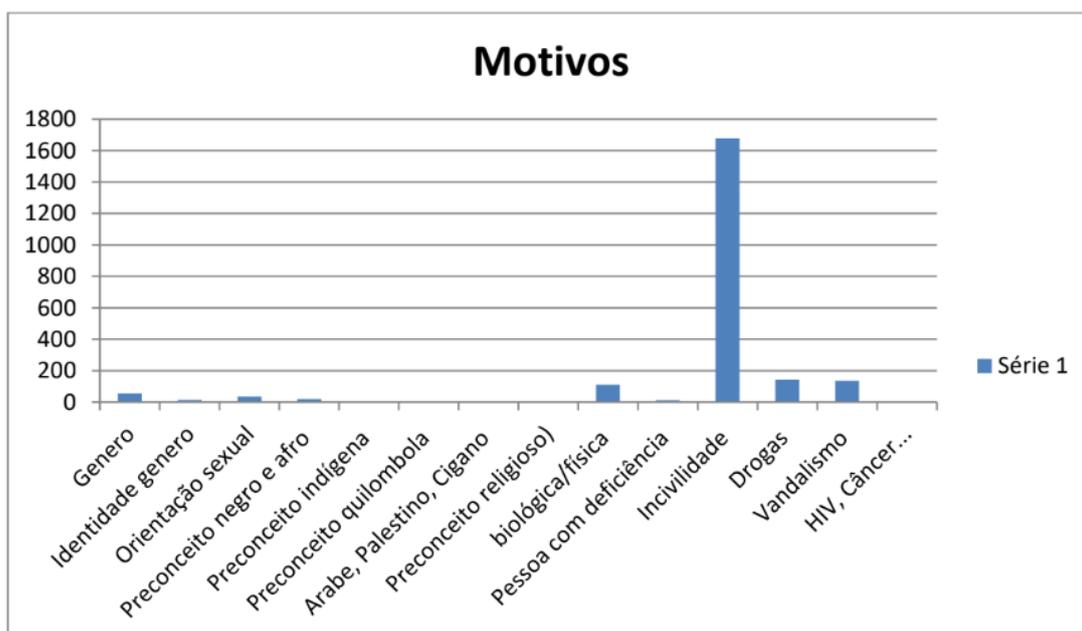
Fonte: [https://drive.google.com/file/d/1XB\\_jTSIyyjn-CepIzzVVtjf73MJmGd-O/view](https://drive.google.com/file/d/1XB_jTSIyyjn-CepIzzVVtjf73MJmGd-O/view),  
21/07/2024

**Tabela 5 – Motivo de ocorrências de violências na escola no ano de 2019.**

MOTIVO	Quantitativo
Gênero	54
Identidade gênero	14
Orientação sexual	35
Preconceito étnico racial (negro e afro brasileiro)	19
Preconceito étnico racial (indígena)	0
Preconceito quilombola	0
Preconceito (árabe, palestino, cigano)	1
Preconceito religioso)	3
Preconceito característica biológica/física	110
Preconceito/Pessoa com deficiência	13
Incivilidade	1.677
Drogas	144
Vandalismo	135
Preconceito à doenças (HIV, Câncer...)	4

Fonte: [https://drive.google.com/file/d/1XB\\_jTSIyyjn-CepIzzVVtjf73MJmGd-O/view](https://drive.google.com/file/d/1XB_jTSIyyjn-CepIzzVVtjf73MJmGd-O/view),  
21/07/2024

**Gráfico 11 – Motivos de ocorrências de violências na escola no ano de 2019.**



Fonte: [https://drive.google.com/file/d/1XB\\_jTSIyyjn-CepIzzVVtjf73MJmGd-O/view](https://drive.google.com/file/d/1XB_jTSIyyjn-CepIzzVVtjf73MJmGd-O/view),  
21/07/2024

Foi possível observar nos dados o ano de 20219, acima relacionados em tabelas e gráficos que, houve um aumento da quantidade de registros. Muito dele, pode ser atribuído

ao aperfeiçoamento das formas de registro e um estímulo maior á realização dos registros das ocorrências. O gráfico que demonstra os tipos motivação, demonstram, como já afirmado sobre os dados referentes ao ano de 2018, como a sociedade, no caso do escopo desta pesquisa, a sociedade catarinense, é intolerante, visto que, itens, como gênero, identidade de gênero, orientação sexual, preconceito negro e afro, indígena, árabe, palestino, cigano, preconceito religioso, físico/biológico, HIV, câncer, permitem observar como a relação de intolerância pode possuir toque de crueldade.

Esta violência, pode ser relacionada diretamente com os efeitos que ela acaba causando, e observada no gráfico dos fatos da violência. Em especial quando se há uma das opções registradas, vinculadas à depressão. Se pode supor, sendo depressão um aspecto emocional, que pode ter relação com diversos contexto que são exteriores a escola, mas o fato de ter ocorrência registrada no NEPRE, demonstra que a violência na escola, pode possuir uma relação poderosa, seja relacionada as causas, ou nas consequências, como as situações que ocorrem no ceio escolar.

**Tabela 6 – Tipos de ocorrências de violências na escola no ano de 2020.**

OCORRÊNCIAS	QUANTITATIVO	OCORRÊNCIAS	QUANTITATIVO
Ciberbullying	3	Violência Física/Violência Verbal Prática de Bullying/Violência Autoprovocada (automutilação/autolesão)	1
Ciberbullying/Outro	2	Violência Física/Violência Verbal Prática de Bullying/Violência Autoprovocada (tentativa de suicídio)	1
Envolvimento com Droga/Consumo	4	Violência Física/Violência Verbal/Violência Autoprovocada (tentativa de suicídio)	1
Envolvimento com Droga/Tráfico Envolvimento com Droga/Consumo	1	Violência Sexual/Abuso Sexual	3
Outro	15	Violência Sexual/Abuso Sexual/Violência Autoprovocada (automutilação/autolesão)	1
Prática de Bullying	9	Violência Verbal	28
Violência à escola	2	Violência Verbal/Outro	4
Violência Autoprovocada (automutilação/autolesão)	1	Violência Verbal/Prática de Bullying	2
Violência Autoprovocada (tentativa de suicídio)	2	Violência Verbal/Prática de Bullying/ Ciberbullying	1
Violência Física	26	Violência Verbal/Violência à escola	2
Violência Física/Outro	1	Violência Verbal/Violência à escola/Outro	1
Violência Física/Prática de Bullying	1	Violência Verbal/Violência Autoprovocada (tentativa de suicídio)	2
Violência Física/Violência Autoprovocada (tentativa de suicídio)	1	Violência Verbal/Violência Sexual/Abuso Sexual/Ciberbullying	1
Violência Física/Violência Verbal	15		
Violência Física/Violência Verbal/Prática de Bullying	2		

Fonte: <https://drive.google.com/file/d/1miNkC39ZIDjB-7nmQfU2P7WVw-UdfAG/view>,

22/07/2024

**Gráfico 12 – Tipos de ocorrências de violências na escola no ano de 2020.**



Fonte: Fonte: <https://drive.google.com/file/d/1miNkC39ZIDjB-7nmQfU2P7WVwW-UdfAG/view>, 22/07/2024

**Tabela 07 – Motivo de ocorrências de violências na escola no ano de 2020.**

LOCAL	QUANTITATIVO	LOCAL	QUANTITATIVO
Dificuldades comportamentais e emocionais /Identidade gênero	1	Orientação sexual	1
Dificuldades comportamentais e emocionais/Namoro/Usu indevido das redes sociais	1	Outro	4
Dificuldades comportamentais e emocionais/Preconceito étnico-racial	1	Preconceito contra pessoas portadoras de doenças (HIV, Câncer...)	1
Envolvimento com consumo de drogas	3	Preconceito contra pessoas portadoras de doenças (HIV, Câncer...)/ Outro	2
Envolvimento com consumo de drogas/Envolvimento com tráfico de drogas	1	Preconceito contra característica biológica/física (ex: ruivo, obeso, etc./Usu indevido das redes sociais	3
Envolvimento com consumo de drogas/intolerância interpessoal(s)	1	Preconceito contra característica biológica/física (ex: ruivo, obeso, etc./Usu indevido das redes sociais	1
Envolvimento com consumo de drogas/Preconceito étnico-racial/Preconceito religioso	1	Preconceito étnico-racial (indígena)	1
Gênero	6	Preconceito étnico-racial (negro e afro-brasileiro)	3
Gênero/ Identidade gênero	1	Preconceito contra quilombola	1
Gênero/ Orientação sexual	1	Preconceito religioso	3
Identidade gênero	5	Preconceito contra pessoa com deficiência	2
Insulto, agressão contra os professores outros	1	Agressão	48
Insulto, agressão contra os professores outros/Namoro	1	Agressão/Dificuldades comportamentais e emocionais	6
Insulto, agressão contra os professores outros/Usu indevido das redes sociais	2	Agressão/Dificuldades comportamentais e emocionais/intolerância interpessoal(s)	2

LOCAL	QUANTITATIVO
Agressão / Dificuldades comportamentais e emocionais / Intolerância interpessoal(s) / Preconceito característica biológica/física (ex: ruivo, obeso, etc.)	1
Agressão / Dificuldades comportamentais e emocionais / Intolerância interpessoal(s) / Uso indevido das redes sociais	1
Agressão / Dificuldades comportamentais e emocionais Intolerância interpessoal(s) Vandalismo, depredação, incêndio contra a escola	1
Agressão / Dificuldades comportamentais e emocionais / Outro	2
Agressão / Dificuldades comportamentais e emocionais / Uso indevido das redes sociais	1
Agressão / Dificuldades comportamentais e emocionais / Vandalismo, depredação, incêndio contra a escola	1
Agressão / Envolvimento com consumo de drogas / Dificuldades comportamentais e emocionais	1
Agressão / Gênero / Identidade gênero / Orientação sexual	1
Agressão / Insulto, agressão contra os professores outros	2

LOCAL	QUANTITATIVO
Agressão / Intolerância interpessoal(s)	2
Agressão / Intolerância interpessoal(s) / Preconceito característica biológica/física(ex: ruivo, obeso, etc.)	2
Agressão / Intolerância interpessoal(s) / Uso indevido das redes sociais	1
Agressão / Namoro	1
Agressão / Outro	1
Agressão / Preconceito / Pessoa com deficiência/ Outro	1
Agressão / Uso indevido das redes sociais	4
Agressão / Uso indevido das redes sociais/ Outro	1
Agressão / Vandalismo, depredação, incêndio contra a escola	5

Fonte: <https://drive.google.com/file/d/1miNkC39ZIDjB-7nmQfU2P7WVoW-UdfAG/view>,

22/07/2024

### Gráfico 13 – Motivo de ocorrências de violências na escola no ano de 2020.



Fonte: <https://drive.google.com/file/d/1miNkC39ZIDjB-7nmQfU2P7WVoW-UdfAG/view>,

22/07/2024

Nos registros das ocorrências, seja no que diz respeito aos tipos de ocorrências, ou as suas motivações, se pode observar o aumento dos tipos possíveis de registro. Por um lado, este fato apresenta um refinamento resultado da experiência na realização dos registros, permitindo realizar a partir deste momento, registros com mais precisão dos fatos. O item Outros, apesar de ainda existir, permitiu o surgimento de outras opções de registros, que passam a figurar de forma independente, por conta de sua recorrência. Se por um lado, este refinamento representa um avanço no processo de registro, consequentemente de diagnóstico, por outro lado, demonstra a necessidade de observar com mais cuidado a

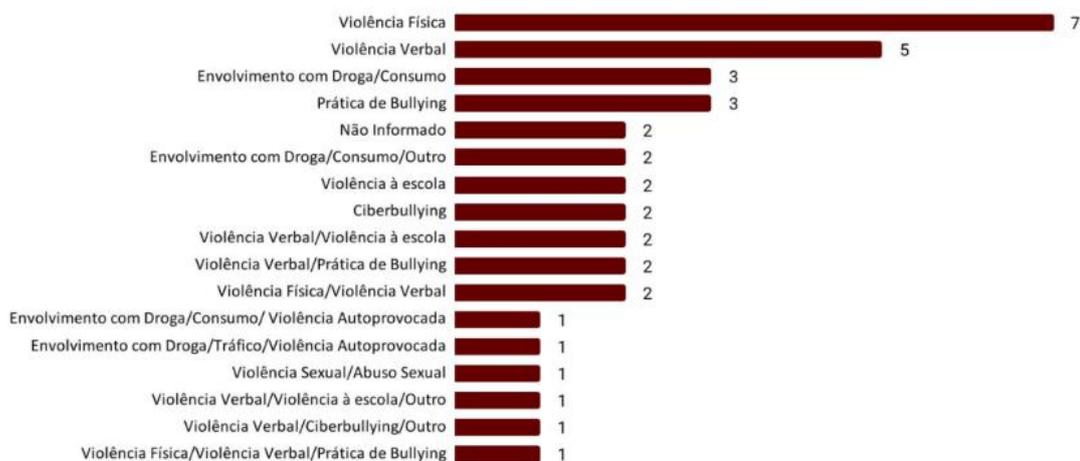
realidade escolar, por conta do contexto violento da sociedade através das lentes da escola, como também a diversidade de formas de violência que persistem nas relações humanas em sociedade.

**Tabela 08 – Tipos de ocorrências de violências na escola no ano de 2021.**

OCORRÊNCIAS	QUANTITATIVO	OCORRÊNCIAS	QUANTITATIVO
Violência Física	7	Violência Verbal/Prática de Bullying	2
Violência Verbal	5	Violência Física/Violência Verbal	2
Envolvimento com Droga/Consumo	3	Envolvimento com Droga/Consumo/ Violência Autoprovocada (automutilação/autolesão)	1
Prática de Bullying	3	Envolvimento com Droga/Tráfico/Violência Autoprovocada (automutilação/autolesão)	1
Não Informado	2	Violência Sexual/Abuso Sexual	1
Envolvimento com Droga/Consumo/Outro	2	Violência Verbal/Violência à escola/Outro	1
Violência à escola	2	Violência Verbal/Ciberbullying/Outro	1
Ciberbullying	2	Violência Física/Violência Verbal/Prática de Bullying	1
Violência Verbal/Violência à escola	2		

Fonte: [https://drive.google.com/file/d/1NEc-tu50TiDOeGPv0p55\\_AVqf5vwwRxP/view](https://drive.google.com/file/d/1NEc-tu50TiDOeGPv0p55_AVqf5vwwRxP/view),  
23/07/2024

**Gráfico 14 – Tipos de ocorrências de violências na escola no ano de 2021.**



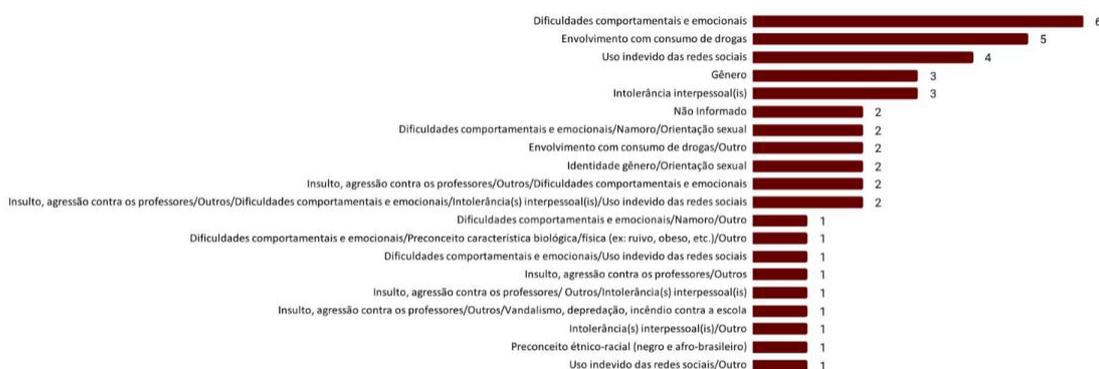
Fonte: [https://drive.google.com/file/d/1NEc-tu50TiDOeGPv0p55\\_AVqf5vwwRxP/view](https://drive.google.com/file/d/1NEc-tu50TiDOeGPv0p55_AVqf5vwwRxP/view),  
23/07/2024

**Tabela 09 – Motivo de ocorrências de violências na escola no ano de 2021.**

LOCAL	QUANTITATIVO	LOCAL	QUANTITATIVO
Dificuldades comportamentais e emocionais	6	Dificuldades comportamentais e emocionais/Namoro/Outro	1
Envolvimento com consumo de drogas	5	Dificuldades comportamentais e emocionais/Preconceito característica biológica/física (ex: ruivo, obeso, etc.)/Outro	1
Uso indevido das redes sociais	4	Dificuldades comportamentais e emocionais/Uso indevido das redes sociais	1
Gênero	3	Insulto, agressão contra os professores/Outros	1
Intolerância(s) interpessoal(is)	3	Insulto, agressão contra os professores/ Outros/intolerância(s) interpessoal(is)	1
Não Informado	2	Insulto, agressão contra os professores/Outros/Vandalismo, depredação, incêndio contra a escola	1
Dificuldades comportamentais e emocionais/Namoro/Orientação sexual	2	Intolerância(s) interpessoal(is)/Outro	1
Envolvimento com consumo de drogas/Outro	2	Preconceito étnico-racial (negro e afro-brasileiro)	1
Identidade gênero/Orientação sexual	2	Uso indevido das redes sociais/Outro	1
Insulto, agressão contra os professores/Outros/Dificuldades comportamentais e emocionais	2		
Insulto, agressão contra os professores/Outros/Dificuldades comportamentais e emocionais/Intolerância(s) interpessoal(is)/Uso indevido das redes sociais	2		

Fonte: [https://drive.google.com/file/d/1NEc-tu50TiDOeGPv0p55\\_AVqf5vwwRXP/view](https://drive.google.com/file/d/1NEc-tu50TiDOeGPv0p55_AVqf5vwwRXP/view),  
23/07/2024

**Gráfico 15 – Motivo de ocorrências de violências na escola no ano de 2021.**



Fonte: [https://drive.google.com/file/d/1NEc-tu50TiDOeGPv0p55\\_AVqf5vwwRXP/view](https://drive.google.com/file/d/1NEc-tu50TiDOeGPv0p55_AVqf5vwwRXP/view),  
23/07/2024

A partir das tabelas e gráficos supra expostos, se pode observar que, a medida que se passou a contar com o registro eletrônico das ocorrências, foi possível perceber parte da magnitude da situação que representa a violência na escola. Como já mencionado em capítulos anteriores, estes os casos que foram registrados no sistema. Em grande parte, por orientação recebida pelos representantes do NEPRE nas escolas, e a preocupação destes, e da Secretaria de Educação de Santa Catarina – SED, com possibilidades de atendimento aos casos, e sobretudo, com eventuais desfechos jurídicos que possam advir as situações de violência. Esta preocupação pode ser constatada na mudança, na verdade ampliação, das tabelas de motivos para as ocorrências. Estas tabelas, demonstram uma preocupação em

detalhar as formas de violência, bem como, garantir que, as situações possam ser registradas e, o ente estatal, promova uma resposta sobre a ocorrência.

Da mesma forma que, a velocidade e integralidade de medidas de combate a violência, muitas vezes, este refinamento de informação, passa a exercer apenas uma função retórica ao Estado, ao afirmar que está acompanhando as situações, que o NEPRE tem a função de lidar com o tema, mas, não trazendo uma resposta de fato, através de ações concretas. Sendo este um dos aspectos que parecem ser fundamentais quando se fala sobre o NEPRE, principalmente em seu modo digital. afinal de contas, se consegue perceber a oscilação de casos de um tipo de violência, o crescimento total, dos casos, a eventual diminuição de algum número exposto, em comparação com o ano anterior, e no caso desta dissertação, também com o posterior. Mas da mesma forma que o número é de livre acesso da população, também são para o Estado, com índices que são confidenciais, como nome da unidade escolar onde ocorre a violência e seus envolvidos. Desta maneira, seria de se esperar uma resposta mais efetiva da entidade governamental, através da aplicação integral das medidas que propõem, ou que, já constam em lei.

Na perspectiva de demonstrar que o Estado tem cada vez mais informações, para lidar com o tema da violência, se adiciona ainda, abaixo, as tabelas que informam os locais com a maior incidência de casos de violência dentro da escola. Da mesma forma que as tabelas e gráficos anteriores, estas informações se tornam relevantes para corroborar as afirmações deste capítulo, no que diz respeito a identificação das situações de violência, e sua possível prevenção.

**Tabela 10 – Local de ocorrências de violências na escola no ano de 2018.**

<b>LOCAL DO FATO</b>	<b>Quantitativo de ocorrências</b>
Sala de aula	146
Sala de professor	05
Sala da Direção/Gestor	29
Sala da AEE	03
Sala da ATP	19
Pátio da UE	72
Quadra Esporte	37
Banheiro Feminino	07
Banheiro Masculino	12
Corredor da UE	66
Refeitório	36
Portão da UE	21
Laboratório	01
Fora das dependências da UE	44
Outras dependências da UE	26

Quadro 4

Fonte: <https://drive.google.com/file/d/1O2SI2PdkJCX298XLR-wWw9WRA8kV1yHP/view?pli=1>, 23/07/2024

**Tabela 11 – Local de ocorrências de violências na escola no ano de 2019.**

<b>LOCAL DO FATO</b>	<b>Quantitativo de ocorrências</b>
Sala de aula	1.126
Sala de professor	17
Sala da Direção/Gestor	75
Sala da AEE	9
Sala da ATP	48
Pátio da UE	383
Quadra Esporte	179
Banheiro Feminino	40
Banheiro Masculino	59
Corredor da UE	235
Refeitório	104
Portão da UE	75
Laboratório	2
Fora das dependências da UE	266
Outras dependências da UE	142

Fonte: [https://drive.google.com/file/d/1XB\\_jTSIyyjn-CepIzzVVtjf73MJmGd-O/view](https://drive.google.com/file/d/1XB_jTSIyyjn-CepIzzVVtjf73MJmGd-O/view),

23/07/2024

**Tabela 12 – Local de ocorrências de violências na escola no ano de 2020.**

LOCAL	QUANTITATIVO	LOCAL	QUANTITATIVO
Não informado	8	Pátio/Sala de aula	3
Banheiro feminino	2	Pátio/Sala de aula/Sala do diretor	1
Banheiro feminino /Corredor Quadra de esportes	1	Portão	1
Banheiro masculino	3	Portão/Próximo à escola	1
Corredor	5	Próximo à escola	18
Corredor/Pátio/Portão/Próximo à escola/Sala AEE/Sala ATP/Sala de aula/Sala do diretor	1	Próximo à escola/Quadra de esportes	1
Corredor/Pátio/Refeitório/Sala AEE/Sala ATP/Sala do diretor	1	Próximo à escola/Sala ATP/Sala do diretor	1
Corredor/Pátio/Sala de aula	1	Próximo à escola/Sala de aula	1
Corredor/Refeitório/Sala de aula	1	Quadra de esportes	7
Corredor/Sala de aula	1	Quadra de esportes/Sala de aula	1
Corredor/Sala do diretor	1	Refeitório	1
Pátio	9	Sala AEE	2
Pátio/Próximo à escola	1	Sala ATP/Sala de aula	2
Pátio/Quadra de esportes	1	Sala de aula	47
Pátio/Refeitório	2	Sala de aula/Sala do diretor	3
		Sala do diretor	5

Fonte: <https://drive.google.com/file/d/1O2SI2PdkJCX298XLR-wWw9WRA8kV1yHP/view?pli=1>, 23/07/2024

**Tabela 13 – Local de ocorrências de violências na escola no ano de 2021.**

LOCAL	QUANTITATIVO	LOCAL	QUANTITATIVO
Próximo à escola	14	Corredor/Quadra de esportes/Refeitório/Sala de aula/Sala do diretor	1
Sala de aula	12	Corredor/Quadra de esportes/Sala de aula	1
Não Informado	5	Pátio/Próximo à escola	1
Corredor	5	Pátio/Sala de aula	1
Pátio	5	Próximo à escola/Sala do diretor	1
Corredor/Sala de aula	2	Sala AEE	1
Quadra de esportes	2	Sala do diretor	1
Corredor/Pátio/Portão/Sala de aula	1	Sala dos professores	1

Fonte: <https://drive.google.com/file/d/1O2SI2PdkJCX298XLR-wWw9WRA8kV1yHP/view?pli=1>, 23/07/2024

Vale novamente neste momento, reafirmar que o estudo sobre o NEPRE, nos capítulos anteriores ao capítulo 06, versaram de modo aprofundado sobre o ano de 2023, em especial na CRE de Itajaí. Esta escolha se justifica novamente, pela quantidade detalhada de informação que o NEPRE ONLINE disponibiliza no referido ano. Valendo reafirmar que, nos anos anteriores, as informações não eram tão detalhadas, ou não possuíam um

detalhamento que pudesse permitir a consulta por apenas uma Coordenadoria, que é foco desta dissertação, a Coordenadoria Regional de Educação de Itajaí. Se optou por inserir estas tabelas e gráficos, pois permitem, observar o contexto geral dos registros de violência que se pode ter aceso livremente, de modo mais detalhado. Esta inserção, permite compreender, em larga medida o contexto geral da realidade violenta da escola, através de dados que aparecem tanto nestas tabelas, quando nas gerais, referentes à Coordenadoria Regional de Itajaí.

É importante também realizar novamente a ressalva de que, os dados dos nos de 2020 e 2021, são dados que aparecerão com valores baixos, por serem referentes ao momento em que a escola não apresentava o atendimento presencial tradicional. Esta realidade, deve ser reafirmada por conta de outro tipo de violência, a natural, através da contaminação das pessoas pela Covid 19. Neste sentido, estes anos foram mantidos na pesquisa, como forma de demonstrar, como já afirmando anteriormente nesta dissertação, a violência social e, como mesmo sem ter contato presencial constante, a realidade da escola, infelizmente, é uma realidade violenta, demonstrando que representa demonstração de uma sociedade, igualmente violenta. Se nos referidos anos, a doença foi a Covid 19, esta dissertação tem mostrando que a escola e sociedade, durante mais tempo que a Pandemia, sofre de outra doença, a violência, de tratamento e curas complicadas.

Nas tabelas relacionadas neste capítulo, se percebe que a sala de aula, como já comentado no capítulo 2.1. é o lugar com maior incidência de registros de violência na escola. Estes números demonstram a dificuldade em lidar com o tema da violência no espaço da sala de aula. Todos documentos citados nesta dissertação, dizem respeito às leis, matérias de esclarecimento sobre os direitos das pessoas, por gênero, idade, dentre outros. Mas não há demonstrações de caminhos e possibilidades que apontem formas e iniciativas que colabore com a realidade que, é a razão de existir da escola, a sala de aula. O lugar que, deveria ser o centro do compartilhamento de conhecimento, que deveria promover o esclarecimento dos indivíduos e, por consequência, ser fator de diminuição dos registros de violência.

#### **6.6. Análise das mudanças nos dados sobre violência escolar durante a existência do NEPRE na CRE de Itajaí através da pesquisa documental**

Realizando uma vinculação entre os dados encontrados nos canais virtuais do NEPRE, sobre a CRE de Itajaí, com as entrevistas realizadas com as pessoas que compõem

diretamente a equipe NEPRE, na mencionada Coordenadoria, se pode observar que, a maior mudança, foi a busca da transparência da realidade encontrada nas escolas sob sua responsabilidade. Este movimento passou, como pode ser observado nas tabelas e gráficos abordados nos capítulos anteriores, a mais eficiente notificação das ocorrências. Desta maneira, se passa a ter uma quantidade maior de informações, para promover ações de enfrentamento da realidade da violência na escola. Desta maneira também, se pôde compreender quais dos recursos existentes seriam mais adequados em cada situação.

Assim, uma das mudanças, que à primeira vista pode ser equivocadamente interpretada, é a crescente quantidade de registros das ocorrências por parte dos representantes do NEPRE nas escolas. Ainda assim, é sabido da manutenção das subnotificações de ocorrências em muitos casos, permanecendo ainda um grande desafio. Assim, o crescimento dos números dos registros observados no portal do NEPRE, representa uma conquista da equipe envolvida na busca por uma mais eficiente dinâmica de registros, mas, há a partir deste momento o desafio de participar de ações que permitam promover ações que possam causar a diminuição destas ocorrências. Estas ações, muito provavelmente podem ser relacionadas com a maior presença das ações e dos materiais desenvolvidos pelo NEPRE dentro das escolas, para que, a partir daí, possam promover um movimento inverso das ocorrências dos casos de violência.

#### **6.7. Resultado observado através da aplicação das entrevistas com a equipe NEPRE**

Os subcapítulos anteriores deste capítulo 6, buscam interpretar os documentos contidos no site do NEPRE, bem como os dados documentais através de tabelas e gráficos que são alimentados pelos representantes do NEPRE nas unidades escolares. No presente subcapítulo, se busca observar as informações obtidas através das entrevistas da equipe NEPRE. Nesta direção, é importante afirmar que, todas as integrantes entrevistadas, são diretamente vinculadas as ações do NEPRE, atuando desde o recebimento das informações que são registradas nas unidades escolares, encaminhamento de cada uma das situações, bem como, na promoção de ações que visam auxiliar na mitigação das ocorrências de violência.

As questões aplicadas nas entrevistas, tiveram a intenção de compreender o tipo de profissional que estava lidando, dentro da Coordenadoria Regional de Educação de Itajaí com as informações sobre a ocorrência dos casos de violência e, como estes profissionais, com suas formações poderiam auxiliar na busca por melhores ações no trato com a realidade da violência. Assim, se observou que, o grupo tem em sua maioria (três de cinco), pessoas

formadas em Serviço Social, sendo desta maneira, habilitadas a executar de modo adequado, a relação com os devidos órgão de suporte social, disponíveis pela gestão pública, e as vítimas dos casos de violência. Da mesma forma, se percebe que, é relevante o fato que, uma destas profissionais, também possui formação em Direito, que é uma formação fundamental neste contexto, permitindo que as ações da equipe, seja devidamente amparada no âmbito da legalidade. Da mesma forma, a participação de duas pessoas com formação em psicologia, ajuda de sobre maneira a lidar com a realidade apresentada.

Em conversa preliminar que antecedeu a entrevista de modo formal, foi realizada a apresentação do pesquisador e da pesquisa, bem como a motivação para a realização das entrevistas, como elemento qualificador da construção desta pesquisa. Assim, foi informado as entrevistadas que a pesquisa, buscava compreender com o auxílio das entrevistadas, a realidade da violência na escola na CRE de Itajaí e que, a participação destas entrevistadas, promoveria um auxílio qualificado para uma compreensão mais adequada dos dados obtidos de forma documental. Assim, as entrevistadas, tendo a devida ciência das pretensões da pesquisa, receberam por meio virtual o documento contendo as questões das entrevistas. Foram aplicas a todas as entrevistadas, as mesmas questões, que buscavam desta maneira compreender de maneira adequada, a participação no NEPRE de cada uma delas, a partir das respostas dadas nas questões.

Desta maneira, ao responder a primeira questão, as profissionais tornaram possível a conclusão sobre a importância das formações acadêmicas supracitadas nas ações do NEPRE. Permitindo que, as formações possam cada uma delas, contribuir de modo adequado nos encaminhamentos dos casos, e nas propostas de ação realizadas pelo grupo. Assim o grupo realiza, dentro das áreas de expertise de cada uma das profissionais, uma abordagem que busca ser ampla na lida das situações tratadas pela equipe. Desta maneira, se pode citar a resposta de uma das entrevistadas, sobre com ela responde a questão que observa o seu ponto de vista sobre a realidade da violência na escola.

Percebo ser um fenômeno que atravessa a realidade escolar. Da forma com que as relações se constituem no espaço escolar, observo que as violências são um elemento constituidor deste espaço, impondo o maior desafio que possuímos, em termos da relação sociedade-educação, para implementação do previsto nas normativas e planos estruturadores.

Nesta direção, a entrevistada corrobora o argumento já mencionado nesta dissertação, de que, a violência é um fenômeno social, que se reflete na escola, com a afirmação de que a violência é um “fenômeno que atravessa a realidade escolar.” E complementa, afirmando que passa a ser um elemento constituidor deste espaço, ou seja, passa a fazer parte também da constituição da realidade observada dentro da escola. Desta forma, também assinala o desafio que é a aplicação de ações que realizam a mitigação da realidade da violência na escola através das normativas em planos estruturadores. Outro aspecto que cabe muito relacionar da resposta de uma das entrevistadas é a afirmação de que, é um elemento constituidor, desta maneira, se percebe que, sendo um elemento deste tipo, é válido afirmar que, faz parte da realidade, sendo reconhecida com uma ocorrência que passa a ser natural do espaço escolar.

Esta normalização da violência na sociedade, e por consequência na escola faz com que, com a soma de situações que são encaradas com normalidade, se constitua uma realidade bastante preocupante. Onde se observam não somente as divisões sociais, como também, como certos segmentos sociais estão mais suscetíveis aos casos de violência, e que, nestes casos, como os dos alunos que necessitam de acompanhamento especial, acabam sendo uma demonstração desta realidade, como relata outra entrevistada, ao ser perguntada sobre a sua visão sobre a realidade da violência na escola.

Um cenário caótico, cada caso tem sua particularidade, percebe-se desproteção social e vulnerabilidade em evidencia. Os casos de violência atendidos pela equipe NEPRE na educação especial relacionados a saúde mental dos atendidos, falta de terapias, rotina do cotidiano familiar.

Este contexto de vulnerabilidade e de normalização dos casos de violência, faz com que, muitas ocorrências, como já mencionado nesta dissertação, não seja interpretado como sendo de fato violência. Assim, a violência, sendo considera algo naturalizado na rotina escolas, por conta da realidade social, faz com que as notificações, deixem de registradas. Desta maneira, outra entrevistada, ressalta o contexto da subnotificação como sendo um grande problema, quando perguntada na questão de número 8, sobre a possibilidade de encontrar algum tipo de recorrência nos registros realizados nas escolas.

Não é possível identificar isso uma vez que há muitas subnotificações e escolas que notificam, geralmente, não são as que sofrem mais no âmbito das violências

escolares, ou seja, maior número de identificações não significa que a escola tal pode ser considerada a com mais recorrências.

Outra entrevistada, por sua vez, afirma que é possível perceber uma grande quantidade de registros que apresentam a violência física uma das formas mais frequentes de situação observada.

a recorrência maior acaba sendo a violência física, que muitas vezes nem são registradas, devido a resolução na própria unidade e pelo julgamento de quem deve realizar o registro que muitas vezes acredita não ser necessário.

A referida entrevistada inclusive, demonstra a importância do papel conciliador da escola, que participa da resolução de algumas das ocorrências, mas que, esta resolução local, em muitos momentos, pode ser exatamente um problema de registros, pois ao resolver a situação localmente, muitas vezes, não é realizado o devido registros, corroborando na subnotificação, que é outro aspecto que já foi proposto nesta direção com sendo um dos elementos problemáticos da realidade violenta apresentada próximo dos limites da escola.

## CONCLUSÃO

Esta dissertação busca representar o esforço necessário para que se possa promover um convívio social o mais próximo possível de uma convivência pacífica. Mas seguiu um caminho diferente do que inicialmente se poderia supor, não buscou propor reflexões sobre práticas que eventualmente possam promover uma convivência mais pacífica e saudável. Ao contrário, buscou demonstrar e discutir a realidade violência que ocorre na escola, através de sua realidade, não de suas possibilidades. Permitindo assim, que se possa observar as diversas formas de registros que são realizadas, os diversos atores sociais e escolares envolvidos nesta dura e triste realidade. Se buscou promover uma construção do argumento que tornou permitir observar que apesar do termo violência na escola, ser simples de ser compreendido, ele é expressado de uma quantidade bastante numerosa e, sendo a escola uma reprodução da sociedade, deve ser encarada como um tema importante a todo corpo social.

Esta pesquisa se afirma relevante ao observar esta realidade da violência na escola, observando os dados pesquisados através do grupo destinado pela Secretaria de Educação de Santa Catarina – SED, para lidar com este tema. Se optou em seguir um caminho nesta pesquisa que buscou demonstrar a violência que ocorre dentro das escolas no Estado de Santa Catarina, não são situações isoladas. Desta maneira, se partiu contextualizando a violência escolar com um tema geral, nos primeiros capítulos desta dissertação, passando a tratar sobre a preocupação acerca do tema, dentro do território nacional brasileiro, promovendo a criação de leis e políticas públicas relacionadas, para a partir desta contextualização, tratar sobre o tema a partir da realidade do território gerido pelo Estado de Santa Catarina. Desta maneira, seu buscou demonstrar que, o território catarinense, possui os mesmos problemas encontrados em diversos outros lugares, representando esta situação com as particularidades desta região.

Desta maneira, segundo de uma realidade macro, para compreender um contexto micro, esta pesquisa se valeu em grande medida, das informações que são disponibilizadas pela Secretaria de Educação de Santa Catarina, em seu site oficial. Apesar desta transparência a qual o ente estatal se propõe, foi um desafio encontrar textos brasileiros que se concentrassem na construção de interpretações sobre a realidade da violência que é constatada na escola. Muitos dos materiais encontrado, vão versar, ou sobre o tema, de maneira superficial, ou sobre aspectos que se tornaram centrais em alguns debates educacionais, como o bullying. Sobre a realidade do Estado de Santa Catarina, de maneira

própria, há poucos trabalhos, e que se propõem a observar o NEPRE, para a partir dele, lançar olhar sobre a realidade catarinense, menos ainda.

Além das informações que estão disponíveis no site da SED, permitindo uma pesquisa que dava acesso os números, através de tabelas e gráficos que foram reproduzidos nesta dissertação, promovendo uma interpretação mais clara da realidade, através de dados precisos, é importante ressaltar também a disponibilidade da equipe que realiza a compilação destes dados na 17ª Coordenadoria Regional de Educação. Estas pessoas, auxiliaram de sobremaneira com as entrevistas que foram realizadas, permitindo a compreensão de aspectos da realidade da violência na escola, que escapariam ao olhar que fosse lançado apenas aos dados numéricos representados nos gráficos e tabelas. Esta equipe, demonstrou o desafio existente na ação de enfrentamento à violência pelo grupo de profissionais que, em quantidade reduzida, tem de lidar com muitas escolas, e por extensão, uma grande quantidade de ocorrências que acontecem nestas unidades escolares.

Há ainda, a observação de que, da mesma forma que esta pesquisa avançou na busca de uma maior compreensão da violência na escola através do NEPRE, este programa, ou núcleo, também tem conseguido gradativamente, avanços importantes. Avanço no sentido de, não ser uma política de governo, e sim de Estado, fazendo com que, se mantenha atuante, independentemente da gestão que estiver a frente do poder executivo estadual. O gradativo avanço deste núcleo para dentro das unidades escolares, através da formação constante que é realizada com profissionais que representam cada uma das escolas junto ao NEPRE. Desta maneira, promovendo um esclarecimento que pode gerar uma ação positiva ao seguir o sentido inverso das ocorrências registradas na plataforma e compiladas pelo Núcleo (as ocorrências partem do registro na escola, para a CRE, a ação do NEPRE, passa, com a formação, a tentar seguir o caminho da CRE, para a escola, promovendo a informação e esclarecimento, como forma de enfrentamento da violência).

Mesmo com esta iniciativa ainda há muito a ser avançado no que tange a diminuição da violência na escola, e espera-se que, também da sociedade de modo mais amplo. Da mesma forma, se espera que o poder executivo, cumpra as ações que visam dar mais funcionalidade ao NEPRE, fazendo com que profissionais da psicologia, do direito, dentre outras expertises possam se fazer presentes nas ações deste programa de modo mais efetivo, aumentando a eficiência das ações, da mesma forma que a internet, promoveu uma maior

eficiência no que diz respeito à publicização das informações sobre a violência através do site da SED.

Dito isso, se pôde observar através da parte documental da pesquisa realizada nesta dissertação, que há uma quantidade considerável de materiais a disposição, através do portal da Secretaria de Educação, na seção destinada ao NEPRE. Os materiais observados, versam sobre diversos temas como:

- Educação sexual;
- Infecções sexualmente transmissíveis (ISTs);
- Uso e abuso de substâncias psicoativas;
- Cultura e paz;
- Alimentação saudável;
- Práticas corporais;
- Programa Saúde na Escola;
- Programa Educacional de Resistência às drogas e à violência (Proerd);
- Estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nas escolas;
- Combate ao bullying.

Assim, se pode compreender, a partir desta parte da análise documental que, há uma quantidade bem diversificada de materiais, que buscam tratar do tema da violência na escola, de forma mais ampla. Esta amplitude se encontra através de temas que vão lidar de maneira direta com o tema da violência, como pode ser observado no título de Combate ao bullying, Cultura e paz, ou de forma indireta, que versará através do Programa Alimentação saudável, que, busca lidar com um aspecto de violência social, através falta de recursos de parte da população e que, encontram muitas vezes na escola, a oportunidade de uma alimentação saudável. Mas, entre as entrevistadas da equipe NEPRE, houve profissional que afirmou que os materiais, apesar de diversificados, precisariam de uma atualização, para melhor atender as necessidades para as quais foram desenvolvidos.

Os materiais estão defasados pois não foram revisados até a presente data, acredito que não são utilizados na escola, tão pouco por esta equipe que recorre a outros materiais mais atualizados quando necessário.

Ainda na parte documental, se pode observar o progresso que houve com o passar do tempo no refinamento das informações que passaram a ser disponibilizados através das tabelas e gráficos, alguns destes materiais, citados na pesquisa desta dissertação. Os dados dispostos nestas tabelas e gráficos, demonstram com houve uma busca por compreender a realidade da violência na escola, de forma cada vez mais clara, através do surgimento de novas opções de registros, que anteriormente se apresentavam na opção, outros. Desta forma, se pôde observar de modo mais específico algumas ocorrência que passam a aparecer de maneira mais clara nos dados coletados. É possível perceber que, ainda há a necessidade da opção que permita vincular algumas ocorrências, quando for o caso, como exemplo de ocorrências de violência verbal, que acaba gerando em seguida, uma violência física, e que, na simples análise dos dados apresentados.

As entrevistas, por sua vez, tiveram, como já observado anteriormente nesta dissertação uma significativa e qualificada participação na interpretação dos dados levantados durante a pesquisa bibliográfica. Se afirma isso pois as entrevistas tornaram possível compreender como de maneira prática acontece a realidade da equipe do NEPRE, dando voz as pessoas envolvidas, não permanecendo na especulação sobre como seria de fato a ação do grupo. Desta maneira, se pôde compreender a dinâmica do grupo, em ações que pode ser lida através do relato de uma das entrevistadas:

A Equipe NEPRE recebe as informações através do sistema SISGESC, comunicação por e-mail, telefone, ouvidoria.

As ações são realizadas através de agendamento com gestores das Escolas e responsáveis pelo NEPRE, atendimento as famílias. A equipe do NEPRE realiza escuta, faz orientações e Encaminhamentos: Conselho Tutelar, equipamentos da Política Nacional de Assistência Social, CRAS, CREAS, CAPS. Orientação aos Benefícios socioassistenciais e demais demandas necessárias nas reuniões com famílias.

A entrevista ainda segue seu relato, relata sobre a relação que existe entre a escola, através do representante local do NEPRE na unidade escolar, bem como o atendimento prévio que ocorrem na unidade e a posterior ação da equipe da coordenadoria.

Os casos de violências são registrados no sistema SISGESC pelo coordenador do NEPRE na Escola, ou informado por e-mail e telefone. A Escola faz os primeiros atendimentos, registra as ações com ATA do atendimento. Quando a escola não comunica o conselho tutelar a Equipe NEPRE orienta, encaminha e registra, entra em contato com a família enviando convocação com finalidade de realizar a escuta com os envolvidos na Secretaria da Educação com equipe da CRE.

A equipe Nepre, psicóloga e assistente social elaborou proposta de ação com a finalidade de atender o perfil e demanda de cada Unidade Escolar da educação Especial. O encontro é agendado com o responsável da Escola com antecedência, as famílias que não conseguem participar são orientadas a procurar a secretaria da educação para atendimento das emergências e encaminhamentos específicos.

Apesar de a ação do NEPRE e sua presença serem uma política de estado e não de governo (que significa que sua existência é mantida independentemente do governante que venha a assumir o governo), os membros da equipe podem mudar quando ocorre uma mudança na gestão do governo. A equipe reconhece o empenho da equipe que lhe antecedeu nos anos anteriores que, buscou estimular os representantes locais a atuarem de modo mais efetivo junto ao NEPRE, realizando os registros, como é lembrando por outra entrevistada:

Pode ser atribuído há um excelente trabalho da equipe anterior que estimulou a prática dos registros, desenvolvendo um trabalho de sensibilização, estimulação e de divulgação da importância da Política/NEPRE, a fim de poder realizar um trabalho com melhor entendimento das realidades escolares, evidenciando suas necessidades e vulnerabilidades.

É válido destacar que elevado número de registros não significa que a cidade de Itajaí e suas escolas são os piores cenários em relação as violências. Analisar os dados, apenas, como números que demonstram uma situação é uma avaliação discursiva acrítica, rasa e sem qualquer comprometimento com a realidade.

A entrevistada ressalta alguns elementos que já foram tratados nesta pesquisa em outros momentos, mas, vale o destaque da menção ao fato de que, os registros, apesarem de mostrarem números significativos de casos, não estão na primeira colocação do estado de Santa Catarina com justiça, mas pela provável subnotificação que ocorrem em outras regionais. Desta maneira a maior eficiência nos registros, através de uma tomada de consciência das formas de violências existentes, até então consideradas como normais, é algo que a equipe considera como um fato positivo, que demonstra o esforço da equipe no esclarecimento da sociedade através das formações realizadas com os representantes das unidades escolares.

Nesta direção, outra representante afirma que apesar dos esforços da equipe, é improvável que se consiga atingir todas as unidades escolares, visto que, a distância entre as 44 escolas sob responsabilidade da CRE de Itajaí, são distantes umas das outras. Desta maneira, a entrevista afirma que, o cumprimento das legislações pertinentes ao tema, é fundamental para que se possa observar uma ação mais eficiente do NEPRE, enquanto programa, para além da equipe constituída na CRE e dos representantes locais, nas escolas sob responsabilidade desta coordenadoria.

Acredito que somente quando a Lei 13.935/2019 for implementada de fato dentro das unidades escolares, serão possíveis contribuir de forma mais contundente no combate as violências. Enquanto isso não ocorre, penso que toda ação preventiva é o caminho mais assertivo, por esta razão as escolas bem como esta equipe busca sempre parcerias com as redes intersetoriais na tentativa de minimizar a ocorrência da violência dentro das UEs.

No que parece que há ainda também uma pretensa possibilidade de êxito, é no cumprimento de legislações existentes, como relatado por uma das entrevistadas na citação acima, que diz respeito a formação de equipes NEPRE, em cada uma das escolas, fazendo com que cada realidade local, possa ser observada e analisada por pessoas que lidam diretamente com este contexto. Desta forma, não somente se cumpriria um aspecto previsto em lei, como também se promoveria uma possibilidade de atendimento mais eficiente às situações, com uma diminuição do tempo de ação, bem como, a construção de ações de esclarecimento sobre a violência e seu subsequente enfrentamento, de forma mais próxima de cada realidade escolar, vinculada diretamente à escola e a comunidade onde esta está inserida.

## REFERÊNCIAS

- Alves, A. , Cesar, F., Barbosa, M. , Oliveira, L. C., Silva, E. , Rodríguez-Martín, D. (2022). *Dimensões da violência do aluno contra o professor*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(03), 1027-1038.
- Andrade, P. (2018). *A violência escolar: um estudo deste fenômeno através da revisão bibliográfica*.
- Assis, S. Constantino, P., Avanci, J. , & Njaine, K. (2023). *Impactos da violência na escola: um diálogo com professores*. Editora Fiocruz.
- Batista, E. ; Matos, L., e Nascimento, A. (2017). *A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa*. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*.
- BRASIL (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, D.F: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- Campoy, T. (2019). *Metodología de la Investigación Científica*. Assunção: Marben Editora.
- Vasconcelos, I. (2019). *Violência escolar: morte da escola ou fênix?*. *Sisyphus—Journal of Education*, 7(3), 45-73.
- Souza Kinchescki, A. , Grimm, V. , & Sossai, F. (2015). *Escola, violência simbólica e meritocracia em grupos escolares do Sul de Santa Catarina: algumas reflexões a partir de Pierre Bourdieu*. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 8(15), 245-256.
- Dubet, F. (2008). *O que é uma escola justa? a escola das oportunidades*. São Paulo: Cortez.
- Federal, G. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei federal, 8.
- Godoy, A. (2019). *Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais*. São Paulo: *Revista de Administração de Empresas da UNESP*.
- Lima, D. , Sousa, A. (2013). *A violência na escola no Brasil: impasses e desafios* School violence in Brazil: dilemmas and challenges.
- Moehlecke, S. (2010). *Por uma cultura de educação em direitos humanos. Impactos da violência na escola*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Nesello, F., Sant'Anna, F. , Santos, H. , Andrade, S. , Mesas, A. , González, A. (2014). *Características da violência escolar no Brasil: revisão sistemática de estudos quantitativos*. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 14, 119-136.
- Oliveira, S., de, Paschoal, J. (2020). *A educação básica como direito no Brasil: uma análise das determinações e paradoxos da legislação*. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 36(3), 1176-1195.

- Plassa, W., Paschoalino, P. , & Bernardelli, L. (2021). Violência contra professores nas escolas brasileiras: determinantes e consequências. *Nova Economia*, 31(01), 247-271.
- Pereira, A. , Zuin, A. (2019). Autoridade enfraquecida, violência contra professores e trabalho pedagógico. *Educar em Revista*, 35(76), 331-351.
- Russell, B. (1957). *O Poder*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Sala, A., Grossi, M. (2013). Batendo Um “Papo Serio”: desconstruindo gênero e sexo nas escolas de Santa Catarina. *Anais do III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades: direito, relações etnorraciais, educação, trabalho, reprodução, diversidade sexual, comunicação e cultura-Salvador: EDUNEB*.
- Santa Catarina. (2016). Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. *Planejamento Educacional I Caderno pedagógico: educação e diversidade*. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação.
- Santa Catarina. (2018)<sup>1</sup>. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. *Educação, Adolescentes e o uso de drogas: Abordagem necessárias*. – Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação.
- Santa Catarina. (2018)<sup>2</sup>. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. *Política de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências na escola / Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação*. – Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação.
- Santa Catarina (2011). *Política de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências na escola*. Florianópolis, SC: Secretaria de Estado da Educação, 2011. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/6613-politica-de-educacao-prevencao-atencao-e-atendimento-as-violencias-na-escola>. Acesso em: 13/07/2024.
- Santa Catarina (2023). Portaria nº 635, de 15 de março de 2023. *Regulamenta as atribuições de assistentes sociais e psicólogos que atuam no Órgão Central da Secretaria de Estado da Educação e nas Coordenadorias Regionais*. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, v. 21.982, p. 1234.
- Santa Catarina (2013). Relatório NEPRE Online – 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1O2SI2PdkJCX298XLR-wWw9WRA8kV1yHP/view>
- Santa Catarina (2013). Relatório NEPRE Online – 2019. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1XB\\_jTSIyyjn-CepIzzVVtjf73MJmGd-O/view](https://drive.google.com/file/d/1XB_jTSIyyjn-CepIzzVVtjf73MJmGd-O/view)
- Santa Catarina (2013). Relatório NEPRE Online – 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1miNkC39ZIDjB-7nmQfU2P7WVoW-UdfAG/view>
- Santa Catarina (2013). Relatório NEPRE Online – 2021. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1NEc-tu50TiDOeGPv0p55\\_AVqf5vwwRxP/view](https://drive.google.com/file/d/1NEc-tu50TiDOeGPv0p55_AVqf5vwwRxP/view)
- Santos, J. . (2024). *A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias*. <https://www.scielo.br/j/ep/a/zq4vP9BCQsBDVrD8CHjfBbk/> 27/03/2024.

- Santos, M. , Mascarenhas, M. , Rodrigues, M. , & Monteiro, R. (2018). *Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola-Brasil, 2010-2014*. Epidemiologia e Serviços de Saúde, 27, e2017059.
- Sá-Silva, J. , Almeida, C. , Guindani, J. (2009). *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. Revista brasileira de história & ciências sociais.
- Secretaria de comunicação do Estado de Santa Catarina - Agência de Notícias SECOM. (2021). *Investimento em educação em 2021 alcança R\$ 7,7 bilhões, o maior valor da história de Santa Catarina*. <https://estado.sc.gov.br/noticias/investimento-em-educacao-em-2021-alcanca-r-7-7-bilhoes-o-maior-valor-da-historia-de-santa-catarina-2/>
- Secretaria de comunicação do Estado de Santa Catarina - Agência de Notícias SECOM. (2023)<sup>1</sup>. *Segurança Pública apresenta ações em nova audiência pública sobre Política de Combate à Violência nas Escolas Brasileiras*. <https://estado.sc.gov.br/noticias/seguranca-publica-apresenta-acoes-em-nova-audiencia-publica-sobre-politica-de-combate-a-violencia-nas-escolas-brasileiras/>
- Secretaria de comunicação do Estado de Santa Catarina - Agência de Notícias SECOM. (2023)<sup>2</sup>. *Projeto Proteja Uma Criança intensifica ações junto à comunidade escolar em Santa Catarina*. <https://estado.sc.gov.br/noticias/projeto-proteja-uma-crianca-intensifica-acoes-junto-a-comunidade-escolar-em-santa-catarina/>
- Secretaria de comunicação do Estado de Santa Catarina - Agência de Notícias SECOM. (2023)<sup>3</sup>. *Como é o dia a dia de uma Escola Mais Segura em Santa Catarina*. <https://estado.sc.gov.br/noticias/como-e-o-dia-a-dia-de-uma-escola-mais-segura-em-santa-catarina/>
- Silva Neto, C. , Barretto, E. (2018). *(In) disciplina e violência escolar: um estudo de caso*. Educação e Pesquisa, 44, e165933.
- Simões, E. , Cardoso, M. (2022). *Violência contra professores da rede pública e esgotamento profissional*. Ciência & Saúde Coletiva, 27, 1039-1048.
- Sindicado dos Trabalhadores em Educação – SINTE. (2023). *As medidas de segurança nas escolas defendidas pelo Sinte/SC*. <https://sinte-sc.org.br/Noticia/21875/as-medidas-de-seguranca-nas-escolas-defendidas-pelo-sintesc>
- Tessaro, M., Trevisol, M. (2023). *Iniciativa de redução das violências nas escolas: O caso de Santa Catarina*. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, e023155-e023155.
- Tognetta, L. (2009). *Violência na escola x violência da escola*. [http://www.templodeapolo\(2009\).net/artigos/artigo violencia na escola x violencia da escola.pdf](http://www.templodeapolo(2009).net/artigos/artigo%20violencia%20na%20escola%20x%20violencia%20da%20escola.pdf) 27/03/2024.
- Valle. I e Ruschel, E. (2010). *Política educacional brasileira e catarinense (1934- 1996): uma inspiração meritocrática*. Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID), n. 3, p. 73-92.

Viodres Inoue, S. , Ristum, M. (2008). *Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola*. Estudos de Psicologia (Campinas), 25, 11-21

## ANEXO 1

Entrevista NEPRE – Dissertação sobre o NEPRE, com o título “Estudo da Violência Escolar no Estado de Santa Catarina: Um Estudo Focado na 17ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) de Itajaí, com Base nas Informações do Núcleo de Prevenção à Violência (NEPRE)”

01. Quem é o entrevistado? Nome, cargo, formação.

02. Qual sua função dentro da equipe do NEPRE? (Quanto tempo está na função)

03. A partir da sua função, como você observa a realidade da violência na escola?

04. Como você recebe e que encaminhamento dá as informações de violência na escola, em sua ação no NEPRE?

05. Como você atua no compartilhamento (recebimento e repasse) das situações de violência na escola, como atua neste compartilhamento e tratamento de informações?

06. Quais os eventuais problemas que você identifica nesta dinâmica (velocidade da informação, realidades distintas em cada localidade, dificuldade no contato com os representantes locais)?

07. O que você pode relatar, sobre os casos de violência que teve acesso? (Grau de violência, quantidade de envolvidos, recorrência de algumas situações, recorrência de indivíduos, subnotificação, etc.)

08. Há algum tipo de característica de recorrência que você identificou? (Escola rural, urbana, de cidade maior, de interior)

09. Qual seu grau de experiência na relação com o tema da violência na escola anterior ao NEPRE? (Eram situações semelhantes as encontradas nas ações do NEPRE)

10. Qual seu grau de intimidade com os conteúdos do NEPRE disponibilizados?

11. Como você avalia os materiais disponibilizados? (Esclarecedores, superficiais, introdutórios, aprofundados, para uso da equipe NEPRE, adequado a todos os educadores e membros da comunidade escolar)

12. Como você identifica e qual sua participação, enquanto integrante das ações do NEPRE, de forma ativa de combate à violência?

13. O NEPRE ao que consta, inicialmente deveria ter núcleos dentro da escola, compostos por integrantes da maior parte possível de seguimentos escolares locais. O que você pensa a respeito? (Ajudaria, facilitaria a ação da equipe na coordenadoria)

14. A Coordenadoria Regional de Educação de Itajaí, segundo o site do NEPRE, figurou no ano de 2023, como sendo a que possuía maior número de registros de violência na escola. Ao que, você acredita que isso possa ser atribuído?

15. Quais estratégias adicionais você acredita que poderiam contribuir para lidar com o tema da violência na escola?

16. Você reconhece algum tipo de formação aos professores, e algum tipo de atividade aos alunos, como forma de promover a diminuição da violência? Qual

17. Há algum tipo de ação específica que a CRE de Itajaí, ou proposta enviada pela CRE de Itajaí, para com combate a violência?

18. Quais informações ou comentários adicionais você gostaria de fazer sobre o tema NEPRE e violência na escola, que não foram contemplados nestas questões?

ANEXO 2



**UNIVERSIDAD  
AUTÓNOMA DE  
ASUNCIÓN**

Asunción, 21 de agosto del 2024

**A quien corresponda:**

Por la presente, a pedido del interesado, se comunica que **JAIRO DEMM JUNKES** es alumno de la Maestría en Ciencias de la Educación, de la Facultad de Ciencias de la Educación y la Comunicación, de la Universidad Autónoma de Asunción (UAA), quien, en el presente año, se encuentra en fase de elaboración de su tesis de la Maestría con el tema de investigación: "Estudio sobre la violencia escolar a través del Núcleo de Prevención a Violencia - NEPRE no Estado de Santa Catarina"

A fin de recolectar datos como parte de la elaboración de la Tesis mencionada, solicitamos, por favor a las autoridades de la institución, se le conceda al alumno, la autorización para la aplicación de su instrumento de investigación, necesario para concluir el trabajo correspondiente.

Para lo que hubiere lugar,

.....  
Luis Ortiz Jiménez  
Presidente del Comité Científico  
Universidad Autónoma de Asunción